

Universidade do Vale do Paraíba  
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento  
Planejamento Urbano Regional e Regional

Roberto Gomes Monção Junior

**AS DIMENSÕES DA MODERNIDADE E SUAS CONTRADIÇÕES: OS  
MELHORAMENTOS URBANOS E OS DISCURSOS CONTRA-HEGEMÔNICOS  
PRESENTES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

THE DIMENSIONS OF MODERNITY AND ITS CONTRADICTIONS: URBAN  
IMPROVEMENTS AND COUNTER-HEGEMONIC DISCOURSES IN THE CITY OF RIO DE  
JANEIRO AT THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY

São José dos Campos, SP  
2024

Roberto Gomes Monção Junior

**AS DIMENSÕES DA MODERNIDADE E SUAS CONTRADIÇÕES: OS  
MELHORAMENTOS URBANOS E OS DISCURSOS CONTRA-HEGEMÔNICOS  
PRESENTES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

**Orientadora:** Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e Silva

São José dos Campos, SP  
2024

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

### Ficha catalográfica

Monção Junior, Roberto Gomes

As dimensões da modernidade e suas contradições: os melhoramentos urbanos e os discursos contra-hegemônicos presentes na cidade do Rio de Janeiro do início do século XX / Roberto Gomes Monção Junior; orientadora, Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e Silva. - São José dos Campos, SP, 2024.

1 CD-ROM, 146 p.

Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Cultura popular. 3. Discursos contra-hegemônicos. 4. Rio de Janeiro (RJ). I. Silva, Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e , orient. II. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

Eu, Roberto Gomes Monção Junior, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 5 de Junho de 2024.



Autor(a) da Obra

**ROBERTO GOMES MONÇÃO JUNIOR**

**“AS DIMENSÕES DA MODERNIDADE E SUAS CONTRADIÇÕES: OS MELHORAMENTOS URBANOS  
E OS DISCURSOS CONTRA-HEGEMÔNICOS PRESENTES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DO  
INÍCIO DO SÉCULO XX.”**

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba - Univap, pela seguinte banca examinadora:

Prof.ª Dr.ª Fabiana Felix do Amaral e Silva	<i>Fabiana F. de A. e Silva</i>
Prof.ª Dr.ª Lidiane Maria Maciel	<i>Lidiane M. Maciel</i>
Prof.ª Dr.ª Elizabete Mayummy Kobayashi	<i>Elizabete M. Kobayashi</i>
Prof. Dr. Moacir José dos Santos - Unitau	<i>Moacir J. dos Santos</i>
Prof. Dr. Marcos Virgílio da Silva – Belas Artes/SP	<i>Marcos V. da Silva</i>

Prof.ª Dr.ª Juliana Ferreira Strixino

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 29 de abril de 2024.

Brasileiro é, pois, esta gente nativa mestiça, sobrance e indesejada que irrompe na sociedade colonial, partida entre senhores e escravos, como uma identidade nova e intrusa. A imensa maioria destes brasileiros, tanto os de ontem como os de hoje, tidos como brancos, deixa ver, nas feições, a marca de sua origem indígena; se morenos, sua ancestralidade africana.

Darci Ribeiro. O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil

Venha o quanto antes D. Elisa  
enquanto o Chico Passos não atija  
fogo na cidade...  
Madruga, morador das ruas da cidade do Rio de Janeiro em 1908

João do Rio. A alma encantadora das ruas

Dedico essa pesquisa à Eliane Monção, meu grande amor.

## **Agradecimentos**

Quero primeiramente agradecer a Deus pela minha vida e por ter me oportunizado chegar até aqui. Obrigado, Meu Deus. Agradeço a toda minha família pelo apoio total e em especial a minha esposa a quem eu dedico este trabalho. Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Fabiana Felix do Amaral e Silva pelo total apoio e dedicação a esse trabalho. Agradeço aos professores da minha banca e aos professores do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Programa de doutorado em Planejamento Urbano e Regional pelas aulas e ensinamentos. Agradeço à Univap por minha bolsa. Meu muito obrigado ao Reitor da Univap, Professor Doutor Milton Beltrame Junior e à diretora da FEA, Faculdade de Educação e Artes, a Professora Doutora Ana Enedi Prince Silva. Agradeço o apoio de todos os meus colegas durante esse percurso.

## RESUMO

No início do século XX, as mudanças urbanas da cidade do Rio de Janeiro, capital federal da recém-criada República, conduziram a uma transformação cultural em prol de um ideário de modernidade nos significados das experiências. Havia um movimento contraditório impulsionado por políticas de embelezamento da cidade que impuseram uma visão de modernidade por meio de projetos de requalificação urbana na dimensão territorial. A cultura popular foi um elemento significativo para entender os diferentes segmentos sociais que vivenciaram e se adaptaram às transformações da cidade, muitas vezes como um espaço de resistência e mobilização popular. A sociedade carioca vivenciava um dualismo em ação: um ajuste no que tangia à resistência e à resignação que coexistiam simultaneamente a partir da estratificação social do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, espaço em que a classe dominante procurava impor um novo padrão de vida, cultura e comportamentos considerados modernos e universais. A tese teve como objetivo identificar, neste processo, como a cultura se manifestou em um espaço de disputa e de garantia de uma hegemonia, mas que, no entanto, existiu o debate sobre a relação entre hegemonia e consenso. Objetivou refletir como as transformações urbanas promovidas pelo plano de remodelação da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX afetaram as práticas culturais da população local, por meio de pautas educativas impostas pelos circuitos dominantes da cidade, e como isso se relacionou com o ideal de modernidade imposto pela gestão administrativa da cidade. Neste percurso teórico-analítico, objetivou analisar os discursos contra-hegemônicos e refletir acerca do processo de embelezamento urbano e do embranquecimento cultural, com o foco no aparecimento do samba carioca. Esta pesquisa pautou-se metodologicamente por meio de uma revisão bibliográfica, exploratória, qualitativa, apoiando-se na Análise do Discurso de Michel Pêcheux como subsídio teórico e analítico de interpretação dos dados, fundamentando-se nos conceitos de Henri Lefebvre acerca da produção do espaço e da concepção de cultura de Stuart Hall enquanto base teórica de apoio para este percurso teórico-analítico. Nessa perspectiva, levando-se em conta o recorte temporal da primeira república do Brasil, 1889 até 1930. A cultura popular aqui cotejada – a partir de excertos de revistas da época, dos viajantes estrangeiros, do samba recém-criado e da obra de três moradores da cidade, Lima Barreto, João do Rio e Benjamim Costallat– inscreveu-se algumas vezes como espaços de resistência, perfazendo em suas narrativas, discursos contra-hegemônicos, que se afastaram da modernidade que se buscava legitimar. A pesquisa revelou gradualmente como as práticas autoritárias e segregadoras contribuíram para a construção de uma visão dicotômica da cidade, dividida entre ricos e pobres, onde a ideia de uma cidade "branca", conforme descrita por Costallat, foi se consolidando. Isso resultou em uma sociedade que, em nome do desenvolvimento desigual, descartava seus cidadãos, sua história e as marcas coloniais, promovendo um embranquecimento cultural e civilizatório que suprimia as tradições locais e históricas. O samba, recém-criado, foi um instrumento fundamental para essa diáspora cultural, originando-se na Pequena África, no coração do Rio de Janeiro, e expandindo-se por toda a cidade. Essa manifestação cultural conectou o passado, o presente e o futuro, representando um elo entre diferentes períodos e realidades sociais.

**Palavras-chave:** cultura popular; discursos contra-hegemônicos; Rio de Janeiro; início do século XX.

## ABSTRACT

At the beginning of the 20th century, urban changes in the city of Rio de Janeiro, the federal capital of the newly created Republic, led to a cultural transformation in favor of an ideology of modernity in the meanings of experiences. There was a contradictory movement driven by city beautification policies that imposed a vision of modernity through urban requalification projects in the territorial dimension. Popular culture was a significant element in understanding the different social segments that experienced and adapted to the city's transformations, often as a space for resistance and popular mobilization. Rio de Janeiro society was experiencing a dualism in action: an adjustment in terms of resistance and resignation that coexisted simultaneously based on the social stratification of the urban space of the city of Rio de Janeiro, a space in which the ruling class sought to impose a new standard of living, culture and behavior that was considered modern and universal, although these territorial conflicts of a social order did not occur naturally, but through a process of cultural whitening. In this process, the thesis aimed to identify how culture manifested itself in a space of dispute and guarantee of hegemony, but which nonetheless included a debate on the relationship between hegemony and consensus. The aim was to reflect on how the urban transformations promoted by Rio de Janeiro's city remodeling plan at the beginning of the 20th century affected the cultural practices of the local population, through educational guidelines imposed by the city's dominant circuits, and how this related to the ideal of modernity imposed by the city's administrative management. In this theoretical-analytical approach, the aim was to analyse the counter-hegemonic discourses and reflect on the process of urban beautification and cultural whitening, with a focus on the emergence of samba carioca. This research was methodologically based on a bibliographical, exploratory and qualitative review, relying on Michel Pêcheux's Discourse Analysis as a theoretical and analytical support for interpreting the data, based on Henri Lefebvre's concepts about the production of space and Stuart Hall's conception of culture as a theoretical support for this theoretical-analytical path. From this perspective, taking into account the time frame of Brazil's first republic, 1889 to 1930, the popular culture discussed here - based on excerpts from magazines of the time, foreign travelers, the newly created samba and the work of three residents of the city, Lima Barreto, João do Rio and Benjamim Costallat - was sometimes inscribed as spaces of resistance, making up counter-hegemonic discourses in their narratives, which distanced themselves from the representation of modernity that they sought to make official. The research gradually revealed how authoritarian and segregating practices contributed to the construction of a dichotomous vision of the city, divided between rich and poor, where the idea of a "white" city, as described by Costallat, was consolidated. This resulted in a society that, in the name of unequal development, discarded its citizens, its history and colonial marks, promoting a cultural and civilizing whitening that suppressed local and historical traditions. The newly created samba was a fundamental instrument for this cultural diaspora, originating in Little Africa, in the heart of Rio de Janeiro, and spreading throughout the city. This cultural manifestation connected the past, the present and the future, representing a link between different periods and social realities.

**Keywords:** popular culture; counter-hegemonic discourses; Rio de Janeiro; beginning of the 20th century.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Reflexão dos “Melhoramentos Urbanos” .....	35
Figura 2. Construção do Porto do Rio de Janeiro .....	40
Figura 3. O reconhecimento do território da Pequena África da cidade do Rio de Janeiro .....	61
Figura 4. Mapa atual do centro da cidade do Rio de Janeiro, onde se pode observar a rua Senador Pompeu, quartel general do samba, citado por Donga, na chamada Pequena África.....	63
Figura 5. Metodologia proposta.....	69
Figura 6. Alargamento da rua da Carioca .....	78
Figura 7. Na Capital Federal, a Avenida Passos.....	80
Figura 8. Planta do Rio de Janeiro de 1906.....	83
Figura 9. Pavilhões da Exposição Nacional de 1908 .....	85
Figura 10. A salubridade e o “embellezamento” da cidade do Rio de Janeiro .....	87
Figura 11. A política de saneamento na administração de Pereira Passos. Caricatura de Oswaldo Cruz limpando o Morro por meio da Delegacia de “Higiyene” .....	89
Figura 12. A política de saneamento na administração de Pereira Passos. ....	90
Figura 13. “Mania das grandezas” .....	91
Figura 14. O bar “Chopp Berrante” no Passeio Público. Inaugurado em 1900, foi um dos locais do universo de entretenimento da Belle Époque.....	93
Figura 15. A greve de 1917 na cidade do Rio de Janeiro .....	108
Figura 16. Avenida Central em 1925.....	110
Figura 17. Localização dos morros do Castelo, morro de Santo Antônio e morro do Senado (1892-1922) .....	112
Figura 18. Localização do morro do Castelo, morro de Santo Antônio e morro do Senado (2023).....	113
Figura 19. Dia da realização da última missa da igreja de São Sebastião do Rio de Janeiro no morro do Castelo. ....	116
Figura 20. Perspectiva tridimensional da cidade do Rio de Janeiro e a localização do morro do Castelo, Morro Santo Antônio e Morro do Senado. ....	118
Figura 21. Morro do Castelo no centro da cidade do Rio de Janeiro .....	119
Figura 22. Moradias populares e prédios históricos no Morro do Castelo.....	121
Figura 23. Uso de jato d’água para derrubar o morro do Castelo. ....	122
Figura 24. Demolição do Morro do Castelo, jato d’água e explosão de dinamites..	123

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Periódicos que serão analisados.....	69
Quadro 2. Textos de viajantes estrangeiros que serão analisados .....	69
Quadro 3. Canções populares que serão analisadas.....	70
Quadro 4. Obra de Lima Barreto que será analisada.....	70
Quadro 5. Obra de João do Rio que será analisada .....	70

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação de mortalidade entre dezenove centros urbanos e a cidade do Rio de Janeiro (1890 a 1895) .....	30
--	----

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DA TRAJETÓRIA DO AUTOR E DA PESQUISA .....	13
2 INTRODUÇÃO .....	15
3 CONTRADIÇÕES NO TERRITÓRIO: A MODERNIDADE FORJADA NO RIO DE JANEIRO DO PRIMEIRO QUARTIL DO SÉCULO XX .....	28
3.1 A transição da economia agrária para a economia industrial .....	28
3.2 O urbanismo sanitarista e os planos de embelezamento da cidade do Rio de Janeiro do início do século XX .....	30
3.3 A eugenia, a cidade-corpo e a ideologia higienista .....	36
4 A CULTURA POPULAR COMO ESPAÇO DE DISPUTA ENTRE OS DISCURSOS HEGEMÔNICOS E CONTRA-HEGEMÔNICOS .....	48
4.1 Apontamentos teóricos .....	48
4.2 A cultura popular como movimento de resistência contra-hegemônica .....	53
4.3 A pequena África na Capital Federal do Brasil .....	61
5 A PERSPECTIVA TEÓRICA DA ANÁLISE DO DISCURSO E A PAISAGEM URBANA DA RIO DE JANEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XX. ....	65
6 ANÁLISE DO DISCURSO CIVILIZATÓRIO E OS MELHORAMENTOS URBANOS: IMAGENS DA CIDADE MODERNA E O EMBRANQUECIMENTO CULTURAL E O IDEÁRIO DA MODERNIDADE .....	72
6.1 Uma análise da imprensa, dos viajantes estrangeiros, do samba e das obras de Lima Barreto, João do Rio e Benjamim Costallat .....	72
6.2 O discurso civilizatório no Rio de Janeiro do início do século XX .....	76
6.3 Os anos 10: imagens da cidade moderna e o embranquecimento cultural .....	86
6.4 Os anos 10 no Rio de Janeiro e os seus <i>Bonds</i> .....	98
6.5 Os anos 20: o ideário da modernidade .....	109
6.6 O desmonte do morro do Castelo .....	111
6.7 A voz dos moradores do morro do Castelo .....	117
6.7.1 O rompimento de estruturas e técnicas tradicionais .....	127
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	133
REFERÊNCIAS .....	138

## 1 APRESENTAÇÃO DA TRAJETÓRIA DO AUTOR E DA PESQUISA

Para que o leitor compreenda o momento presente da pesquisa e o percurso percorrido, deve-se salientar que esta teve origem em 2018, após a minha defesa de Mestrado, quando discuti o hibridismo cultural entre o subalterno e o hegemônico a partir das narrativas musicais dos compositores Adoniran Barbosa (1910-1982) e Paulo Emílio Vanzolini (1924-2013) acerca do conjunto de representações sobre a cidade de São Paulo e o processo de urbanização que ali se intensificou entre as décadas de 1940 e 1960. A partir do mote “São Paulo não pode parar”, iniciei a pesquisa, buscando compreender o discurso modernizante do progresso liderado por uma elite cultural que detinha poder político e que marcou o processo de industrialização e das reformas urbanas da cidade de São Paulo.

Minha dissertação de Mestrado teve como premissa comparar as representações da cidade de São Paulo do ponto de vista da elite que emergiu do processo de urbanização e que buscava construir sua hegemonia a partir do processo simultâneo de industrialização e urbanização que teve seu ápice nos anos 40, 50 e 60 em São Paulo. Foi por meio das composições de Adoniran e Vanzolini e das narrativas de seus sambas que pude refletir acerca da vivência dos operários, dos migrantes, imigrantes no território, analisando a relação tensa dessas transformações urbanas com a memória coletiva que se traduzia em um sentimento de não pertencimento ao espaço urbano renovado.

Foi nesta época que iniciei meus estudos quanto à produção social do espaço urbano e a história da cidade do Rio de Janeiro na área do Planejamento Urbano e Regional, com aderência à linha de pesquisa de “Planejamento, Espaço e Cultura”.

Esta pesquisa encontrou a sua gênese também em cursos realizados com enfoque em temáticas urbanas e em participação em congressos, em especial o XIX Enanpur que ocorreu em 2019 e o XVI SHCU, 30 anos, e o Seminário de História e Urbanismo que aconteceu em Salvador na Bahia, quando na ocasião, participei como membro da mesa temática “Cidade e Canções: Diálogos possíveis”, o que oportunizou a apresentação de duas seções desta pesquisa, ainda embrionária.

Em sua concepção, a mesa temática procurou articular investigações em torno de um objeto semelhante (a cidade de São Paulo nas décadas de 1940 a 1960), estabelecendo um “objeto-espelho”, espécie de caso de contraste e controle

metodológico sobre a cidade do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX. Com este contraste inicial, foi possível evitar que uma produção recorrente nos trabalhos sobre a cidade de São Paulo induzisse a generalizações prematuras acerca das possibilidades de se investigar a cidade do Rio de Janeiro, a partir da música popular.

Destas diferentes pesquisas surgiu ao menos um tema comum que demonstrou a validade e a contribuição da música popular para a construção desta tese: por diversos ângulos, os trabalhos da mesa temática revelaram a importância que São Paulo e Rio de Janeiro assumiram para os compositores populares, diante de um contexto de rápidas transformações urbanas – implicando apagamentos, destruições e perda de referenciais- em que passaram estas cidades.

Nesse íterim, o trabalho de pesquisa voltou-se na busca da compreensão de como os impactos dos “melhoramentos urbanos” ocorridos na cidade do Rio de Janeiro influenciaram decisivamente na condição de vida da população mais vulnerável, analisando-se assim, como o espaço urbano organizou-se estruturalmente a partir dos interesses do capital. O Estado, à época, implantou diversos “melhoramentos urbanos”, expulsando a população carente dos centros da cidade, alterando substancialmente a paisagem urbana dessas cidades. Considerando que a população excluída, possuía, predominantemente, baixo poder aquisitivo, essa situação ampliou as péssimas condições de vida destas.

Foi a partir dessa inflexão que a tese ganhou corpo e significado, aprofundando-se nas contribuições dos estudos culturais articulados aos valores sociais e simbólicos do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, e sua transformação, a partir do início do século XX, inscrevendo-se por meio de uma perspectiva dialógica, valendo-se de uma variada gama de fontes oriundas da imprensa, dos textos dos viajantes estrangeiros e das narrativas de dois cariocas do período, Lima Barreto e João do Rio e a canção popular oportunizando um estudo dedicado à compreensão de percepções e sensibilidades do cotidiano da cidade.

## 2 INTRODUÇÃO

No final do século XIX, várias cidades brasileiras já haviam se tornado centros urbanos, mas ainda mantinham características coloniais e escravistas. As economias agrárias legadas pelo período colonial foram catalisadoras do desenvolvimento industrial e comercial, ao aprimorar os sistemas de transporte e criar um mercado interno, atraindo imigrantes e facilitando o ingresso de investimento estrangeiro. A cidade do Rio de Janeiro, paralelamente a esse processo de industrialização, passou por um intenso processo de urbanização.

O desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, seguiu de forma semelhante aos principais centros urbanos europeus e americanos daquela época. Assim, como no caso brasileiro, países como a Inglaterra e a França também vivenciaram a “desestruturação da vida de suas cidades, impondo a necessidade de se regulamentar a nova relação que passou a vigorar entre os indivíduos e o espaço urbano” (Pechman; Fritsch, 1985, p.147).

Neste período, a cultura europeia influenciava fortemente o ideário das classes dominantes, influenciando médicos, arquitetos e engenheiros que desempenharam papéis importantes na implementação de projetos que moldaram as cidades brasileiras. Esses projetos refletiam ideias e técnicas europeias que tinham como objetivo atender a modernização e ao saneamento das cidades, que enfrentavam problemas como o crescimento desordenado, a falta de infraestrutura e os problemas de saúde pública, como descreve Pechman e Fritsch (1985):

A convivência humana no Rio de Janeiro ia se tornando de difícil administração com crescimento em ritmo exponencial do número de seus habitantes, tornando transparente aos olhos de todos que os equipamentos urbanos existentes eram insuficientes para atender à demanda da população e que as normas disciplinadoras dos usos do espaço da cidade não estavam mais à altura das necessidades impostas pelos novos tempos (Pechman; Fritsch, 1985, p.147).

De acordo com Pechman e Fritsch (1985), a condição de centro administrativo e cultural foram os fatores que impulsionaram uma crise urbana na cidade do Rio de Janeiro nesta época:

O crescimento do Rio de Janeiro no século XIX desaguardaria numa profunda crise urbana, não pela progressiva intensificação industrial havida dentro de suas fronteiras, mas por sua condição de grande centro administrativo, comercial, financeiro, cultural e político,

portanto, um polo de atração de população originária de outras províncias e do exterior (Pechman; Fritsch, 1985, p.147).

Nessa perspectiva, a análise do contexto urbano deve levar em conta as dimensões arquitetônicas, sociais, políticas e culturais da sociedade. De acordo com Rossi (2001) a Morfologia Urbana deve ser estudada como um construto da interação não apenas de elementos arquitetônicos, mas também das influências sociológicas, proporcionando, assim uma oportunidade de estudo e pesquisa tomando a cidade como objeto de reflexão, a partir de seu contexto histórico, como um substrato das relações humanas que a permeiam.

Em resumo, a abordagem de Aldo Rossi engloba dois aspectos essenciais: por um lado, a dimensão material da paisagem, expressa na Morfologia Urbana, que compreende a organização das atividades humanas no espaço territorial, ou seja, suas formas específicas de ocupação; por outro lado, a dimensão sensível e subjetiva, que transforma a paisagem em um repositório de significados e a conecta a uma variedade de interpretações visuais possíveis.

Naquele período, de acordo Siqueira (2012), para as classes dominantes, o negro era considerado perigoso, pois como ex-escravizado seria inadequado para a sociedade sua participação no “processo de formação da cultura brasileira” (Siqueira, 2012, p. 99). Assim como os negros, as vozes dos cidadãos comuns eram silenciadas neste processo cultural. Reconhecer a voz desta parcela da população, que fora silenciada neste período histórico, é desvencilhar-se do poder hegemônico que a tudo “interfere, legisla, adverte, proíbe e reprime” (Velloso, 1988, p. 9). Esta pesquisa se lança na reflexão das vozes dissonantes da cultura tradicional.

Em relação à essa conexão de significados e vivências na dimensão urbana e para ampliar esse entendimento, a pesquisa buscou analisar seis suportes simbólicos de comunicação para embasamento de seus estudos de pesquisa: os periódicos da época, a literatura de viajantes estrangeiros, a literatura de João do Rio, Lima Barreto, Benjamim Costallat, assim como as narrativas dos sambistas Sinhô, Donga e Noel Rosa, a visão da cidade a partir de suas experiências, buscando refletir os discursos que representavam a cultura e a visão popular à época.

Atreladas ao realismo e às condições psicológicas pelas quais vivenciavam os cariocas do início do século XX, João do Rio, por meio de suas crônicas que narram as dinâmicas sociais neste período, inovou a maneira de se fazer imprensa no Brasil.

Fora um jornalista e cronista cujos discursos contribuem por meio das narrativas, que realizava da dimensão urbana da Capital Federal. A obra "A Alma Encantadora das Ruas", de sua autoria, é um exemplo da forma como este flâneur da cidade do Rio, morador da Lapa, analisou as ruas cariocas, as quais as vivenciava tanto como boêmio, como jornalista, realizando críticas contundentes em relação ao *modus vivendi* daquela sociedade.

Lima Barreto, assim como João do Rio, foi jornalista e escritor renomado. Fora sempre atento às mudanças sociais do início do século XX, utilizando o espaço jornalístico como plataforma para expressar suas ideias, sempre criticando abertamente os desmandos políticos e as disparidades socioeconômicas presentes na Capital Federal (Barreto, 1923). O interesse desta pesquisa, portanto, reside na investigação das reflexões de Lima Barreto enquanto figura intelectual de sua época, a partir de suas posições como negro e morador do bairro Todos os Santos da cidade do Rio de Janeiro. A obra "Bagatelas", publicada pelo autor em 1923, foi uma resposta à opressão que ele enfrentava em seu meio. Nota-se que, por meio de uma análise constante do nível de cultura intelectual de sua sociedade, Barreto destaca a importância de utilizar a intelectualidade como instrumento de distinção e de contestação à moral burguesa republicana, que sempre o incomodou.

Benjamin Costallat revelou a Capital da República em suas crônicas e romances, oportunizando o escândalo como uma estratégia de sua narrativa. Profundamente envolvido com os temas e técnicas de sua época, Costallat ganhou notoriedade ao abordar de maneira peculiar a relação entre literatura e realidade social. Concentrou-se no tema da degradação moral e urbana, em textos que buscavam revelar aos leitores a cidade que se escondia por trás da modernidade. Em sua visão do Rio, as favelas eram descritas como "sinistras" e casas com uma aparência "quase burguesa, perfeitamente honesta" escondiam criminosos perigosos. Por meio dessa crítica, o autor queria deixar claro que a questão urbana ia além dos problemas de circulação e habitação. O que estava em jogo era, em última análise, um novo modelo de civilização (Costallat, 1990). Um dos textos mais significativos que evidencia o papel que Costallat buscava desempenhar em meio aos debates que agitavam a cidade é a crônica em que ele comenta a polêmica derrubada do Morro do Castelo em 1922. Este episódio, que serviu como esteio da interligação entre reforma

urbana, imoralidade e modelo civilizatório, chocou diversos setores da intelectualidade carioca à época.

Em meio à essa emblemática disputa cultural, em meio aos desafios da segregação social e racial, havia uma efervescência de eventos festivos que uniam a população, além do surgimento e desenvolvimento de diversos movimentos artísticos, que enriqueciam ainda mais a cena cultural da cidade, como o recém-criado samba:

A criação do samba, como gênero musical, aconteceu de forma peculiar e está ligada ao contexto social do início do século XX. A sociedade do Rio de Janeiro, o maior centro cultural do país, era constituída de duas classes sociais bem distintas: de um lado, os aristocratas e a classe média em franca expansão social e cultural, em decorrência do período de industrialização pelo qual passava o país; de outro, vivendo na parte mais antiga da cidade, amontoados em cortiços, portuários, aventureiros, escravos recém-libertos (Cavalcanti, 2007, p. 22 *apud* Romanelli, 2014, p. 5).

Escolhidas como referências para investigar a existência dos desafios da segregação social e racial e a força desses indícios, as obras de três importantes compositores populares, que são Donga, Sinhô e Noel Rosa, oportunizam análises para se compreender aquela sociedade sob a ótica da canção popular.

A partir desse contexto, esta pesquisa se volta aos estudos das reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro tendo como recorte temporal 1889 até 1930, marco da Primeira República no Brasil<sup>1</sup>, investigando as tensões sociais que ali se observaram. Reflete-se acerca de como a ideologia higienista se articulou em meio à cidade neste período, perfazendo uma intrínseca relação entre as epidemias e o higienismo, a partir de um processo civilizador instaurado em meio aos embelezamentos urbanos vivenciados naquele período, que culminou com a constituição de uma nova realidade social, em meio à ótica do progresso e perspectiva da modernidade.<sup>2</sup> (Benjamin, 1985).

Esse trabalho de pesquisa busca analisar a dimensão urbana do Rio de Janeiro no início do século XX, os acontecimentos sociais, políticos e econômicos

---

<sup>1</sup> Esse período ficou conhecido como o período dos planos de melhoramento e embelezamento, que foram influenciados por ideais burgueses. Esses planos de melhoramento e embelezamento foram marcados por uma forte ênfase na criação de espaços públicos monumentais, como praças e avenidas, que simbolizavam o poder e a grandeza das classes dominantes. Essa forma de urbanismo ficou conhecida como o urbanismo de Versalhes, de Washington, de Haussmann e de Pereira Passos (Deak; Schiffer, 2010, p.182).

<sup>2</sup> O termo “modernidade” aqui é tomado de empréstimo de Walter Benjamin (1985), inspirado em seu ensaio “Paris, capital do século XIX” em que as condições estruturais da sociedade são pensadas como alegorias dos elementos constitutivos do território e da vida do Rio de Janeiro em comparação à cidade de Paris.

materializados por meio da cultura e da linguagem, utilizando-se da perspectiva teórica da Análise de Discurso (Pêcheux, 1997) como ponto de referência para a discussão e análise de jornais da época, textos de viajantes estrangeiros, da música popular brasileira, em especial o samba, recém-nascido, e as obras de Lima Barreto (Barreto, 1923), João do Rio (Rio, 1908) e Benjamim Costallat (1922) um corpus selecionado que busca analisar a história da paisagem urbana da cidade, mediante processos discursivos, que se manifestaram em diferentes formas de linguagem, revelando-se como contra-hegemônicas refletidas aqui a partir das categorias “imagens da cidade moderna e o embranquecimento cultural” e de “o ideário da modernidade”.

Será por meio da categoria “imagens da cidade moderna” que a pesquisa buscará captar os vários elementos da modernidade que estavam presentes na urbanização acelerada da cidade do Rio de Janeiro no início do século, que aflorava como a Paris dos Trópicos. A criação da Avenida Central, a mobilidade dos bondes e a chegada do cinematógrafo serão alguns pontos analisados; já a categoria do “embranquecimento cultural” será instrumento de análise para examinar a tolerância opressiva (Ribeiro, 2015), aspecto marcado por situações de desequilíbrio de poder, em que aqueles que se consideram superiores procuram subjugar e exercer controle. Esse questionamento nos leva a ponderar sobre a verdadeira natureza da tolerância, especialmente ao analisar o Rio de Janeiro dos anos 1910. Essa análise examinará três formações discursivas que geram interpretações distintas: as narrativas do viajante estrangeiro Clayton Sedgwick Cooper que contrastam com o samba malandro de Sinhô e as descrições da cidade real por João do Rio; por meio da análise da categoria “o ideário da modernidade” busca-se refletir acerca de como a intervenção urbana e o saneamento da pobreza impulsionaram a demolição de diversos morros no centro da cidade, com destaque para o morro do Castelo, considerado o símbolo do atraso da cidade colonial. Conforme destacado por Benjamim Costallat, isso resultou na formação de uma “Cidade Branca”, que surge como uma reprodução de um novo modelo de produção capitalista, cujo espaço substitui formas sociais moldadas pelo ideal imaginário da modernidade.

As transformações urbanas, aqui cotejadas, são fundamentadas por meio dos métodos de movimentação do espaço como a essência da expansão das relações sociais de produção e propriedade, que se consolidou como uma aspiração universal

da reprodução da riqueza: “a disposição dos bairros, a localização de fábricas, lojas e bancos, áreas de lazer, estradas de ferro estariam em função desses interesses” (Rocha, 1995, p. 25) A tática subjacente a essa reprodução ocorreu por meio da apropriação seletiva, desigual e planejada do espaço e dos modos de vida instalados nele, promovendo uma rede de intermediações. Isso conduziu ao progresso da modernidade. É possível afirmar que a modernidade está intrinsecamente relacionada com a história da acumulação e das opressões que moldaram este processo, como bem afirma o professor Milton Santos (1988, p. 13).

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, "únicos". Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço – homens, firmas, instituições, meio ambiente -, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais (Santos, 1997, p. 13).

Importante ressaltar que conjuntamente ao “embelezamento” da cidade, a Lei de Terras de 1850, teve impacto significativo na organização do espaço urbano carioca, de acordo com Costa (1998). Esta lei que teve como objetivo a regularização territorial, estabeleceu que a aquisição de terras só poderia ser feita por compra, não mais por concessões de sesmarias, o que acabou gerando um processo de concentração de terras em posse dos proprietários rurais, ocasionando reflexos nas cidades brasileiras, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, deixando muitos trabalhadores sem acesso à terra. Com a expansão da cidade e a falta de políticas habitacionais efetivas, muitas pessoas acabaram ocupando terrenos sem autorização, dando origem às primeiras favelas.

Contribuindo com a discussão, Gonçalves (2018, p. 517) aponta que no início do século XX, a estrutura social era permeada por um “estrito vínculo entre capitalismo e relações raciais”.

Manter estas relações implicou para a classe dominante criar uma polícia forte e uma justiça severa com vistas a conter os maus instintos. Egressos(as) das senzalas, foram encurralados(as) nas áreas mais precárias para fincar suas moradias, constituindo as primeiras aglomerações de favelas e compondo a grande franja de

marginalizados(as) criada pelo modo de produção que surgia (Gonçalves, 2018, p. 517).

As primeiras favelas surgiram como uma forma de ocupação irregular de terrenos, principalmente em áreas de encosta e margens de rios, onde o acesso à terra e à moradia era mais difícil. Essas áreas eram consideradas "terras de ninguém", já que não pertenciam a nenhum particular e não eram regularizadas pelo poder público.

Assim, pode-se dizer que a Lei de Terra de 1850 teve um impacto direto no surgimento das favelas, já que a concentração de terras que ela gerou contribuiu para a falta de acesso à terra e à moradia, especialmente para os mais pobres. Esse processo histórico aliado ao embelezamento urbano da cidade do Rio de Janeiro mostra como as políticas públicas gestadas pelas classes dominantes relacionadas ao direito à terra e à moradia podem ter efeitos duradouros e impactantes na organização do espaço urbano, como observado por Deak e Schiffer (2010):

[...] somente entendida, enquanto ideologia, é possível compreender a produção e principalmente a reprodução no Brasil, nos últimos 50 anos, do planejamento urbano, cristalizado na figura do plano diretor. Sustenta-se também que as constantes mudanças de nome, de metodologia de elaboração e de conteúdo dos planos ao longo de sua história, foram estratégias das quais as classes dominantes lançaram mão para renovar a ideologia dominante e com isso contrabalançar a tendência de enfraquecimento de sua hegemonia, contribuindo assim para sua manutenção no poder e para o exercício da dominação (Deak; Schiffer, 2010, p. 182).

Contribuindo com essa discussão, Quijano (1978) aponta que o Estruturalismo Histórico<sup>3</sup> nos ajuda a compreender a sociedade a partir da análise das contradições que surgem no modo de produção capitalista quanto às questões que envolvem à marginalidade, à segregação e à exclusão. De acordo com essa corrente teórica, a integração social é marcada por conflitos e descontinuidades, que estão diretamente relacionados às circunstâncias históricas que moldam a sociedade. Assim, a

---

<sup>3</sup> A perspectiva do "estruturalismo histórico" propõe que a marginalidade de um elemento ou conjunto de elementos é o resultado das contradições da própria natureza e tendências fundamentais da estrutura social. Em 1966, um texto publicado pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina da Organização das Nações Unidas) e escrito por Aníbal Quijano, apontava que a marginalidade social é um modo limitado e estruturalmente inconsistente de pertencer e participar na estrutura geral da sociedade, seja em relação a certas áreas dentro das estruturas dominantes ou básicas, ou em relação ao conjunto dessas estruturas em todos ou parte de seus setores institucionais.

existência marginal de determinados grupos ou indivíduos pode ser explicada pela própria natureza da estrutura social vigente (Quijano, 1978, p. 31). Nessa ótica, Gonçalves (2018, p. 518) destaca que o Estado era quem alijava os ex-escravizados, “organizando e legitimando tratamento vil”:

O Estado brasileiro, alicerçado pelo ideário da superioridade branca, cuidou de organizar e legitimar o tratamento vil que seria destinado a ex-cativos(as). O Código Penal de 1890 tornou-se um importante instrumento jurídico que transformou em práticas criminais as manifestações da cultura negra (a capoeira, a feitiçaria, o curandeirismo, etc.) e passou a regulamentar e qualificar como delito o ócio, mesmo aquele que resultava da recusa em contratar força de trabalho por causa de seu defeito de cor. Leis, Atos, Decretos, etc. que se seguiram evidenciam a preocupação da administração pública com esta gente, julgada preguiçosa, que perambulava pelas ruas (Gonçalves, 2018, p. 518).

Nessa perspectiva, Ribeiro (2015) discute a tolerância, identificando duas formas distintas: uma “tolerância soberba e orgulhosa dos que se consideram diferentes e desejam permanecer assim, e uma tolerância opressiva, de quem quer conviver reinando sobre os corpos e almas dos cativos, índios e pretos” (Ribeiro, 2015, p. 70). Para Ribeiro (2015), essa segunda forma de tolerância é intolerável, pois não permite qualquer tipo de diferença, considerando aqueles que são marginalizados hoje como equivalentes aos seus opressores no futuro. Nesse sentido, a pobreza e a racialidade são exemplos de contradição do modo de produção capitalista, pois estão diretamente relacionadas às desigualdades econômicas e sociais que marcaram a sociedade contemporânea

De acordo com Quijano (2005), a elaboração da ideologia racial foi um instrumento de dominação.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (Quijano, 2005, p. 118).

Carvalho (1987, p.16) destaca que a abolição oportunizou ao mercado de trabalho livre um alto índice de “desempregados e subempregados” que o disputavam

com os migrantes saídos da lavoura da região cafeeira do estado do Rio e com os imigrantes estrangeiros (Carvalho, 1987, p.16), contribuindo com essa discussão, de acordo com o Estruturalismo Histórico, a pobreza não é apenas um problema individual, mas sim uma consequência do próprio sistema econômico. A existência de uma camada marginalizada na sociedade é funcional ao capitalismo, pois é a partir dela que se formam os exércitos industriais de reserva, que são compostos por trabalhadores que não estão totalmente integrados ao mercado de trabalho, mas que podem ser mobilizados conforme as necessidades do sistema capitalista (Kowarick, 1975).

Em relação aos aspectos raciais em voga neste período, o racismo, a escravidão e a exploração do trabalho braçal legitimaram a colonialidade do poder, como apontado por Quijano (2005, p. 118):

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (Quijano, 2005, p. 118).

O espaço urbano é resultado de uma relação complexa e contraditória entre os agentes sociais que ali atuam, por meio de suas ações e decisões. Essa relação é conduzida pelo modo capitalista de produção, que gera conflitos e se manifesta na paisagem urbana. O espaço urbano é, portanto, um produto social e histórico, resultado das relações sociais acumuladas ao longo do tempo. O planejamento urbano tem um papel fundamental na produção do espaço urbano, pois regula e direciona as ações e decisões na cidade, que, por sua vez, influenciam e se tornam tendência para os agentes produtores do espaço (Marzulo, 2019).

Nesta perspectiva, para a compreensão da reprodução de tipos diferenciados e hegemônicos do uso e ocupação do solo urbano, a pesquisa se pautou na caracterização de condicionantes e fatores históricos, políticos e econômicos. A pesquisa procura refletir que o embelezamento urbano representou para a cidade do Rio de Janeiro uma intensificação da forma e das contradições da cidade colonial-escravista que alijou a classe trabalhadora à moradia no centro da cidade, não permitindo acesso às benesses do crescimento econômico. Cabe mencionar o

conceito de colonialidade de poder (Quijano,2005) a partir das dimensões dos estudos decoloniais de Mignolo (2017) que permite refletir como, historicamente, os colonizados foram submetidos não somente a uma exploração intensa de todos os seus recursos, mas também a uma hegemonia dos sistemas de conhecimento eurocêntricos. Além disso, possibilita pensar por meio da estrutura eurocêntrica de pensamento e representação que continua a dominar grande parte do mundo hoje, independentemente de se ter ou não alcançado formalmente a libertação nacional em um lugar e tempo específicos. Estes paradoxos se evidenciavam inclusive com o surgimento do movimento sanitarista (Hochman, 1998) que apontava normas e hábitos que imporiam os cuidados da saúde coletiva e individual.

Esta tese se pauta metodologicamente como qualitativa, exploratória, embasada por meio de pesquisa bibliográfica e apoia-se nas bases teóricas da Análise de Discurso (proposta nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi), instrumento utilizado por este trabalho de pesquisa para reflexão dos debates do Planejamento Urbano por meio dos recortes temporais passados.

Destaca-se para essa tese, que a instrumentalização da análise de discurso produz seu resultado por meio da análise, como aponta Orlandi (1995), dos aspectos sócio-históricos, no qual o *corpus* linguístico se revela como pressuposto (Orlandi, 1995, p.112) e será a partir da materialidade do texto, que as análises ocorrerão, levando-se em conta a perspectiva do discurso, ancorada por meio dos aspectos ideológicos, do sujeito e do assujeitamento. (Orlandi, 1983, p.204- 205).

Esta pesquisa empregará o materialismo histórico como uma ferramenta para a análise do discurso, viabilizada por esta tese como uma prática social moldada por variados contextos e dinâmicas de poder (Orlandi, 2003, p. 04), a fim de interrogar a pergunta de partida para esta tese: as tendências discursivas civilizadoras das classes dominantes orientaram a experiência da remodelação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX?

A pergunta de partida, identificada pela pesquisa, originou-se a partir do fenômeno das reestruturações do plano urbano da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, evidenciando assim uma produção, de cunho hegemônico, do espaço a partir da construção de uma nova Rio de Janeiro, concebida por meio das políticas de intervenção urbana e das gestões administrativas da cidade à época, que se inspiraram na Paris de Hausmann. Lefebvre (2008, p. 48-49) destaca que a

manutenção das relações de produção capitalistas depende, em grande parte, da dominação do espaço e do cotidiano, o que leva à formação da Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido.

Para Lefebvre (2008), na Sociedade Burocrática de Consumo, essa produção não se limita apenas à produção de bens materiais, mas inclui também a produção de relações sociais e a reprodução de determinadas relações. Nesse sentido, o espaço se torna fundamental para essa reprodução, englobando tanto o espaço urbano quanto os espaços de lazer, educação, cotidiano, entre outros (Lefebvre, 2008, p. 48-49). Essas transformações urbanas alteraram as práticas culturais que antes vigoravam na cidade, que assim, reconstruída, oportuniza em seu meio pautas educativas <sup>4</sup>que a cidade impõe, por meio das elites através do qual se efetua a reprodução das relações sociais de produção, que é “o objeto de todos os cuidados (domínio da organização, espaço-tempo da autorregulação voluntária e planificada) (...)” (Lefebvre, 1991, p. 82).

A hipótese do trabalho se volta às informações que permitam desvelar se há um sistema de regularidades nos discursos hegemônicos que apontem práticas autoritárias e alijadoras, conformadoras de uma ideia de cidade reconstruída segundo um modelo dicotômico entre pobres e ricos. Volta-se às contradições, do uso e ocupação do espaço socialmente desigual, apoiado sob a égide das relações capitalistas, em meio a um movimento, higienista e civilizador da Belle Époque, construto da estratificação social, apoiado em um processo de embelezamento urbano<sup>5</sup> correlacionado com um processo de embranquecimento cultural

O objetivo geral da pesquisa fundamenta-se por meio da análise de seis suportes simbólicos de comunicação: os periódicos da época, a literatura de viajantes

---

<sup>4</sup> Refiro-me como pautas educativas os Códigos de Posturas ou as Posturas Municipais que buscavam reorganizar as relações sociais, de produção e a convivência nas cidades. (Brasil, 1894) O espaço urbano, no final do século XIX e início do século XX, foi alvo de atenção de legisladores, engenheiros, médicos e sanitaristas, que elaboraram códigos e leis para controlar a propagação de doenças e regular o ambiente urbano e sua população. Os códigos de posturas, consistiam em pautas educativas que estabeleciam regras de comportamento e convívio em uma comunidade e sociedade específicas, assumindo, portanto, uma dimensão normativa. (Schmachtenberg, 2008, p.1)

<sup>5</sup> Benchimol (1992, p. 228), assim se refere às obras de remodelação do Rio de Janeiro no início da República: o termo “embelezar” tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa, mais do que a imposição de novos valores estéticos. a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade. Encobre, por assim dizer, múltiplas “estratégias”. A erradicação da população trabalhadora que residia na área central: a mudança de função do centro. atendendo - num plano mais imediato - aos interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e - num plano mais geral - às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao “desfrute” das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do Estado republicano em relação àquela cidade que era a sede do poder político nacional (Benchimol, 1992, p. 228).

estrangeiros, a literatura de João do Rio, Lima Barreto, Benjamim Costallat e a canção popular, para avaliar como as concepções da cultura se articularam a estes meios em relação à dimensão urbana do Rio de Janeiro no período da Primeira República.

Os objetivos específicos abrangem:

1) Identificar como a cultura se manifestou em um espaço de disputa e de garantia de uma hegemonia, mas que, no entanto, existiu o debate sobre a relação entre hegemonia e consenso. Partindo-se da concepção de cultura de Hall (2003), neste percurso teórico-analítico, objetiva-se analisar os discursos contra-hegemônicos nos seis suportes simbólicos para refletir acerca do processo de embelezamento urbano e do embranquecimento cultural.

2) Refletir como as transformações urbanas promovidas pelo plano de remodelação da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX afetaram as práticas culturais da população local, para compreender as pautas educativas impostas pelos circuitos dominantes da cidade, e como isso se relacionou com o ideal de modernidade imposto pela gestão administrativa da cidade.

3) Neste percurso teórico-analítico, objetiva-se analisar os discursos contra-hegemônicos e refletir acerca do processo de embelezamento urbano e do embranquecimento cultural, com o foco no aparecimento do samba carioca. A partir disso, compreender como a partir do samba, ocorre um movimento diaspórico como fator de conversão desse discurso-contra-hegemônico localizado na Pequena África em um fenômeno mais amplo, dentro da cidade do Rio de Janeiro, que acabaria por ter alcance nacional.

Estruturalmente, a tese tem quatro pilares que foram divididos entre as seções 3, 4, 5 e 6.

Na seção 3, **Contradições no território: a modernidade forjada no Rio de Janeiro do primeiro quartil século XX**, realiza-se uma discussão introdutória, buscando-se refletir sobre o espaço social, sobre como ideário do urbanismo sanitário impulsionou mudanças no plano urbano da cidade do Rio de Janeiro a partir de uma ótica de embelezamento e higienismo no início do século XX, ressignificando a cidade como doente, constituindo-se assim a partir da vivência de conflitos e lutas pelo território. A seção analisa a eugenia, a Cidade-Corpo e a ideologia higienista vigente à época.

Na seção 4, intitulada **A cultura popular como espaço hegemônico e contra hegemônico de disputa**, busca-se observar como as dinâmicas espaciais da cidade do Rio de Janeiro e seus impactos sociais estavam presentes na cultura popular, oportunizando uma análise da produção social do espaço da cidade do Rio de Janeiro, a partir do âmbito dos melhoramentos urbanos e, pontualmente, das experiências de seus habitantes em relação ao plano urbano por meio das expressões culturais.

Na seção 5, propõe-se a apresentação da metodologia aplicada a este estudo, intitulada **Considerações Teórico-Methodológicas: A Perspectiva Teórica da Análise do Discurso e a Paisagem Urbana do Rio de Janeiro do Início do Século XX**, realiza-se as ponderações teórico-metodológicas, inscritas nas bases teóricas da Análise de Discurso concebida nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi em relação aos processos de interpretação do corpus linguístico presentes nos jornais e revistas da época, textos de viajantes, nas obras de Lima Barreto, João do Rio, Benjamim Costallat e o samba, promovendo, ao longo da tese, reflexões científicas acerca das dinâmicas sociais, a ressignificação do espaço urbano e a funcionalidade do espaço histórico vivido.

Na seção 6, intitulada **Análise dos discursos civilizatórios, melhoramentos urbanos e das categorias Imagens da cidade moderna e o embranquecimento cultural e o Ideário da modernidade**, a pesquisa se volta à análise das categorias supracitadas refletindo acerca da ação do Estado Capitalista e seu papel na produção social do espaço urbano a partir da implementação dos melhoramentos urbanos, em uma perspectiva que considera a relação entre linguagem e sociedade, tendo em vista o funcionamento do discurso e da ideologia, presentes na imprensa, nos textos dos viajantes estrangeiros, no samba e nas obras de Lima Barreto, João do Rio e Benjamim Costallat, com o objetivo de avaliar os valores constitutivos do espaço urbano que materializaram a história daquela sociedade

Na seção 7, tem-se as **Considerações Finais**, que reafirma os objetivos gerais e específicos do trabalho de pesquisa, destacando como foram alcançados ao longo do estudo, sintetizando as principais descobertas e resultados obtidos, ressaltando sua relevância para o entendimento das transformações urbanas do Rio de Janeiro no início do século XX.

### **3 CONTRADIÇÕES NO TERRITÓRIO: A MODERNIDADE FORJADA NO RIO DE JANEIRO DO PRIMEIRO QUARTIL DO SÉCULO XX**

Como proposta desta seção, essa pesquisa se volta às contradições que permearam o território do Rio de Janeiro durante o primeiro quartil do século XX, especialmente destacando a modernidade forjada nesse contexto. Inicialmente, aborda-se a transição da economia agrária para a economia industrial, um processo que não apenas transformou as estruturas materiais, mas também reconfigurou as representações sociais e políticas da cidade.

Em seguida, adentra-se no cenário do urbanismo sanitarista e dos planos de embelezamento da cidade, discutindo como essas iniciativas refletiram as contradições entre a aspiração por uma identidade nacional moderna e as condições de vida precárias enfrentadas pela população.

Por meio dessas análises, busca-se compreender as nuances e os desafios enfrentados pela população do Rio de Janeiro enquanto a cidade se delineava como uma metrópole em ascensão, embrenhada em transformações econômicas, sociais e culturais profundas. Nesse contexto, a eugenia despontou como uma prática que se enraizou nas noções de limpeza e pureza, visando supostamente "melhorar" a sociedade através da seleção genética.

A implementação dessas políticas, embasadas em um ideal de civilização e modernização, implicou em intervenções drásticas na vida urbana, desde o saneamento até a eliminação de espaços considerados insalubres, como cortiços e áreas de maior densidade demográfica. Nessa perspectiva, as práticas educativas formuladas pelo Estado, conhecidas como posturas, refletiram essa ideologia higienista, impactando significativamente o cotidiano dos habitantes da cidade e reforçando a imposição de padrões de comportamento e de moradia considerados "civilizados" e "modernos".

#### **3.1 A transição da economia agrária para a economia industrial**

O processo de urbanização brasileira entre os anos 1889 e 1930 desenhou em suas cidades uma organização espacial que refletiu a lógica de reprodução hegemônica do capital. A paisagem do espaço urbano foi marcada, simbólica e

estruturalmente, pelo tipo ideal das metrópoles europeias modernas, com amplas vias de circulação.

Trazendo essa abordagem para a problemática, considera-se que a representação da cidade do Rio de Janeiro vai progressivamente se materializando, tornando-se real na medida em que é elaborada, apreendida por seus “*flaneurs*” e, assim, representada por diferentes meios e interpretações. Assim, as imagens construídas ajudam-nos na compreensão das significações do que conhecemos por “cidade real”.

Desta forma, sublinha-se como esta relação entre o urbano “real” e suas representações aparece na visão de alguns analistas. Inicialmente pode-se destacar a concepção de Henri Lefebvre (1991), para quem o espaço aparece definido como um “continuum subjetividade-objetividade”. Lefebvre vincula a materialidade do espaço à sua representação, desdobrando-a em dois níveis de abordagem: a do espaço da experiência e a do espaço da representação; este último compreendendo os modos como o espaço é concebido (Brandão, 2012).

Como mencionado anteriormente, para Lefebvre (1991), o espaço é apreendido através das vertentes experiência e representação. Consideramos importante vincular esta conceituação à dinâmica identitária presente no discurso político e técnico ufanista da cidade do Rio de Janeiro no período, que simbolicamente articulava passado e presente, encobrindo as rupturas que eram introduzidas nos campos econômico, social e cultural daquele momento. A teoria lefebvriana, neste sentido, permite-nos identificar que essas tensões sociais no espaço urbano ocorrem pelo espaço produzido no interior da lógica do capital e das contradições sociais embutidas na produção desse mesmo espaço.

O Brasil, cuja base era majoritariamente rural até o começo do século XX, começa a fazer a transição para uma economia industrial. Esta mudança não ocorrerá somente no aspecto econômico. Um novo conjunto de ideias, refletindo as novas dinâmicas de poder na sociedade brasileira, será desenvolvido. No início do século XX, o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, exemplifica para o país como um todo, como a transformação do capital se entrelaça com a ação do Estado e um conjunto de representações dominantes das elites emergentes, promovendo um ideário “civilizatório” que visa posicionar o país entre as nações consideradas “modernas”.

### 3.2 O urbanismo sanitaria e os planos de embelezamento da cidade do Rio de Janeiro do início do século XX

Entre o final do século XIX e o começo do século XX, identificava-se no Brasil um estado geral de enfermidade e de condições de vida insatisfatórias da população que inviabilizavam a constituição de uma identidade nacional.

De acordo com Pechman e Fritsch (1985) a insalubridade era um dos problemas mais graves da cidade do Rio de Janeiro. Entre 1890 e 1895, a cidade do Rio de Janeiro, em comparação com outras dezenove cidades, ocupava a sétima posição de cidade mais insalubre, como se pode verificar no quadro abaixo.

Tabela 1 – Comparação de mortalidade entre dezenove centros urbanos e a cidade do Rio de Janeiro (1890 a 1895) *(continua.)*

<b>Cidades</b>	<b>Anos</b>	<b>População</b>	<b>Coefficiente de mortalidade em 1.000 habitantes</b>
Madri	1891	482.816	36,4
Moscou	1895	753.469	35,6
Calcutá	1895	466.460	36,5
Lisboa	1891	243.850	34,8
Marselha	1891	406.919	30,6
Bombaim	1895	821.764	30,4
Rio de Janeiro	1895	600.000	28,4
Budapeste	1895	566.022	26,0
Nova Iorque	1895	1.860.700	23,3
Viena	1895	1.495.764	23,1
Buenos Aires	1895	663.854	22,5
Paris	1895	2.424.705	21,3

Roma	1895	465.563	20,6
------	------	---------	------

Tabela 1 -Comparação de Mortalidade entre dezenove centros urbanos e a cidade do Rio de Janeiro (1890 a 1895) (conclusão)

Bruxelas	1895	507.985	19,8
Londres	1895	4.392.346	19,8
Berlim	1895	1.734.492	19,4
Copenhagen	1895	333.714	18,5
Montevideu	1895	226.440	17,7
Amsterdan	1895	451.493	17,4
Estocolmo	1895	259.304	17,0

Fonte: Anuário de Estatística Demógrafo-Sanitária do Distrito Federal e Algumas Capitais do Brasil – 1895, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897, p.60 (Pechman; Fritsch, 1985).

Pechman e Fritsch (1985) apontam, que no ano de 1869, a febre amarela dizimou 272 pessoas, já no ano seguinte, em 1870 o número de mortos chegou a 1.118. Já em 1873 a doença ceifou 3.659 vidas, atingindo em 1894 a cifra de 4.852 mortos. Em relação à varíola, morreram em 1872, 921 pessoas, em 1873, 1.629 pessoas, 2.175 pessoas em 1878, 3.357 em 1887 e 3.994 em 1891. Em relação à tuberculose, em 1871, 3.086 óbitos, no ano seguinte, 9.018 mortos e em 1891, 13.487 mortos.

O cenário revela a realidade da época: o final do século XIX encontra as grandes cidades vivenciando os problemas advindos da insalubridade, cujo agravamento, apontam Pechman e Fritsch (1985), acarretaria uma situação de ingovernabilidade.

A cidade do Rio de Janeiro era a maior cidade e também a Capital Federal do país e sofreu de modo mais contundente as mudanças sociais e políticas que ocorreram no final do Império que oportunizaram a abolição da escravatura e a proclamação da República.

De acordo com Carvalho (1987, p. 16), os cariocas enfrentaram mudanças significativas em relação à demografia da cidade:

Alterou-se a população da capital em termos de número de habitantes, de composição étnica, de estrutura composicional. A abolição lançou o restante da mão-de-obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados. Além disso, provocou um êxodo para a cidade proveniente da região cafeeira do estado do Rio e um aumento da imigração estrangeira, especialmente de portugueses (Carvalho, 1987, p.16).

Em relação à demografia, havia um número baixo de famílias regularizadas, como aponta Carvalho (1987, p. 16):

Outro resultado importante da intensa imigração era o desequilíbrio entre os sexos. Em 1890, entre os estrangeiros os homens eram mais que o dobro das mulheres. Na população total, a predominância do sexo masculino girava em torno de 56%. O desequilíbrio refletia-se no índice de nupcialidade que era apenas de 26% entre os homens brancos e caía para 12,5% entre os negros em 1890. Em verdade quanto a esse tipo de ponto tinha havido alguma melhoria em relação a 1872, mas permanecia muito alto o número de solteiros e, portanto, muito baixo o número de famílias regularizadas (Carvalho, 1987, p.17).

A população pobre era vista como “potencialmente perigosa” em relação à sua constituição em meio à sociedade, como aponta Carvalho (1987, p. 16):

Esta população poderia ser comparada às classes perigosas ou potencialmente perigosas de que se falava na primeira metade do século XIX. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do exército, da marinha e de navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (a palavra já existia) e é claro a figura tipicamente carioca do capoeira cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República. Morando, agindo e trabalhando, na maior parte, nas ruas centrais da cidade velha, tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente às referentes às Contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriaguez e jogo. Em 1890, estas contravenções eram responsáveis por 60% das prisões de pessoas recolhidas à Casa de Detenção (Carvalho, 1987, p.18).

De acordo com Pires (2010), médicos, arquitetos e engenheiros, movidos pelo ideário do urbanismo sanitarista, praticamente conceberam e realizaram a maioria das grandes intervenções urbanísticas no início do século XX, sem a consulta ou participação das classes sociais menos favorecidas, como se vê em Carvalho (1987, p. 18):

Anote-se se ainda o impacto do crescimento populacional acelerado sobre as condições de vida, com as conseqüentes pressões sobre a administração municipal. Agravaram-se muito os problemas de habitação, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade. A absoluta falta de casas, especialmente para os pobres foi salientada em 1892 pela Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios, que a atribuía à imigração. A sociedade solicitava à Inspetoria de Higiene que fosse mais cautelosa ao mandar fechar habitações, pelas conseqüências que a medida poderia acarretar (Carvalho, 1987, p. 18).

Carvalho (1987, p. 19) aponta que o surto mais agressivo de epidemias da história ocorreu na Capital Federal do Brasil no final do século XIX. Os gravíssimos problemas relacionados à falta de saneamento básico e condições precárias de higiene agravaram ainda mais a vida dos cariocas.

O ano de 1891 foi particularmente trágico, pois nele coincidiram epidemias de varíola e febre amarela, que vieram juntar-se às tradicionais matadoras, a malária e a tuberculose. Neste ano, a taxa de mortalidade atingiu seu mais alto nível, matando 52 pessoas em cada 1000 habitantes. Até 1896, a mortalidade permaneceu acima de 35 por 1000, com a única exceção de 1893. A cidade tornara-se, sobretudo no verão, um lugar perigoso para viver, tanto para nacionais quanto para estrangeiros. Nos meses de maior calor, o corpo diplomático fugia em bloco para Petrópolis a fim de escapar às epidemias, nem sempre com êxito. O governo inglês concedia aos seus diplomatas um adicional de insalubridade pelo risco que corriam representando Sua Majestade (Carvalho, 1987, p. 19).

Como lidar com essas condições precárias nas dimensões urbanas? Neste período, de acordo com Flávio Villaça (1999), o termo Planejamento Urbano não deveria ser empregado, pois esta expressão só passou, efetivamente, a ser utilizada no Brasil, em meados do século XX. Faz-se necessário esclarecer assim que o urbanismo, termo adequado para o século XIX, inspirou-se em terras brasileiras nas ideias e planos urbanos importados, como aponta Oliveira Sobrinho (2013, p.17)

O projeto urbanístico de Paris no século XIX se dá numa concepção burguesa de civilização, apoiada na ordem e no progresso. Quem promove a realização desse sonho urbanístico é Georges Eugène Haussmann, prefeito de Paris: O ideal urbanístico de Haussman era a larga perspectiva através das avenidas. Esse ideal corresponde à tendência do século XIX de enobrecer necessidades técnicas com fins artísticos. Essas avenidas eram os monumentos do poder da burguesia, temporal e espiritual. [...] Haussman impôs a ditadura em Paris e governou em estado de exceção, exatamente como o

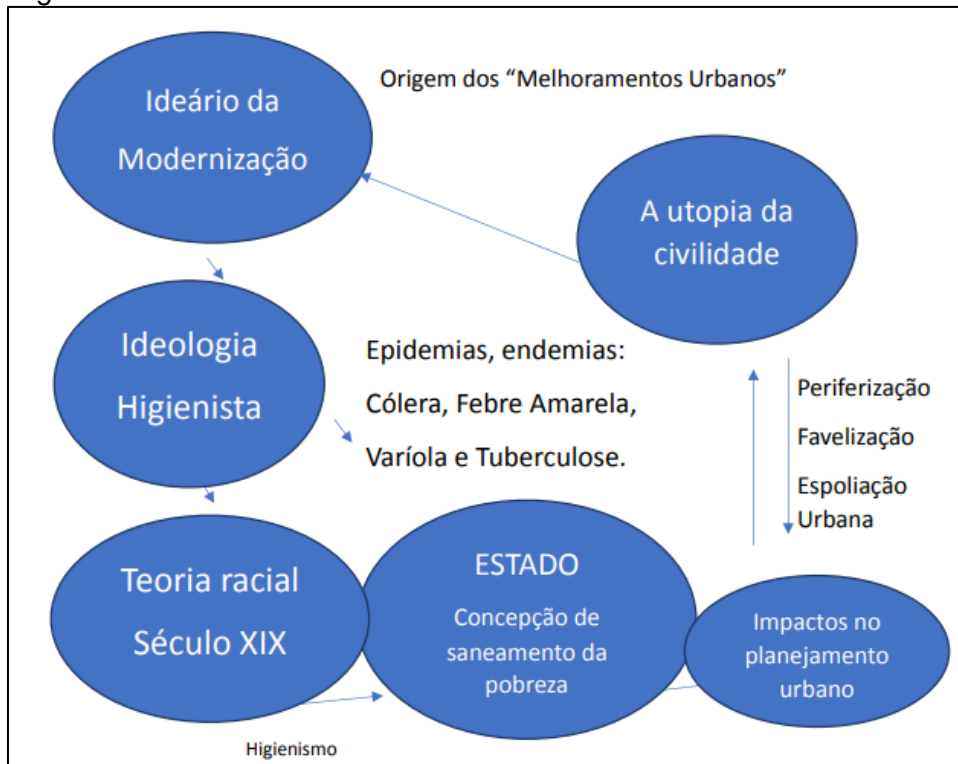
Imperador, e, como ele, foi a encarnação do capital financeiro. Foi o urbanista do absolutismo bonapartista que criou uma cidade por decreto, e com isso aplicou a Paris a técnica do golpe de estado que levou Luís Napoleão ao poder. [...] facilitar a movimentação de tropas das casernas aos bairros populares e dificultar a construção de barricadas pelo alargamento das ruas. O encarecimento dos aluguéis expulsa de Paris as famílias proletárias. A nova Paris foi o paraíso da especulação (Oliveira Sobrinho, 2013, p.217).

Como referido por Pires (2010), neste período, a cultura europeia influenciava fortemente o ideário das classes dominantes. Estas percepções e visões de mundo eram estabelecidas em diferentes setores e representados por nomes como: Oswaldo Cruz na medicina e Atílio Correia Lima na arquitetura e urbanismo, ele foi responsável por projetar o plano piloto de Goiânia em 1933. Outros nomes sobressairiam no campo da engenharia sanitaria tais como: Joaquim Eugênio de Lima, que elaborou o projeto da Avenida Paulista, em 1891; Teodoro Sampaio, engenheiro que trabalhou na comissão de saneamento e nos projetos para a canalização dos rios Tietê e Tamanduateí em São Paulo, nos anos 90 do século XIX; Francisco Prestes Maia, que elaborou o extraordinário Plano de Avenidas de irradiação “circular” para a cidade de São Paulo nos anos 30; Aarão Reis que elaborou o plano para criação de Belo Horizonte em 1894; Saturnino de Brito que elaborou planos para o saneamento de Santos e em 1903, Francisco Pereira Passos, considerado o “Hausmann tropical”, efetuou em 1903 a mais audaciosa reforma urbana no Rio de Janeiro.

Entende-se que as reformas ou “melhoramentos urbanos”, como era conhecida à época, serviram como mecanismo de consolidação de uma lógica de dominação, associada à modernidade, ao promover a lógica desigual de ocupação do espaço que dividiu a cidade dos ricos da cidade dos pobres.

Neste sentido, o organograma a seguir apresenta como a lógica da modernidade e seus impactos na produção social do espaço na cidade do Rio de Janeiro no início século XX estavam relacionados aos ideários da modernização, do higienismo perfazendo uma utopia da civilidade.

Figura 1. Reflexão dos “Melhoramentos Urbanos”



Fonte: O autor (2023).

O papel do Estado foi crucial para intensificar o ideário da concepção do saneamento da pobreza, apoiado na ideologia higienista, em meio às várias doenças que assolaram a cidade como Cólera, Febre Amarela, Varíola e Tuberculose.

Na época da administração Pereira Passos, ocorreram mudanças significativas nas condições urbanas. De acordo com Benetti (2017), houve um redirecionamento dos investimentos públicos para a área central, e foi por meio de um processo de reforma que envolveu desapropriação, reorganização dos terrenos e construção, foi alcançado um resultado sem precedentes: a revitalização efetiva de vastas regiões do centro da cidade, gerando um novo ambiente urbano. Durante essa transformação, ocorreu a transferência da propriedade urbana das mãos de proprietários que não tinham capacidade ou interesse em investir nas novas construções para aqueles setores que seriam diretamente beneficiados pelos investimentos públicos. Benetti (2017) aponta que essa transferência foi legitimada juridicamente pela lei de desapropriações, que permitiu que os terrenos dos proprietários privados fossem

adquiridos pelo Estado para posterior redistribuição, resultando em uma nova divisão não apenas entre terras públicas e privadas, mas também dentro deste último grupo.

No início do século XX, a classe dominante brasileira ainda tinha condições de liderança na esfera urbana para executar, sem muitos percalços, algumas obras de planos antigos de seu interesse. Eram fundamentalmente obras que atendiam às partes da cidade que a esta interessava, como a remodelação do centro da cidade, principalmente em relação ao seu sistema viário, apontando que as mudanças ocorridas na paisagem do Rio de Janeiro nos primórdios da República foram promovidas por um processo de higiene e limpeza social, expressão de um desejo elitista da transformação de cidade “doente” em uma cidade “saudável” e “civilizada”.

Portanto, para compreender o ideário da modernidade e sua relação intrínseca à ideologia higienista naquele período, é essencial analisar a cidade a partir das ações do Estado às quais passaram a disciplinar a cidade do Rio de Janeiro por meio da higiene pública e dos melhoramentos urbanos. Em um sentido mais amplo, a utopia da civilidade estreitou-se nessa condição de disciplinamento da cidade. De acordo com Oliveira Sobrinho (2013, p.215) apoiado em Caldeira (2003) o controle do Estado sobre a pobreza encontrou respaldo na associação doença “à desordem e à sujeira”, identificando-se assim “os desvios morais e os crimes como diagnóstico da elite no último quartel do século XIX”. Foi, assim, por meio dessa perspectiva que a pobreza e as condições precárias de vida tornaram-se uma ameaça à civilidade no final do século XIX e início do século XX.

### **3.3 A eugenia, a cidade-corpo e a ideologia higienista**

Desde fins do século XVIII e início do século XIX, uma nova concepção de natureza apontava uma mudança fundamental na sociedade como um todo. De um lado os auspícios de uma visão racional emoldurada nos valores do surgimento do capitalismo a partir de seu espírito (Weber, 1950) e do outro, de forma dual, a visão anímica da natureza, embasada nos valores positivistas e evolucionistas, formavam o ideário da classe dominante daquela época no Brasil.

O ideário de visão anímica, sobrenatural da natureza, pode ser relacionada à William Harvey com sua obra *De motus Cordis* de 1628, quando oportunizou à ciência

a descoberta da circulação do sangue, revolucionando cientificamente uma nova compreensão do corpo – gerando um modelo ideal a ser assumido na modernidade.

Para Sennett (1997), esta nova percepção do corpo vinculou-se ao advento do capitalismo hodierno, que propiciou o surgimento de uma realidade na formação desta sociedade: o individualismo. Walter Benjamin (1975), contribui com essa perspectiva, pois aponta que o sujeito moderno se vê a partir de um olhar de pequenez e individualidade e que a modernidade se impõe como um obstáculo ao seu *élan* produtivo o qual se encontra em desproporção à esta força.

Adam Smith (2020) fez uma relação notável das ideias de William Harvey sobre a descoberta do fluxo sanguíneo com o ideário capitalista, em que a cidade à maneira da circulação sanguínea, opera similarmente, comparando que a busca de maior lucratividade está intrinsecamente relacionada à circulação de bens, obrigando os atores econômicos móveis a abandonar velhas “lealdades” e a circular por toda a sociedade em busca de novos mercados.

A relação entre os estudos da anatomia de William Harvey e a aplicação dos sentidos do corpo ganhou vida em meio à organização social no século XVIII. De acordo com Sennet (1997, p. 220), palavras como “artéria” e “veias” começaram a fazer parte do vocabulário urbano, assim as estruturas viárias correspondiam a “artérias da cidade”.

A relação entre os estudos da anatomia de William Harvey e o planejamento urbano nas cidades europeias tomou vulto e tornou-se símbolo de evolução e modernidade no final do século XIX, marcando profundamente o século XX.

Maus anatomistas, os urbanistas da classe dominante não punham de lado, inteiramente, as referências que os orientavam, antes imaginavam que a locomoção pode vir a ser bloqueada em um ponto qualquer, ocasionando no corpo coletivo uma crise semelhante ao derrame que resulta de um entupimento arterial. "A descoberta de Harvey ensejou a exigência de que o ar, a água e os dejetos também fossem mantidos em movimento"; a tarefa implicava cuidados antecipados, pois um crescimento acidental só faria piorar a sobrecarga e a obstrução da malha urbana do passado (Sennet, 1997, p. 221).

Será nessa perspectiva que a eugenia despontará em meio a essa concepção naturalista de planejamento urbano.

Foi justamente nesta época que projetos de esterilização eugênica de grupos humanos foram transformados em lei e implementados em vários países como a Suíça (no cantão de Vaud em 1928), a Dinamarca (1929), a Suécia e a Noruega. Nos Estados Unidos, esta era a prática mais antiga e em alguns estados americanos essas leis já existiam desde 1919 (Gould, 1981, p. 335).

Em relação ao Embranquecimento Cultural este trabalho de pesquisa leva em conta a contribuição de Schwarcz (1993) quando aponta que o debate acerca da raça se tornou uma questão preocupante no Brasil e que os pensadores brasileiros foram motivados a encontrar argumentos que rebatessem as afirmações de inviabilidade do Brasil expostas pelas teorias racistas europeias e americanas. Uma escola determinista destacada por Schwarcz (1993) é o darwinismo social, definido pela autora como um determinismo de cunho racial que considerava a miscigenação um prejuízo racial e social

Schwarcz (1993) argumenta que, no final do século XIX, o Brasil era reconhecido como um exemplo singular de miscigenação. Assim, a autora destaca que, apesar de um discurso liberal incorporado pelo sistema capitalista vigente, o que predominava na sociedade era o discurso de análise racial. Schwarcz (1993) aponta, que o Brasil, neste período, vivenciou o argumento racial como um discurso ideológico, pautado politicamente e historicamente como sistema basilar para o construto daquela sociedade, destacando-se a dinâmica de reconstrução de conceitos e modelos, além dos contextos nos quais essas teorias adquiriam novos significados ao serem incorporadas por meio da eugenia preventiva. Segundo a autora, o conceito de raça envolveu tanto uma definição biológica quanto uma interpretação social à época.

De acordo com Carvalho (2022, p.646), a eugenia no Brasil, fora constituída a partir do “autoritarismo”, pois “competia ao Estado regular a sociedade”. Nessa perspectiva, cabia ao Estado intervir para melhorar as condições sociais, ao perscrutar e exigir que as moradias fossem devidamente higiênicas para combater doenças, além de ser responsável em promover a alfabetização, de modo que as pessoas pudessem adquirir valores sanitaristas.

A eugenia classificada como “preventiva”, assim se estabelecia como um instrumento de reforma social por meio do saneamento da pobreza, como aponta Carvalho (2022):

O movimento sanitário que marcou a Primeira República estava conectado a um projeto ideológico de construção da nacionalidade (Castro-Santos, 1985, p.11). Ao erguer a bandeira de um saneamento militante nas primeiras décadas do século XX, seus apoiadores tinham como predicado as correntes nacionalistas para reformar um país considerado atrasado, abandonado e pessimista em relação à sua composição racial. O efeito da Primeira Guerra Mundial, a interpretação de um federalismo anacrônico e a busca pela centralização dos serviços de saúde pública (...) formavam as bases desse movimento (Oliveira, 1990; Hochman, 2012).(Carvalho, 2022, p.647)

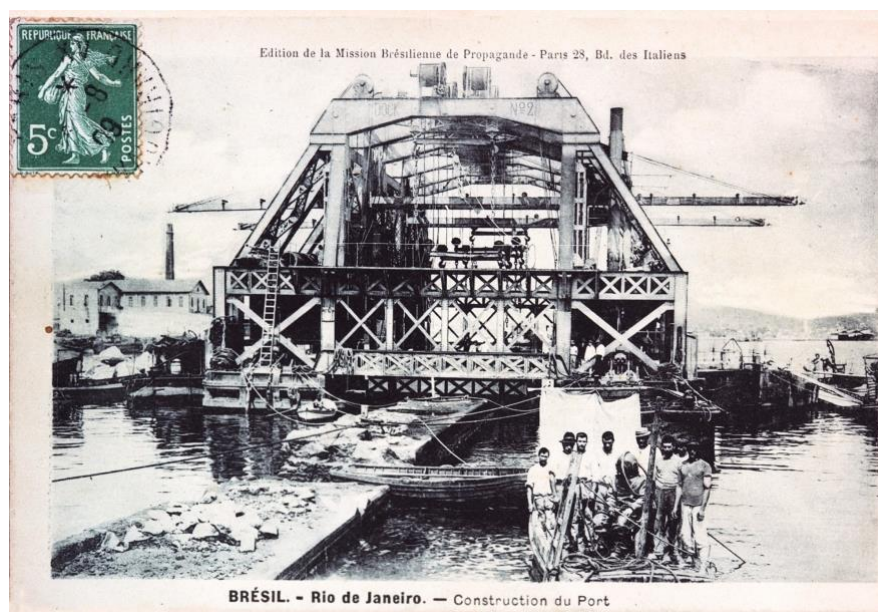
O debate racial pelo qual a sociedade brasileira vivenciou no início do século XX, foi permeada pela eugenia "preventiva", cuja abordagem reformista voltava-se à purificação da raça. De acordo com Carvalho (2022), a eugenia "preventiva" tinha como intuito melhorar a hereditariedade a partir do ambiente e do combate aos "venenos raciais", promovendo assim um novo padrão populacional sob a assistência do Estado. Essa estratégia integrava saneamento e eugenia, com o objetivo de modificar as condições físicas e hereditárias e contribuir para a formação da nacionalidade brasileira.(Carvalho, 2022, p.657)

Desta forma, a cidade como corpo social é analisada por esta pesquisa como espaço que precisa ser "ordenado", disciplinado, pois pode conter desordem e atraso, principalmente no tocante às péssimas condições de vida dos mais pobres, onde estes espaços geográficos eram considerados lugares de atraso, doentes, em oposição ao ideário civilizatório proposto pelas elites que desejavam assim, dever-se-ia sanear, por meio de um processo de higiene e limpeza social, proposto pelo presidente Rodrigues Alves:

Desmentindo o apelido de soneca, o presidente atacou logo as obras de saneamento e de reforma urbana da cidade, como prometera no discurso de posse ponto para isso, conseguiu poder quase ditatoriais para o engenheiro Pereira Passos, nomeado prefeito, e para o médico Osvaldo Cruz, nomeado diretor do serviço de saúde pública. As obras do Porto foram contratadas em 1913 com uma firma inglesa e tiveram início em março de 1904, compreendendo isso a primeira parte o trecho de 600 metros que ia do mangue até o trapiche da Gamboa. Cerca de dois mil trabalhadores foram contratados para os trabalhos

ponto as obras complementares da avenida central, da avenida do Cais (Rodrigues Alves) e do canal do Mangue ficaram a cargo do próprio governo federal, sobre a direção de uma comissão construtora cujo engenheiro chefe era Paulo de Frontin. Com as desapropriações para a construção da nova avenida começaram em dezembro de 1913 as demolições em fevereiro de 1904, quando também foram iniciadas as obras do canal do Mangue. Paralelamente, a prefeitura se encarregava das obras de alargamento de algumas ruas do centro (Carvalho, 1987, p. 93).

Figura 2. Construção do Porto do Rio de Janeiro



Fonte: Reforma... (2024).

Carvalho (1987, p. 94) aponta que Oswaldo Cruz teve que agir primeiramente no combate à febre amarela:

Atacou a doença por dois lados, pela extinção dos mosquitos e pelo isolamento dos doentes em hospitais. Logo a seguir, voltou-se para a peste bubônica, cujo combate exigia a exterminação de ratos e pulgas e a limpeza e desinfecção de ruas e casas. O trabalho começou em abril de 1913. Brigadas sanitárias compostas de um chefe, cinco guardas mata-mosquitos e operários da limpeza pública, percorriam ruas, visitavam casas, desinfetando, limpando, exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes. Os alvos preferidos das visitas eram, naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica. Casas de cômodos e cortiços, onde se comprimiam em cubículos e casinhas dezenas de pessoas, constituíam objeto de atenção especial (Carvalho, 1987, p.94).

Os delegados de Saúde buscavam de todas as formas extinguir os cortiços nas ruas da Capital Federal, principalmente no bairro da Saúde, território<sup>6</sup> da Pequena África<sup>7</sup>, como aponta Carvalho (1987, p. 95).

Um delegado de saúde e relatava em 1904 sua atuação no distrito da saúde: “Em todas [as ruas] foram feitas rigorosas visitas, exigindo-se toda a sorte de melhoramentos necessários. Nas habitações coletivas, então, procurei sempre, por meio de rigorosas intimações, extinguir muitas que funcionavam irregularmente, quer por falta de condições higiênicas, quer por não possuírem licença da prefeitura. Cerca de 2.500 mata-mosquitos espalharam-se pela cidade. Para prevenir resistências dos moradores, as brigadas faziam-se acompanhar de soldados da polícia. Pode-se ter ideia da dimensão do esforço através da seguinte estatística: só no segundo semestre de 1904 foram visitadas 153 ruas; foram feitas, no primeiro semestre, 110 224 visitas domiciliares, 12 971 intimações, 626 interditos (Carvalho, 1987, p. 95).

De acordo com Benetti (2017, p. 11), o plano do Estado era manter a área central da cidade como um local privilegiado que deveria ser progressivamente moldada, substituindo-se os sinais de pobreza por elementos associados à elegância social, conforme expresso na linguagem da época.

Recuperar o centro, tornando-o o espaço privilegiado para o exercício da atividade comercial supunha tentar homogeneizar o tipo e o padrão das construções, evitando o que a diversidade acarretava: a coexistência, no mesmo espaço, de diversas camadas de renda. Afinal, o centro do Rio era conhecido em meados do século passado por ser o lugar privilegiado da moradia popular, concentrando cortiços, casas de cômodos, estalagens etc. Era também no centro que se concentravam as facilidades para a vida urbana, desde a água dos chafarizes até o comércio e as fontes de emprego. Não é demais lembrar que o meio de transporte mais popular era certamente os pés, daí ser fundamental morar perto das oportunidades de trabalho, ou seja, morar no centro (Benetti, 2017, p.11).

---

<sup>6</sup>Segundo Vasallo e Bitter (2018, p. 96), a expressão "Pequena África" foi atribuída a Heitor dos Prazeres, conforme descrito por Roberto Moura (1995), e tem ganhado destaque nas últimas décadas como um símbolo da presença afrodescendente na área central do Rio de Janeiro. A denominação "Pequena África" abrange uma vasta área da cidade que se estende da Cidade Nova, Saúde, Gamboa e Santo Cristo até a região portuária.

<sup>7</sup> De acordo com Moura (1995, p. 58) foi a partir da ocupação da Cidade Nova pela gente pobre deslocada pelas obras [promovidas por Pereira Passos], que a superpovoava na virada do século, a praça [Onze] se tornaria ponto de convergência desses novos moradores, local onde se desenrolariam os encontros de capoeiras, malandros, operários do meio popular carioca, músicos, compositores e dançarinos, dos blocos e ranchos carnavalescos, da gente do candomblé ou dos cultos islâmicos dos baianos, de portugueses, italianos e espanhóis (Moura, 1995, p. 58).

Entravam em curso as pautas educativas formuladas pelo Estado, os famosos códigos de posturas, criado pela classe dominante (circuito letrado da cidade) neste período histórico, que impactou a vida dos fluminenses de forma contundente, resultante da ideologia higienista em voga.

Tal atividade evidentemente provocou rebuliço na cidade e perturbou a vida de milhares de pessoas, em especial os proprietários das casas de cômodos e cortiços anti-higiênicos, obrigados a reformá-los ou demoli-los, e os inquilinos forçados a receber os empregados da saúde pública, sair das casas para desinfecções, ou mesmo abandonar a habitação quando condenada à demolição (Carvalho, 1987, p. 95).

Durante o período de Pereira Passos, as leis eram implementadas por meio do mecanismo da desapropriação voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura urbana da cidade:

Em outras palavras, determinadas ruas e avenidas eram traçadas no papel e, a partir daí, procedia-se à desapropriação dos imóveis. Nunca, até aquele momento, a figura da desapropriação tinha sido tão largamente utilizada. Este tipo de intervenção produziu resultados imediatos, visto que praticamente ao mesmo tempo em que se projetava determinada rua, a proposta era concretizada. Propunha-se uma profunda transformação nas ruas do Rio: "a abertura de vias de comunicação amplas e arejadas em substituição das atuais ruas estreitas, sobrecarregadas de tráfego intenso, sem ventilação, sem árvores purificadoras e ladeadas de prédios anti-higiênicos" (Benetti, 2017, p. 07).

O Código de Posturas de 1830, foi elaborado por médicos, e estabelecia uma conexão íntima entre as condições sanitárias e o ambiente urbano, possivelmente influenciado pela formação profissional dos redatores.

Em relação à habitação, apresentava normas que condenavam, mesmo que implicitamente, a maioria das habitações populares do centro da cidade: "Toda a casa que de ora em diante se edificar, ou reedificar sendo de sobrado, terá no 1º andar ao menos 20 palmos (4,30mts) desde a soleira até o pavimento do primeiro andar, e ao menos 18 palmos (3,80 mts) desde este até o fechal do telhado" (CÓDIGO DE POSTURAS, 1830, p. 19, Título I - Sobre o alinhamento das ruas e edificações) (Benetti, 2017, p. 11).

O Código de Posturas buscava exercer controle sobre a pobreza. O engenheiro e o médico são destacados atores sociais de uma elite que buscará realizar intervenções necessárias para o estabelecimento da nova ordem higienista, impactando no cotidiano da população.

[...] Pereira Passos na ânsia de fazer da cidade suja, pobre e caótica, réplica tropical da Paris reformada por Hausmann, baixara várias posturas que também interferiram no cotidiano dos cariocas, particularmente na dos ambulantes e mendigos. Proibiu cães vadios e e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos; proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspsse nas ruas e dentro dos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não se soltassem pipas. Muitas dessas posturas eram simples rendições de medidas anteriores que, ao bom estilo brasileiro, não tinham pegado. Não se sabe ao certo quantas das novas pegaram. Mas, dessa vez, a população já se dera conta de que pelo menos o esforço de aplicação da lei seria muito maior (Carvalho, 1987, p. 95).

A partir destes fatos, novas ações sanitárias seriam desenvolvidas com vistas a combater as epidemias. Na busca pelo combate à varíola, terceira epidemia que assolava o Rio de Janeiro, deu-se início à implantação da vacina obrigatória sob a égide de Oswaldo Cruz.

A vacina de Jenner fora introduzida no Brasil em 1801. Em 1837 uma postura municipal tornara obrigatória no Rio de Janeiro para crianças de até 3 meses de idade, sob pena de multa de 6\$000, a ser paga pelos responsáveis. Em 1884, o decreto estendera a obrigação a todo império para todas as pessoas (Carvalho, 1987, p. 95).

A publicação, no dia 9 de novembro de 1904, do plano de regulamentação da aplicação da vacina obrigatória contra a varíola, foi o que ocasionou a Revolta da Vacina, como aponta Sevckenko (2001, p. 10).

O fator imediatamente deflagrador da Revolta da Vacina foi a publicação, no dia 9 de novembro de 1904, do plano de regulamentação da aplicação da vacina obrigatória contra a varíola. O projeto de lei que instituía a obrigatoriedade da vacinação tinha sido apresentado cerca de quatro meses antes ao Congresso, pelo senador alagoano Manuel José Duarte. Desde então se desencadeara um debate exaltado, que transpôs a esfera do Legislativo, para empolgar com fervor as páginas da imprensa e a população da capital federal. A medida era de interesse do governo, que não só dispunha de ampla maioria no Congresso como lançou todos os seus

organismos técnicos e burocráticos em sua defesa. A pequena oposição parlamentar, a imprensa não governista e a população da cidade, por outro lado, procuravam resistir obstinadamente à implantação do decreto (Sevcenko, 2001, p.10).

A revolta que se seguiu, iniciou-se no dia 10 de novembro e foi aplacada no dia 20 do corrente mês, como veremos a seguir.

Sevcenko (2001, p. 14), discorre sobre os acontecimentos do dia 10 de novembro de 1904.

Publicada a regulamentação, já no dia seguinte, 10 de novembro, as agitações se iniciavam com toda a fúria que as caracterizaria. Grandes ajuntamentos tomaram a rua do Ouvidor, a praça Tiradentes e o largo de São Francisco de Paula, onde oradores populares vociferavam contra a lei e o regulamento da vacina, instigando o povo à rebeldia (Sevcenko, 2001, p.14).

De acordo com Sevcenko (2001), as autoridades, àquela altura “perderam o controle da região central e dos bairros periféricos, como a Saúde e a Gamboa”, região onde se concentrava a Pequena África. O Estado convocou “a guarda do palácio, “a Polícia, o Exército, a Marinha e a Guarda Nacional” para tentar conter a revolta, sem sucesso (Sevcenko, 2001, p.14).

Dia 11 de novembro de 1904.

Logo na manhã do dia 11, a Liga contra a Vacina Obrigatória havia marcado um comício, a ser realizado no largo de São Francisco de Paula, desafiando a proibição policial. Como os líderes da Liga não compareceram, oradores populares começaram a se destacar na enorme multidão que enchia a praça, proferindo discursos improvisados que mantinham aquecidos os ânimos. As autoridades policiais recebem ordem de intervir. Assim que se aproxima, a força policial é alvo de vaias e provocações. Quando tenta realizar as prisões, começam as pedradas e confrontos. Diante da reação popular, é ordenada uma carga de cavalaria contra a multidão, de sabre em punho. Começam a cair os feridos, o sangue mancha o calçamento das ruas, o tumulto se generaliza. Tiros e pedradas, vindos da população acossada, chovem sobre a brigada de policiais. O comércio, os bancos, bares, cafés e as repartições públicas fecham suas portas. Os grupos populares se dispersam pelas ruas centrais: rua do Teatro, do Ouvidor, Sete de Setembro, praça Tiradentes (Sevcenko, 2001, p.15).

O caos estava instaurado e a situação tornou-se descontrolada. A polícia não conseguia mais conter os populares revoltosos.

Aproveitando-se das reformas então em curso para a abertura da avenida Passos e da avenida Central (atual avenida Rio Branco), os populares se armaram de pedras, paus, ferros, instrumentos e ferramentas contundentes e se atracaram com os guardas da polícia. Esta, por sua vez, se utilizava sobretudo de tropas de infantaria, armadas de carabinas curtas, e de piquetes de lanceiros da cavalaria. A população acuada se refugiava nas casas vazias que cercavam os locais em obras e se metia pelos becos estreitos, onde uma ação militar coordenada se tornava impossível. O barulho do combate era ensurdecedor, tiros, gritos, tropel de cavalos, vidros estilhaçados, correrias, vaia e gemidos. O número de feridos crescia de ambos os lados, e a cada momento chegavam novos contingentes de policiais e de amotinados ao cenário disperso da escaramuça (Sevcenko, 2001, p.16).

Dia 12 de novembro de 1904.

Na manhã seguinte, dia 12, ocorre novamente uma grande concentração popular convocada pela Liga contra a Vacina Obrigatória, na sede do Centro das Classes Operárias. Lauro Sodré e Barbosa Lima tentam garantir para si a liderança do movimento popular, atribuindo sentido político-parlamentar à insurreição. A manifestação seria, do ponto de vista desses líderes, um sinal de esgotamento dos programas político e econômico conservadores dos presidentes paulistas – Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves – e marcaria um momento de reação em que a população estaria a exigir o retorno do republicanismo fêrvido, de tipo ditatorial, contra os barões do café e os credores estrangeiros, representado pela linha do florianismo, do trabalhismo e da aliança com a jovem oficialidade militar (Sevcenko, 2001, p.16-17).

Dias 13, 14 e 15 de novembro de 1904.

Nos três dias seguintes, a rebelião ganharia um vigor inimaginável, prorrochando a legião dos amotinados numa fúria incontida contra praticamente todos os veículos que se achavam nas ruas centrais da cidade, destruindo todas as lâmpadas da iluminação pública, arrancando os calçamentos das ruas, onde eram erguidas verdadeiras redes de barricadas e trincheiras interligadas, assaltando delegacias e repartições públicas, redistribuindo armas, querosene e dinamite roubados da polícia ou das casas de comércio, mas não raras vezes presenteados pelos pequenos lojistas, que colaboravam ativamente com o movimento. As autoridades perderam completamente o controle da região central e dos bairros periféricos, como a Saúde e a Gamboa, densamente habitados por grupos populares. As tropas eram sumariamente expulsas dessas áreas, por mais que as

assaltassem armadas até os dentes e em perfeita ordem-unida. Os becos, as demolições, as casas abandonadas, a topografia acidentada da cidade, tudo propiciava aos insurretos a oportunidade de mil armadilhas, refúgios e tocaias (Sevcenko, 2001, p.17).

Dia 16 de novembro de 1904.

No mesmo dia 16 o governo assume uma iniciativa sensata: revoga a obrigatoriedade da vacina antivariólica. Dada a repressão sistemática e extinta a causa deflagrada, o movimento reflui, então, até a completa extinção, tão naturalmente quanto irrompera. O levante militar, por sua vez, teve repercussão na Bahia, onde uma guarnição sublevou-se, sendo, porém, prontamente neutralizada, e no Recife, onde a agitação da imprensa favorável à revolta provocou algumas passeatas inócuas pela cidade. O governo tinha então as mãos livres para desencadear o seu furor repressivo. Os militares acusados da insurreição foram detidos e aprisionados; a Escola da Praia Vermelha foi fechada e seus alunos exilados para regiões de fronteira e em seguida desligados do Exército; os líderes civis foram encarcerados e processados por tribunais militares; os populares, perseguidos e presos aos magotes (Sevcenko, 2001, p. 28).

Dias 18, 19 e 20 de novembro de 1904.

No dia 18, a cidade voltava quase totalmente ao normal. Houve apenas tiroteio numa pedreira do Catete, de que resultaram um civil e 2 soldados mortos, além de 80 presos. Os delegados de polícia começaram a varrer os territórios sob sua jurisdição, prendendo suspeitos e os que consideravam desordeiros, tivessem ou não relação com o levante. Segundo o *Jornal do Comércio*, “desde ordeiros, gatunos e vagabundos têm sido colhidos nas malhas da polícia”; no dia anterior (17) cerca de 200 tinham sido remetidos para ilha das cobras. No dia 19, foi ainda atacada a fábrica Luz Steárica, e vários lampiões foram quebrados em São Cristóvão, Bonfim e Ponta do Caju. Na lista de presos enviados nesse dia para ilha das cobras, *O Paiz* menciona alguns dos chefes que atuavam nas ruas Visconde de Itaúna, Visconde de Sapucaí, Visconde de São Leopoldo e outras: Chico Maluco, João Galego, Manduka de Luto. No dia 20, houve grande número de prisões na Gávea. No dia seguinte, o número de presos na ilha das cobras já chegava a 543. Nesse dia, o ministro da justiça recebeu denúncia de que teriam embarcado para o Rio “três perigosos anarquistas” com intuito de agitar a classe operária e mandou tomar providências para impedir o desembarque. Como ato final, no dia 23, a polícia fez grande batida no morro da Favela, mobilizando 180 soldados. Os 100 casebres do morro foram varejados, sem que fosse encontrada uma só pessoa. Para não perder a viagem, na volta a tropa revistou casas de cômodos e prendeu várias pessoas. Já havia, então, na ilha mais de 700 presos.

Portanto, como visto, a ideologia higienista desenvolveu-se em meio a um processo cujo cerne era calcado na violência. Faz-se necessário destacar que neste período pós-abolição, a violência era exercida contra os ex-escravizados que se misturavam aos migrantes de todos os lugares circunvizinhos, (camponeses que substituíam seus trabalhos no campo pela fábrica), aos imigrantes e miseráveis que habitavam a cidade do Rio de Janeiro. A repressão para controlar estas áreas em prol das políticas de controle social do Estado representou a constituição do domínio por parte da classe dominante da população dos cortiços em relação às epidemias que assolaram a Capital Federal do Brasil. O Estado utilizou-se dos instrumentos ideológicos do higienismo com o propósito de saneamento da pobreza, ao instituir que as epidemias não tinham relação com às péssimas condições de moradia em que vivia a população pobre, mas sim com à ausência de posturas e decência adequadas. Higienizar a cidade foi uma intervenção direta do Estado sobre o urbano, ao buscar destruir as habitações coletivas e retirando do centro da capital a população indesejada.

## 4 A CULTURA POPULAR COMO ESPAÇO DE DISPUTA ENTRE OS DISCURSOS HEGEMÔNICOS E CONTRA-HEGEMÔNICOS

### 4.1 Apontamentos teóricos

Os objetivos específicos desta seção são compreender as noções de hegemonia e contra-hegemonia e relacioná-las às práticas culturais e suas especificidades ao longo do tempo, descrever a ideologia expressa na cultura e explorar o significado de sua renovação. Além disso, busca-se refletir sobre a influência da cultura na formação da identidade do Brasil no início do século XX e em suas aplicações sociais. Dentro dessa perspectiva, procura-se analisar como as interações espaciais na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências sociais foram apropriadas pela cultura popular. Para tanto, considera-se a relação entre linguagem e sociedade, examinando o funcionamento do discurso e da ideologia presentes em jornais, revistas e canções populares da época.

A ideia de cultura trazida para esta tese tem como fulcro as discussões que aproximam a História da Antropologia, realizando uma intersecção com os movimentos da Escola de Annales, História Cultural e História das Mentalidades. Estes movimentos historiográficos surgiram na França durante a primeira metade do século XX. Para Burke (1997), a historiografia passou por significativas transformações metodológicas que possibilitaram um maior entendimento da vida cotidiana do passado, por meio da incorporação de novas formas de pesquisa por meio de uma “história-problema” (Burke, 1997, p. 12). Nessa perspectiva, no início do século XX, surgiram questionamentos sobre uma historiografia que se baseava exclusivamente em instituições e nas classes privilegiadas, enfatizando fatos e datas de maneira positivista, sem aprofundar análises mais abrangentes de estrutura e conjuntura. Antagonicamente, dentre as transformações propostas pela Escola dos Annales, destaca-se a ideia de que o tempo histórico se desdobra em ritmos diversos para os acontecimentos. De acordo com Barros (2012), Fernand Braudel (1902-1985), foi um dos maiores historiadores do século XX e um dos maiores contribuidores da Escola dos Annales. Sua obra, *O Mediterrâneo*<sup>8</sup>, representou uma importante etapa

---

<sup>8</sup> Barros (2012, p.7) aponta que “Em *O Mediterrâneo* – obra maior que derivou do fascínio de Braudel pelo mundo mediterrânico – a Economia ocupa, ao lado da Geografia, um lugar primordial promovendo, assim, uma nova condição historiográfica para o início do século XX.”

para a consolidação desta nova concepção para a historiografia mundial, pois tornou-se um marco de superação em relação aos princípios que regiam a história tradicional que se imbuía da história política e a história dos eventos, e, de modo novo, agora se voltava às alianças entre história e economia, sociologia, geografia e demografia, por meio dos conceitos de compreensão, história-problema e história global (Barros, 2012).

Já a História Cultural se ocupa com a pesquisa e a representação de determinada cultura em dado período e lugar. Esta não se dedica diretamente à história política ou à história oficial de países ou regiões. Na história cultural a cronologia não é tão relevante quanto na historiografia política, pois ao considerar a História não mais como uma mera sucessão de eventos, outros tipos de fontes, como as arqueológicas, passaram a ser adotadas nas pesquisas. E assim, foram incorporados à História, como ciência, os domínios dos fatores econômicos, da organização social e das mentalidades da sociedade. Com toda essa ampliação de perspectivas, o movimento da Escola dos Annales realizou uma importante inovação: estabeleceu uma aproximação entre a História e as demais Ciências Sociais, principalmente à Sociologia<sup>9</sup> (Barros, 2012).

Em relação à História das mentalidades, para o historiador Lucien Febvre (1878-1956)<sup>10</sup> existiam aspectos do desenvolvimento histórico da humanidade que não passavam por transformações rápidas e evidentes como outros. Por exemplo, as estruturas políticas e sociais eram as primeiras a apresentar mudanças substanciais, enquanto certos comportamentos e formas de pensamento levavam consideravelmente mais tempo para sofrer alterações. Nesse sentido, pensamentos, ideias, ideologias, padrões morais e até mesmo a atmosfera de compreensão científica se enquadram na esfera das mentalidades, que são formas de pensamento duradouras que caracterizam longos períodos. Febvre se baseou, em parte, nos

---

<sup>9</sup> Importante considerar que o ponto chave da obra “O Mediterrâneo” é a geo-história, ou seja, Braudel aponta que a História não pode ser compreendida sem a Geografia, pois o ambiente geográfico determina costumes, mentalidade, economia e assim a História é analisada em sua totalidade, integrando o econômico, o social, o político e o cultural.

<sup>10</sup> Barros (2012) aponta que houve efetiva aproximação entre Braudel e Febvre. Segundo o autor, Braudel atuara “durante dez anos [...] como professor na Argélia (1922-1932), e nos três anos seguintes lecionou na Universidade de São Paulo, no Brasil. Durante o período da Segunda Grande Guerra, esteve prisioneiro em um campo de concentração (1940- 1943), e foi neste período que pôde concluir a elaboração de sua obra-mestra, O Mediterrâneo, que seria retocada e publicada em 1949. O encontro com Lucien Febvre, tão decisivo para a sua carreira nos Annales, deu-se em um navio que voltava para a França. Braudel vinha do Brasil, e Lucien Febvre de uma viagem ao Uruguai e Argentina. Este encontro seria decisivo para a consolidação da segunda fase do movimento dos Annales, que teve Lucien Febvre por líder desde 1946, e Braudel como dirigente máximo a partir de 1956” (Barros, 2012, p. 2).

fundamentos da psicologia moderna, desenvolvida na transição do século XIX para o século XX, para fundamentar suas teses sobre a história das mentalidades (Barros, 2012).

Contribuindo com essa perspectiva, a cultura, analisada pelas Ciências Sociais, pode ser um instrumento de compreensão da sociedade. Partindo desse princípio, de acordo com Hall (2003), é possível compreender as práticas sociais como expressões culturais, assim como a maneira como elas se organizam nos âmbitos político, econômico, na constituição hegemônica de poder.

De acordo com Cuche (1999, p. 9), "O homem é um ser de cultura". A cultura desempenha um papel fundamental ao capacitar os seres humanos a interagirem com o ambiente em que vivem. É a cultura que confere singularidade a cada sociedade. No entanto, essa diferença pode ser influenciada por princípios universalmente aceitos, que podem ser alterados e adaptados de acordo com os interesses do homem em cada período histórico (Cuche, 1999, p. 9).

Cuche (1999) argumenta que a criação do conceito de cultura ocorreu após a transformação semântica do termo.

Por esta razão, se quisermos compreender o sentido atual do conceito de cultura e seu uso nas ciências sociais, é indispensável que se reconstitua sua gênese social, sua genealogia. Isto é, trata-se de examinar como foi formada a palavra, e em seguida, o conceito científico que dela depende, logo, localizar sua origem e sua evolução semântica (Cuche, 1999, p. 18).

Todavia, esta transformação semântica teve lugar na língua francesa no século XVIII, e posteriormente se disseminou, por meio de empréstimo linguístico, para as línguas alemã e inglesa.

De acordo com Godoy e Santos (2014), a conceituação da cultura tem apresentado distintos significados e aplicações perante as diversas realidades humanas ao longo do século XVIII. Na França do século XVIII, a palavra "cultura" passou a ser amplamente utilizada em conexão com complementos, como "cultura das artes", "cultura das ciências" referindo-se à educação voltada para a cultura (Godoy; Santos, 2014, p. 17).

Cuche (1999) aponta que no século XVIII na Alemanha, os intelectuais utilizaram o termo cultura como uma forma de contrastar os costumes da aristocracia, os quais eram considerados autênticos valores artísticos e literários. Por outro lado,

os costumes da aristocracia eram denominados como "civilização", como se pode observar:

[...] (Os burgueses intelectuais alemães), freqüentemente saídos do meio universitário, criticam os príncipes que governam os diferentes Estados alemães, por esta oposição dos dois sistemas de valores: tudo o que é autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado como vindo da cultura; ao contrário, o que é somente aparência brilhante, leviandade, refinamento superficial, pertence à civilização (Cucho, 1999, p. 25).

Dessa forma, a cultura começou a se distanciar do conceito de civilização, estabelecendo uma oposição entre esses termos. A nação alemã procurou encontrar sua afirmação identitária na cultura, uma vez que se sentia inferiorizada em relação aos países vizinhos (Cucho, 1999).

De acordo com Godoy e Santos (2014), este é o fundamento pela qual a concepção alemã de *Kultur* tende, cada vez mais a partir do século XIX, a estabelecer e fortalecer as "diferenças nacionais", a partir de uma "ideia particularista que se opõe à noção francesa universalista de "civilização"", a qual expressa uma nação cuja unidade nacional parece ter sido conquistada há muito tempo (Godoy; Santos, 2014, p. 19). Este debate entre França e Alemanha do século XVIII ao século XX representa duas concepções de cultura, uma essencialista, particularista e a outra universalista, que são a base das duas formas de definir o conceito de cultura nas ciências sociais contemporâneas (Godoy; Santos, 2014).

Importante destacar que as Ciências Sociais ao abordarem os estudos acerca da cultura o fazem a partir de diferentes enfoques. Para esta tese, a definição de cultura se volta à modernidade e às questões às quais Quijano (1978) aponta acerca da opressão do Estruturalismo Histórico, muito típico da América Latina, cujas marcas da integração social foram genuinamente construídas por conflitos e contradições, como aponta Ortiz (2002):

As Ciências Sociais irão se disseminar em diferentes países seguindo um padrão de trabalho em princípio universal. Não obstante, as "regras do método" devem se acomodar ao movimento de regionalização no qual temas e enfoques particulares são desenvolvidos. Isso fica claro quando se compara os objetos tradicionalmente privilegiados pelos pesquisadores. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos, a Sociologia se ocupa de assuntos como divisão de trabalho, urbanização, industrialização, metrópole, racionalização, na América Latina nos encontramos diante de questões como mestiçagem, oligarquias, religiosidade popular, mundo rural. Se para os europeus e norte-americanos o fundamental foi

explicar a modernidade, no caso latino-americano era a sua ausência, ou melhor, as dificuldades para construí-la, que chamava a atenção (Ortiz, 2002, p. 3) (grifo nosso).

Assim, ao se deter a atenção em como o conceito de cultura é usado em referência à ideia de dominação, quando utilizado para destacar a suposta superioridade de certas sociedades ou grupos que são considerados como "possuidores de cultura", em contraposição aos que não são (Mintz, 2010), nota-se que esse modo de significar o social tem consequências políticas importantes.

Nessa perspectiva, em relação aos modelos culturais resultantes das constantes reestruturações do plano urbano, no início do século XX, que evidenciava uma produção social de cunho hegemônico do espaço no Rio de Janeiro, Mintz (2010) contribui com a discussão quando discute o relacionamento entre formas culturais diversas, principalmente em relação àquelas que ocupam posições muito diferentes dentro de uma mesma sociedade.

Durante os anos 1960 houve um breve movimento na antropologia, e na literatura a ela relacionada, no qual "cultura" foi equiparada de diversas formas a classe social – classes sociais diferentes sendo dotadas de diferentes culturas, e assim por diante. Parece-me, atualmente, que nada disso resultou em grandes esclarecimentos; a chamada "cultura da pobreza" foi a variante mais falada de um argumento que parece ter tido um pequeno poder de permanência. Não considero demonstrável o fato de que classes diferentes possuam culturas diferentes em um sentido rigoroso, não mais do que penso ser demonstrável a existência de uma só cultura coerente em cada sociedade. Mas o que está claro para mim é que as pessoas conduzem a maior parte das suas ações com base em suas experiências e aprendizados passados. Tais aprendizados e experiências podem ser amplamente compartilhados, mesmo de uma maneira não uniforme (Mintz, 2010, p. 234).

Diante disso, este estudo busca esclarecer em quais condições a cultura dominante impactou a reprodução do espaço social por meio de uma apropriação seletiva, desigual e planejada do espaço, dos modos de vida e suas diferenças, oportunizando uma mudança social.

[...] Há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confiar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta é a dialética da luta cultural. Na atualidade, essa luta é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da

cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtém vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas e perdidas (Hall, 2003, p. 254).

A tese se apoia nessa luta contínua e persistente que se desenrola em intrincadas dinâmicas de resistência e conformidade, de rejeição e submissão, que convertem o domínio cultural em um campo de conflito constante. Aqui, não se alcançam triunfos absolutos, mas sim Dore e Souza (2018) conquistas e perdas de posições estratégicas em constante alternância.

#### **4.2 A cultura popular como movimento de resistência contra-hegemônica**

Antonio Gramsci elaborou o conceito de hegemonia, uma das suas contribuições mais significativas na análise das dinâmicas de poder. Gramsci elaborou o conceito de hegemonia ao aprofundar sua análise do referencial teórico e prático que direcionava o movimento socialista, considerando as transformações ocorridas na sociedade europeia desde a publicação do Manifesto do Partido Comunista por Marx e Engels em 1848 (Dore; Souza, 2018, p. 245).

De acordo com Silva (2010, p. 17), o termo hegemonia representa a fusão do consentimento e da força construídos “a partir da sociedade civil” visando à dominação. Esse domínio é estabelecido por meio da aprovação e do poder, desenvolvendo-se a partir do tecido social - na procura por aceitação e influência cultural e política-ideológica; do domínio sobre a economia e do controle estatal, seja pela força ou pela coerção (Silva, 2010, p. 17).

Para Dore e Souza (2018), a base da hegemonia não se limita exclusivamente à força, embora a repressão ainda persista. Sua extensão demanda o consentimento dos governados, muitas vezes alcançado por meio de concessões às demandas dos movimentos sociais, as quais são subordinadas aos interesses dos grupos dominantes. Nessa dinâmica entre demandas e concessões, foram estabelecidas mediações entre a economia e o Estado, evidenciadas por meio de instituições da sociedade civil, como partidos políticos, sindicatos, mídia, escolas e outras entidades.

Importante destacar a diferença entre sociedade civil (consentimento) e sociedade política (força), de acordo com Gramsci (2004a, p. 20):

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente 'privados') e o da sociedade política ou Estado', planos que correspondem, respectivamente, à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo 'jurídico.

Conforme enfatizado por Portelli (2002), a separação rígida entre essas duas esferas (consenso e coerção) no âmbito superestrutural não corresponde à realidade prática. Essa distinção funcional deve ser compreendida dentro de um contexto de unidade dialética, no qual o consenso e a coerção são empregados alternadamente, enquanto o papel das organizações é mais maleável do que aparenta ser. Apenas o consentimento não serve como alicerce exclusivo da hegemonia, e o uso exclusivo da coerção, por outro lado, não é capaz de manter uma dominação de forma duradoura (Portelli, 2002, p. 35).

O uso do consenso e da coerção se intercalam ou coexistem de maneira dialética, sendo essenciais para estabelecer e manter a hegemonia, de acordo com Gramsci (2004b):

O grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (Gramsci, 2004b, p. 42).

De acordo com Dore e Souza (2018), Raymond Williams introduziu a concepção de "contra-hegemonia" em seu trabalho "Base e superestrutura" (1973) e posteriormente expandiu esse conceito em "Marxismo e literatura" (1979 [1977]), revisitando as preocupações que o acompanhavam desde meados da década de 1950, quando já manifestava sua postura crítica em relação ao marxismo.

Dore e Souza (2018), apontam que do ponto de vista teórico, Raymond Williams questionava a metáfora marxista que delineava a relação entre estrutura e superestrutura, interpretando-a como uma determinação da primeira sobre a segunda, o que implicava que a cultura era meramente um "reflexo" da organização econômica.

Dore e Souza (2018) contribuem com a discussão, ressaltando que Williams (1979) parte da premissa da existência de um conceito de hegemonia como poder ou controle político, originalmente ampliado pelo marxismo para elucidar as relações entre as diferentes classes sociais, especialmente a definição de uma classe dominante. Raymond Williams percebe que Gramsci desenvolveu um significado específico de hegemonia, que se tornou um ponto crucial na teoria cultural marxista.

Esse conceito não apenas engloba, mas também transcende outros dois conceitos - o da totalidade social e o da ideologia - ao abordar os interesses tanto das classes dominantes quanto das subalternas, formando uma totalidade (Dore; Souza, 2018, p. 252).

Dore e De Souza (2018) esclarecem que Williams (1979) agregou o conceito de contra-hegemonia, pois a aplicação do termo hegemonia em um contexto abstrato poderia negligenciar ou separar as diversas formas essenciais de resistência e confronto:

Contudo, segundo Williams (1979), o debate sobre a hegemonia estava levando esse conceito a retornar à noção simples, uniforme e estática de superestrutura que ele criticava. Com o objetivo de garantir que a hegemonia não fosse vista como sendo única, mas como integrante de estruturas próprias complexas que são renovadas e defendidas continuamente, o autor sugere um modelo que, em seu modo de ver, acompanharia as variações, as contradições e os processos de mudança da hegemonia. Por isso, propõe agregar ao conceito de hegemonia o de “contra-hegemonia e [o de] hegemonia alternativa,” considerando-os “elementos reais e persistentes da prática” (Williams, 1979, p. 116). Para ele, o conceito de hegemonia conteria, em seu interior, dois sentidos: um prático e um abstrato. A distinção entre eles demanda referir-se ao “hegemônico” (sentido prático) e não à “hegemonia” (sentido abstrato); ao “dominante” (sentido prático) e não à “dominação” (sentido abstrato) (Dore; Souza, 2018, p. 252).

Enquanto formas alternativas e significativas de oposição, a função crucial da hegemonia é justamente supervisionar, modificar ou até mesmo absorver tais formas de contestação, inclusive em relação à cultura, como se pode notar abaixo:

Na análise do processo cultural, seria necessário incluir os esforços e as contribuições dos que, nos termos da hegemonia específica, estão “fora, ou nas margens.” A parte mais difícil e interessante, diz Williams (1979, p. 116), seria “apreender o hegemônico em seus processos ativo e formativo, mas também transformacional (Dore; Souza, 2018, p. 252).

Segundo Dore e Souza (2018), a contra-hegemonia se refere à cultura e às práticas que desafiam ou estão à margem do domínio hegemônico.

O que seria, então, a “contra-hegemonia?” Seriam experiências, significados e valores que não fazem parte da cultura dominante efetiva; formas alternativas e opositoras que variam historicamente nas circunstâncias reais; práticas humanas que ocorrem “fora” ou em “oposição” ao modo dominante; formas de cultura alternativa ou opositora residuais, abrangendo experiências, significados e valores que não se expressam nos termos da cultura dominante, embora sejam praticados como resíduos culturais e sociais de formações sociais anteriores; formas de cultura emergente, englobando novos valores, significados, sentidos; novas práticas e experiências que são continuamente criadas (Dore; Souza, 2018, p. 254).

Contribuindo com a discussão acerca da contra-hegemonia, Hall (2003) ressalta que há uma luta desigual, por parte da cultura dominante, no intuito de “desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular” (Hall, 2003, p. 254), este fato, pode ser analisado no Brasil a partir do movimento de expropriação e resistência que moldou as expressões afro-brasileiras, em especial em relação ao samba urbano, que também contribuiu para a constituição da cultura no subúrbio.

Será neste movimento de resistência à segregação racial, de acordo com Fernandes (2008), que a cultura popular foi instrumentalizada. Para Murad (2016),

Quando esta ocorre [instrumentalização da cultura]<sup>11</sup>, o negro é integrado por meio da produção da cultura, porém, como objeto e não na qualidade de sujeito produtor. Notamos que a conformação do subúrbio carioca indica a forma de sociabilidade que possibilitou a construção do samba urbano no Rio como cultura popular; além disso, aponta as origens e particularidades da segregação étnica que acompanha a formação do Brasil em sua condição de país de capitalismo periférico que recrudescer em tempos de crise do capital. Está em questão a forma pela qual o país vivencia o processo de modernização e como este é sentido em um grande centro urbano como o Rio de Janeiro, por esse segmento étnico em particular. Interessa-nos também a maneira pela qual o segmento social em foco constrói sua subjetividade nesse movimento ambíguo de produção de cultura e reprodução dessa forma social. Em condições de acumulação primitiva, a cultura popular só se produziu enquanto originalidade quando configurou resistência às formas mercantis de produção da vida social, tendo o impacto como recriação de formas de sociabilidade. Esta é uma noção fundamental para observar, inclusive, a produção de cultura no subúrbio do Rio de Janeiro em seus primórdios, no pós-abolição, momento no qual a sociabilidade negra pôde se recriar enquanto formas espontâneas de produção de cultura.

---

<sup>11</sup> Grifo nosso.

No período de construção do subúrbio carioca, as formas de sociabilidade espontâneas dos negros recém-saídos da escravidão originam o samba urbano como consequência das idiossincrasias do próprio processo de modernização, bem como das resistências difusas à generalização do trabalho alienado, que surgem no decorrer do mesmo (Murad, 2016, p. 64).

Nessa ótica, a vinda de ex-escravizados<sup>12</sup> e migrantes pobres, agrupados sob o termo "trabalho livre," para os novos centros urbanos era essencial para o desenvolvimento do capitalismo, em um contexto de formação urbana contraditória. No entanto, essa migração era enfrentada por um projeto cultural de branqueamento. Esse projeto tinha raízes em fatores como a busca da elite por semelhança com as nações centrais, especialmente a estética moderna encontrada nas grandes cidades, e a demanda do capital por substituição da mão de obra escrava por um contingente laboral considerado mais apropriado (Murad, 2016).

Além disso, é essa política que legitima a expulsão dessa massa de trabalhadores pobres e negros dos grandes centros urbanos no processo de modernização da cidade, ao mesmo tempo em que esses eram necessários para a realização de determinados trabalhos. Nesse sentido, as práticas culturais da população local foram afetadas por meio de pautas educativas, os chamados códigos de posturas municipais, que buscavam cercear a população desfavorecida por meio dos circuitos letrados da cidade, permanência de formas de violência extraeconômica e resistência.

Murad (2016) aponta que a cultura do embranquecimento no Rio de Janeiro também foi mencionada por Lopes (2008) em relação à delimitação do espaço físico na cidade do Rio no início da República:

em 1890, dos 89 mil trabalhadores estrangeiros em atividade na terra carioca, mais da metade tinha os empregos mais bem remunerados, no comércio, na indústria e nas atividades artísticas; enquanto, entre os negros, 48% eram empregados domésticos, 17% eram operários, 16% não tinham profissão declarada e 17% trabalhavam em atividades extrativas, na lavoura e na pecuária. E é essa mesma ideologia do branqueamento que vai delimitar o espaço físico a ser ocupado por esses negros, vindos de todo o território brasileiro, na geografia carioca (Lopes, 2008, p. 40 *apud* Murad, 2016).

---

<sup>12</sup> O termo "ex-escravizados" é aqui utilizado no sentido de que a escravidão foi imposta pela sociedade de acordo com Munanga, 2019.

Desapropriações e demolições foram efetuadas em função da renovação do Centro com a Reforma Pereira Passos. As favelas surgiram como parte integrante desse processo, proporcionando uma alternativa para os mais pobres que precisavam permanecer na região central da cidade, dada à sua expulsão. No entanto, nem todos os expulsos dos cortiços ou recém-chegados à cidade se instalaram nas favelas. Murad (2016) aponta que uma parte optou por se estabelecer nos subúrbios, contribuindo para sua ocupação efetiva:

A produção de cultura pelas classes populares, nesse momento de constituição do subúrbio carioca, no bojo do processo de modernização do país, ainda destoa da instrumentalização da cultura operada pela lógica do capital. Paradoxalmente, o disciplinamento para o trabalho também coloca a necessidade de um lugar para o lazer. Uma espécie de caldo de cultura criminalizado nas ruas como vadiagem, no contexto onde os momentos de lazer das classes pobres eram tidos como espaços improdutivos, violentos e perigosos, encontrava espaço fértil para se desenvolver nos morros e no subúrbio carioca. O samba urbano nasce como expressão dessa sociabilidade, ganhando contornos bem definidos com o desenvolvimento dos blocos carnavalescos suburbanos – com destaque aos nascidos nos bairros Estácio, Mangueira, São Carlos e Osvaldo Cruz –, em uma prática de criação de composições anônimas coletivizadas, que tem na figura do malandro sua forma de representação mais expressiva (Murad, 2016, p. 75, grifo nosso).

Importante fonte de consulta histórica, o livro, “As Vozes Desassombradas do Museu”, detalha um pouco da história de vida de Donga, Pixinguinha e João da Baiana como intérpretes legítimos herdeiros de africanos do início da República.

O livro As Vozes Desassombradas do Museu, foi publicado em 1970 e foi mais uma produção do MIS para arrecadação de verbas. Neste material o MIS também mostrava as suas características enquanto instituição. Nesta obra possui um prefácio escrito por Ricardo Cravo Albin e a transcrição das entrevistas que Donga, Pixinguinha e João da Baiana deram ao programa Depoimentos para Posteridade entre 1966 e 1969. Vale destacar que, como já foi dito, havia uma seleção feita pelos membros do museu sobre quem prestaria depoimentos ao MIS, para terem suas falas consagradas. E, dentro deste livro foi feita a seleção da seleção, ou seja, dentre aqueles muitos que foram escolhidos para deixarem seus depoimentos, apenas três sambistas do início da República tiveram suas falas transcritas e publicadas em um livro, com um prefácio todo escrito e voltado para suas legitimações. As três temporalidades estão mobilizadas neste prefácio, há a relação do “espaço de experiência” com o “horizonte de expectativa”, e, o tempo presente é a chave para essa apreensão entre passado e futuro. (REINHART, 1993: 20-366) Desta forma, Ricardo Cravo Albin, pontua que esses intérpretes são legítimos porque são herdeiros de africanos, desde crianças frequentavam as

casas das tias baianas, e desde o início da República (desde o passado) produzem um ritmo tipicamente brasileiro, por isso no presente merecem ser reconhecidos pelo museu e pelo mundo, e ao registrar suas memórias querem preservar seus nomes e suas músicas para as futuras gerações. O museu realiza um verdadeiro trabalho de guardião da memória, de uma memória específica e selecionada (Pereira, 2016, p. 03).

Destaca esta tese que este “caldo de cultura” como exposto por Murad (2016, p. 75) nesta delimitação de espaços, morros e subúrbios, oportunizou uma diáspora em relação à identidade cultural dos subalternizados da cidade do Rio de Janeiro. Na contemporaneidade, eventos diaspóricos continuam a moldar o pensamento, comportamento e ação dos atores sociais em meio à dimensão territorial.

No passado, o exemplo mais marcante de diáspora ocorreu quando Moisés liderou seu povo rumo à Terra Prometida. Sabemos que a identidade cultural deste povo perpetuou-se ao longo dos séculos, permanecendo relativamente estáveis suas tradições originais. Em outras palavras, em relação à diáspora, retomando a realidade da cidade do Rio de Janeiro, a fidelidade às origens pode ser encarada naquilo que se diz acerca da tradição. Stuart Hall (2003) trata deste processo como sendo um “núcleo imutável” e “atemporal”, que liga o passado ao futuro e ao presente por meio de uma linha ininterrupta (Hall, 2003, p. 29)

O conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Esta fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “Outro” e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora (Hall, 2003, p. 33).

Cancian (2007) esclarece que a diáspora pode ser analisada como um instrumento de hibridização, embora calcada nas tradições e idiosincrasias da cultura original, pois dissemina-se na construção da identidade cultural de determinado grupo:

Diáspora significa o espalhamento dos povos, que saem de sua terra de origem para concretizar a vida em outros países ou em outros continentes. Seja de forma forçosa ou por opção própria, os povos que abandonam sua casa jamais se desapegam das origens, e mantêm através da tradição a cultura na qual nasceram. Isso se dá pela manutenção da língua, da religião, modo de pensar e agir. Mas essa cultura original, no contexto diaspórico, está em constante transformação, de maneira que novos costumes acabam sendo assimilados e interferem não apenas na identidade pessoal como na identidade coletiva, que por sua vez reflete a identidade cultural de determinado grupo. Não totalmente desapegados da terra natal,

aqueles que passam pela diáspora mantêm consigo o desejo do retorno, da volta ao local do nascimento. Muitos conseguem esse feito, outros constroem a vida mantendo essa esperança. De fato, parece que uma das implicações da diáspora está, além da hibridização cultural pelo efeito da zona de contato, no desejo de querer regressar ao ponto zero, por um processo consciente ou inconsciente (Cancian, 2024, p. 02).

Hall (2003) aponta como a canção é detentora dessa capacidade de disseminar a multiculturalidade sempre resguardadas em relação às tradições.

Nas trocas vernaculares cosmopolitas que permitem as tradições musicais populares do "Primeiro" e do "Terceiro" Mundo se fertilizarem umas as outras, e que têm construído um espaço simbólico onde a chamada tecnologia eletrônica avançada encontra os chamados ritmos primitivos — onde Harlesden se torna Trench Town —, não há mais como traçar uma origem, exceto ao longo de uma cadeia tortuosa e descontínua de conexões. A proliferação e a disseminação de novas formas musicais híbridas e sincreticas não pode mais ser apreendida pelo modelo centro/periferia ou baseada simplesmente em uma noção nostálgica e exótica de recuperação de ritmos antigos. É a história da produção da cultura, de músicas novas e inteiramente modernas da diáspora — e claro, aproveitando-se dos materiais e formas de muitas tradições musicais fragmentadas (Hall, 2003, p. 39).

Conclui-se que a produção cultural, dentro das comunidades que vivenciaram a diáspora, é um testemunho de resiliência e inovação. A criação do samba por essas comunidades não apenas representa uma continuação das suas tradições culturais, mas também uma evolução que incorporou elementos contemporâneos. Nessa perspectiva, o samba é fruto dessa complexa mistura de influências, por meio das quais as tradições musicais fragmentadas de diferentes regiões e épocas foram recuperadas e reinterpretadas. Esse processo de produção musical refletiu a capacidade dessas comunidades de adaptarem-se e transformarem suas heranças culturais, mantendo vivas suas identidades enquanto dialogavam com o presente.

Foi por meio do samba, que essas comunidades segregadas encontraram um meio poderoso de expressão e conexão, celebrando sua história e suas influências multiculturais.

### 4.3 A pequena África na Capital Federal do Brasil

De acordo com Brasil (2024), no âmbito da Iniciativa Viva Pequena África, um Plano de Ação coordenado pelo BNDES, (motivado pelo reconhecimento do Sítio Arqueológico Cais do Valongo - localizado na região portuária da cidade do Rio de Janeiro, o maior porto receptor de africanos escravizados do mundo), o território denominado de Pequena África é considerado em qualquer uma das áreas e circuitos destacados no mapa abaixo:

Figura 3. O reconhecimento do território da Pequena África da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Brasil (2024).

De acordo com Murad (2016), em bairros antes majoritariamente habitados por negros, como Saúde, Cidade Nova, Riachuelo e Lapa, como visto acima, inseridos no território denominado de Pequena África, ocorriam encontros de samba no Rio de Janeiro, predominantemente organizados por candomblecistas. Essas formas de sociabilidade e cultura, marginalizadas e no entanto resilientes ao longo de séculos de escravidão, encontraram expressão através desses eventos. Em essência, o samba urbano surge como um componente fundamental da produção cultural das classes populares, desencadeando uma recriação de tradições negras em um processo de redefinição do espaço urbano (Murad, 2016).

Em depoimento ao MIS<sup>13</sup>, Ernesto dos Santos, o Donga (1890-1974), sambista, legítimo representante da Pequena África afirma que a rua Senador Pompeu era “o quartel general do samba”, cita também a rua da alfândega, a rua do hospício (atual rua Buenos Aires), a rua do sabão, como endereços primordiais do samba, afirmando categoricamente que “o ambiente foi forte” para o surgimento o samba em si. Para Donga, o samba se irradiou por toda a cidade, ao dizer que “em todo lugar que havia festa, a gente ia”, mas que o samba não nascera no morro e sim no centro da cidade do Rio Janeiro, na região a qual foi denominada Pequena África. Importante destacar a citação de Donga de que, naquele tempo, ali era o lugar em que “todo mundo morava”, lugar em que “todo mundo podia morar”: na região central da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>13</sup> Depoimento concedido por Donga ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, em 02/04/1969. Donga 1974-Depoimento de Donga ao MIS (youtube.com) em <https://www.youtube.com/watch?v=gYztDZVJVvw>.

Figura 4. Mapa atual do centro da cidade do Rio de Janeiro, onde se pode observar a rua Senador Pompeu, quartel general do samba, citado por Donga, na chamada Pequena África.



Fonte: Data Rio, 2023, IBGE, 2023, GoogleEarth, 2023. Elaborado por Daniel José de Andrade.

Faz-se necessário ainda destacar a importância da Praça Onze como território agregador do samba e do carnaval para as classes populares:

A Praça Onze ficava no centro de uma região que reunia o morro da Favela, morro de São Carlos, Rio Comprido, Catumbi, Cidade Nova, Estácio de Sá, Saúde, Gamboa, Santo Cristo, etc., os bairros ocupados pela comunidade negra carioca. Para os moradores dos subúrbios e favelas da Zona Norte, a praça também oferecia fácil acesso, pois ficava ao lado da Central do Brasil (estação de trens urbanos, localizada no centro do Rio de Janeiro). A classe média brincava o carnaval na Av. Rio Branco, mas o povão ia pra Praça Onze. Era tão óbvia a separação que Ary Barroso, escrevendo para o Jornal Correio da Noite, em 1935, ao chamar a atenção para o êxito do samba Arrependido, de Ismael Silva e Nilton Bastos, concluiu: “Foi grande, enorme, o sucesso do carnaval que muita gente do Rio não conhece, o carnaval da Praça Onze. Ali é o povo. E o povo é quem escolhe”. (Cabral, 1996, p.68)

De acordo com Peçanha (2013), eram constantes as perseguições:

(...) a chamada Pequena África estava incrustada no centro do Rio de Janeiro, estendida por uma vasta região. Isso não quer dizer que fossem esses espaços exclusivos para negros e negras. O Rio de Janeiro da época era marcado por uma convivência entre as camadas populares, menos abastadas e, geralmente, negras, com as elites – como demonstra Vianna (1995). Isso não implica – convém salientar – que essa convivência ocorresse de forma conturbada, tentando marcar diferenças e separações. As populações negras e sua cultura eram constantemente discriminadas e perseguidas – muitas vezes até pelo aparato do Estado. Muitos dos contatos entre as elites brancas e a população negra ocorriam, portanto, através de mediadores – que possuíam prestígio, capital simbólico (Bourdieu, 2005), que os permitia transitar minimamente entre os meios – efetuando as ligações entre eles (Peçanha, 2013, p. 29).

Como já mencionado anteriormente, o Brasil vivenciou na primeira metade do século XX uma transformação social e política em razão da mudança da economia agrário exportadora para a economia industrializada na qual surgirá uma nova elite cultural que buscou impor um discurso homogeneizador com características modernizantes gerando uma tensão no espaço urbano.

Em relação às diferenças culturais, como exposto, faz-se necessário compreendê-las como resultado de um projeto pós-colonial de cultura (Bhabha, 1995), cujos discursos compuseram os enunciados que fizeram a história da cidade do Rio de Janeiro no começo do século XX. Interessa, particularmente, para esta pesquisa reconhecer que os instrumentos de comunicação aqui cotejados como a imprensa, a canção popular, as narrativas de viajantes estrangeiros em visita ao Rio à época e as obras de Lima Barreto e João do Rio perfazem essa materialidade ideológica no percurso histórico da cidade.

Orlandi (2002) afirma que a análise de discurso como ciência volta-se à análise da história como um esteio de materialidade específica do discurso.

A noção de forma material, tal como a tomo, distinguindo-a da forma abstrata e da forma empírica, elabora a importância, estabelecida na análise de discurso, da relação entre língua e história. Pela forma material, podemos trabalhar a inscrição do histórico na língua, o investimento do sentido na sintaxe, de modo a seguir o princípio segundo o qual a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Estabelecemos assim a relação entre a forma-sujeito e a forma do sentido pela noção de materialidade discursiva, lingüístico-histórica (Orlandi, 2002, p. 23).

Enfim, entende-se que o espaço pode ser compreendido em suas nuances sociais e historiográficas, onde se manifestam os objetos (naturais, sociais e geográficos) e a própria sociedade em movimento, de uma forma conjunta e indissociável (Santos, 1988, p. 26). Ou seja, “o conteúdo (a sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos)” (Santos, 1988, p. 27). Desta forma, aquilo que está corporificado pela sociedade está, também, corporificado pelos espaços geográficos. Pode-se compreender, nesse sentido, o espaço social através da categoria forma-conteúdo, que explicita que as formas geográficas/físicas/espaciais possuem funções determinadas pelo processo sócio-histórico.

Para Santos (1980), o espaço social é um “conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente [...] que se manifestam através de processos e funções” (Santos, 1980, p. 122), ou seja, o espaço contém formas sociais que são produzidas e reproduzidas de acordo com a necessidade do modo de produção. Por isso, esse espaço social é, para a geografia crítica, um campo de forças desiguais, que permite diferentes evoluções espaciais.

## **5 A PERSPECTIVA TEÓRICA DA ANÁLISE DO DISCURSO E A PAISAGEM URBANA DO RIO DE JANEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XX.**

Esta tese utilizará a instrumentação teórica da análise do discurso, uma disciplina interpretativa dentro da linguística, com base na ideia de que o sujeito não é uma entidade isolada, mas está subordinado ao coletivo. Esse processo de subordinação ocorre de forma inconsciente, quando o indivíduo adere ou internaliza o conhecimento construído coletivamente, tornando-se porta-voz e representante de significados que o definem em um contexto histórico específico. Em relação ao aspecto metodológico, de acordo com Orlandi (2003), a análise do discurso é uma disciplina de interpretação que se baseia na intersecção de epistemologias distintas, incluindo a linguística, a psicanálise e o materialismo histórico.

Este trabalho de pesquisa terá o materialismo histórico como contribuição para a análise do discurso, observando-se que a linguagem não é apenas uma questão

individual de produção de sons e palavras, mas sim, uma prática social que é influenciada por diferentes contextos e relações de poder (Orlandi, 2003, p. 04).

Relações de poder que são advindas do materialismo histórico, o qual permeia a teoria da ideologia. A ideologia, nesse caso particular, pode ser vista como uma forma de dominação cultural, em que as classes dominantes procuram legitimar seu poder e manter a ordem social existente, difundindo ideias que beneficiam seus interesses e justificam a exploração e opressão das classes subalternas.

Por outro lado, a ideologia também pode ser vista como uma forma de resistência e luta contra a opressão e exploração. Grupos subalternos podem desenvolver ideologias que questionam e desafiam a ordem social existente, buscando formas de transformação social e de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso é importante para a análise do discurso, pois permite entender como os discursos são usados para reproduzir ou desafiar ideologias dominantes, situações que analisaremos por meio das revistas, jornais e canções populares. Em relação à psicanálise, a análise do discurso se utiliza da noção de inconsciente e trabalha com o “de-centramento do sujeito”. Isso significa que a análise do discurso não se concentra apenas nas intenções do autor ou no significado literal das palavras, mas também nas relações inconscientes entre as palavras e as estruturas simbólicas que sustentam essas relações (Orlandi, 2003, p. 04).

De acordo com Ferreira (2001, p. 5-7) o assujeitamento pode ser compreendido pela análise do discurso como um “movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia, condição necessária para que o indivíduo torne-se sujeito do seu discurso ao, livremente, submeter-se às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, embora tenha ilusão de autonomia”.

Para Caregnato e Mutti (2006), a análise do discurso é uma abordagem teórica que examina como a linguagem é usada para produzir significados e como esta influencia a construção da realidade social. Essa abordagem rejeita a noção de que a linguagem é um meio neutro de refletir ou descrever o mundo, e à vista disso, enfatiza a importância central do discurso na construção da vida social (Caregnato; Mutti, 2006, p. 680).

Complementando, de acordo com Orlandi (2003), na análise do discurso, a linguagem é uma prática social que é influenciada por fatores como cultura, poder, ideologia e contexto social. Por exemplo, a análise dos enunciados à luz do

materialismo histórico pode examinar como as notícias são relatadas na mídia e como podem influenciar a percepção pública de determinados eventos ou grupos sociais (Orlandi, 2003, p. 02), levando-se em consideração a história, que é considerada como uma dimensão temporal que afeta a produção e a interpretação do discurso, e dessa forma, o sujeito é visto como um agente ativo que utiliza a linguagem para construir significado e agir naquela sociedade (Caregnato; Mutti, 2006, p. 680).

Segundo Caregnato e Mutti (2006), o corpus de análise é constituído pela interseção de três elementos: ideologia, história e linguagem. A ideologia é entendida como um conjunto de ideias, crenças e valores que são compartilhados por um determinado grupo social e que refletem as relações de poder e dominação presentes na sociedade. O sentido é visto como uma produção discursiva, construída a partir das relações entre os elementos presentes no discurso, como as palavras, as estruturas sintáticas, os temas abordados e as posições dos sujeitos em relação ao discurso. Assim, o sentido não é algo que é dado de antemão, mas é produzido a partir das relações sociais e históricas em que o discurso está inserido e que está permeado por sentidos pré-construídos e compartilhados socialmente. Esses sentidos pré-construídos são denominados interdiscursos e são formados por discursos anteriores que estão presentes nas memórias coletivas. Dessa forma, o sujeito que fala ou escreve acredita que está no controle de seu discurso, mas na verdade ele está inserido em um continuum discursivo que é influenciado por discursos anteriores. Isso significa que todo discurso já foi dito antes e que o sentido de uma palavra ou expressão não é dado por sua literalidade, mas sim por sua relação com outros discursos e contextos sociais (Caregnato; Mutti, 2006, p. 681).

Michel Pêcheux é considerado um dos fundadores da Análise de Discurso da linha francesa, conjuntamente com outros pesquisadores como Michel Foucault, Jacques Derrida, entre outros. Pêcheux propôs que a linguagem não era um mero reflexo da realidade, mas que a própria linguagem era um instrumento de poder e ideologia, que ajudava a reproduzir e manter as relações de poder existentes na sociedade. Ele defendeu a ideia de que o discurso era uma forma de prática social, que envolvia a produção e a circulação de sentidos em um contexto histórico e ideológico específico (Orlandi, 2003, p. 15).

Pêcheux (1997) aponta que em relação às formações discursivas, a Análise do Discurso, considera que as palavras não têm um significado fixo e estanque. Ao

contrário, a formação de sentido deve ser analisada levando-se em conta as relações que se estabelecem com outras palavras no interior do texto. A partir da década de 1930, durante o período de vigência Dessa forma, o sentido das palavras não está ligado apenas a sua literalidade, mas é construído a partir das relações de metáfora, transferência e deslocamento que ocorrem no interior do discurso. Essas relações são influenciadas pelo contexto histórico, social e ideológico em que o discurso está inserido, e são determinadas pelas formações discursivas, que podem ser entendidas como conjuntos de enunciados que possuem uma coerência interna e que são produzidos em um determinado contexto histórico-provisório. Assim, sua relação “está exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível e tornar-se outro diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 1997, p. 53).

Na perspectiva do discurso, o texto é lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade (Orlandi, 2005). Para Orlandi (2011a), o entendimento da individualidade deve passar por uma análise histórica concreta das condições de sociabilidade.

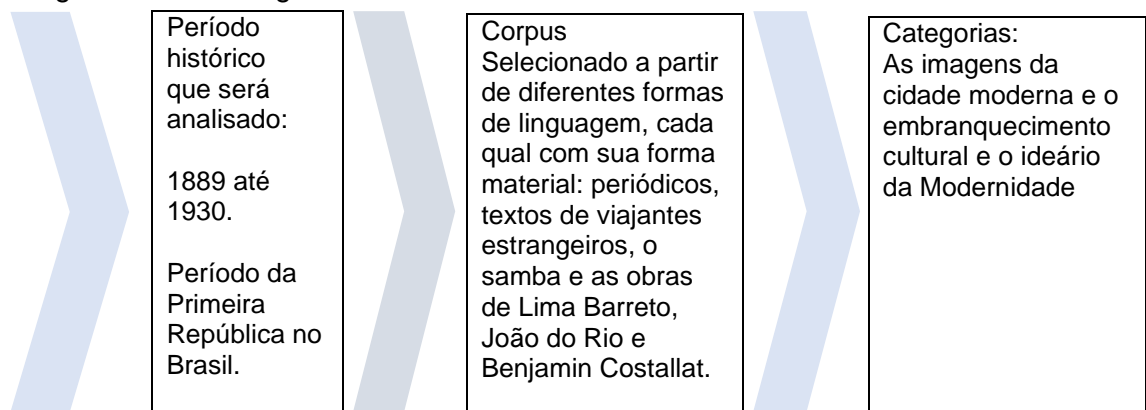
A pesquisa, a partir da ótica do materialismo histórico, analisará os enunciados constituídos na imprensa carioca (jornais e revistas) e nas canções populares, em especial o samba, como produtos culturais que expressam em suas letras o hibridismo cultural no Brasil (Canclini, 2012) e os ideários civilizatórios imbricados a um projeto urbanístico de cidade. Quanto à imprensa e ao samba, a pesquisa não os vê como simples instrumentos de comunicação, mas como suportes de linguagem, que abarcam sua materialidade na sociedade, ou seja, como unidades de comunicação, as revistas, jornais e o samba como canção popular aproximam os sujeitos e produzem efeitos de unidade no plano urbano, compreendendo assim um fenômeno histórico-social, onde sujeitos se dividem enquanto indivíduos (Orlandi, 2011).

É certo que, diante das considerações anteriores, é necessário considerar os aspectos subjetivos da relação do Homem com seu território, e os aspectos das manifestações imateriais, distintas do patrimônio edificado, a partir da cultura dos segmentos subalternizados da sociedade (Fonseca, 2009). Os enunciados que consideramos neste trabalho expõem diferenças no modo de viver e pensar a urbanização da cidade do Rio de Janeiro do começo do século XX, especialmente em relação às políticas de embelezamento urbano e do embranquecimento cultural.

O corpus selecionado para análise dos periódicos, são recortes das seguintes revistas e jornais: O Malho (1902, 1904, 1905, 1907 e 1911), Kosmos: Revista Artística, Científica e Literária (1904-1908), Careta (1917), da mesma forma, será realizada acurada análise dos textos dos viajantes estrangeiros Clayton Sedgwick Cooper e Lilian Elwyn Elliott (1917) das canções populares dos sambistas Donga, Sinhô, e Noel Rosa e das obras de Lima Barreto, João do Rio e Benjamin Costallat.

Desta forma, a tese será conduzida seguindo o caminho metodológico proposto abaixo.

Figura 5. Metodologia.



Fonte: O autor (2023).

Quadro 1. Periódicos que serão analisados.

Periódicos que serão analisados seguindo o recorte temporal de 1889 a 1930
02 - O Malho (edições de 1902, 1904, 1905, 1907 e 1911)
03 - Kosmos:Revista Artística, Científica e Literária (1904-1908)
04 - Careta (1917)
05 – Revista GE (1956) (fato noticioso de 1905)

Fonte: O autor (2023).

Quadro 2. Textos de viajantes estrangeiros que serão analisados<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Os textos dos autores estrangeiros tiveram como base o trabalho de pesquisa de Pedro Lopes de Almeida, Globalização, técnica e modernidade no Rio de Janeiro das primeiras três décadas do século XX: Machado de Assis, João do Rio, e Lima Barreto em diálogo com textos de viajantes estrangeiros. **Luso-Brazilian Review**, v. 59, n. 1, p. 109-142, 2022.

### Textos de viajantes estrangeiros que serão analisados seguindo o recorte temporal de 1889 a 1930

01 – Clayton Sedgwick Cooper – The Brazilians and their country – Chapter XI – Seeing Rio de Janeiro by tramways

02 – Lilian Elwyn Elliott – Brazil today and tomorrow – Chapter III – Social Conditions

Fonte: O autor (2023).

Quadro 3. Canções populares que serão analisadas

### Canções populares que serão analisadas seguindo o recorte temporal de 1889 a 1930

01 – Donga (Ernesto Joaquim) – Anos 10 – Pelo telefone

02 – Sinhô – Anos 10 – Fala meu louro

03 – Sinhô – Anos 10 – Pé de anjo

04 – Noel Rosa – Anos 20 – Minha Viola

05 - Noel Rosa – Anos 20 – Com que roupa

Fonte: O autor (2023).

Quadro 4. Obra de Lima Barreto que será analisada

### Obra de Lima Barreto que será analisada seguindo o recorte temporal de 1889 a 1930

01 – Afonso Henriques de Lima Barreto. Bagatelas.

Fonte: O autor (2023)

Quadro 5. Obra de João do Rio que será analisada

### Obra de João do Rio que será analisada seguindo o recorte temporal de 1889 a 1930

01 – João do Rio – A alma encantadora das ruas

Fonte: O autor (2023)

Quadro 6. Obra de Benjamim Costallat que será analisada

### Obra de Benjamim Costallat que será analisada seguindo o recorte temporal de 1889 a 1930

01 – Benjamim Costallat – (A cidade branca) Mutt, Jeff e Cia.

Fonte: O autor (2023)

O caminho metodológico percorrido pela pesquisa tem como base o período histórico da Primeira República do Brasil, 1889 a 1930, com propósito de refletir acerca de como as reformas urbanas efetuadas durante este recorte de tempo na cidade do Rio de Janeiro refletiram novas realidades para seus cidadãos. Dessa forma, a pesquisa busca explorar criticamente, por meio do materialismo histórico, partindo dos

pressupostos teóricos de Michel Pêcheux (1997), uma análise dos sujeitos em sua própria história, tendo em vista as relações destes atores sociais e as complexidades ideológicas e sociais às quais estavam submetidos em relação à cultura. A análise teve como foco os temas “as imagens da cidade moderna e do embranquecimento cultural” e “o ideário da modernidade”, por meio da investigação dos discursos ali presentes em meio ao movimento higienista e ao processo civilizador da Belle Époque em periódicos, literatura em geral e da canção popular, em especial o samba e das obras de Lima Barreto, João do Rio e Benjamim Costallat. A instrumentalização da Análise de Discurso para as pesquisas no campo do Planejamento Urbano e Regional destacam-se em relação aos estudos urbanos como uma ferramenta possível quando analisam-se recortes históricos passados.

## **6 ANÁLISE DO DISCURSO CIVILIZATÓRIO E OS MELHORAMENTOS URBANOS: IMAGENS DA CIDADE MODERNA E O EMBRANQUECIMENTO CULTURAL E O IDEÁRIO DA MODERNIDADE**

Essa seção tem como objetivo examinar os discursos civilizatórios e as reformas urbanas implementadas no Rio de Janeiro durante a Primeira República, buscando-se demonstrar o elevado nível de estratificação social em meio àquela sociedade, apoiando-se no materialismo histórico e nos princípios teóricos da Análise de Discurso e de Michel Pêcheux (1997), refletindo-se acerca das experiências dos sujeitos em sua própria história, das complexidades ideológicas e sociais que enfrentavam em relação à cultura naquele período.

O foco da análise seguirá uma ordem cronológica da história por meio das categorias "Imagens da cidade moderna e o embranquecimento cultural" e "O Ideário da modernidade", investigando os discursos presentes no movimento higienista e no processo civilizador da Belle Époque, para tanto levar-se-á em conta a imprensa à época, os relatos de viajantes estrangeiros, o samba e as obras de Lima Barreto, João do Rio e Benjamim Costallat.

### **6.1 Uma análise da imprensa, dos viajantes estrangeiros, do samba e das obras de Lima Barreto, João do Rio e Benjamim Costallat**

Como visto na seção quatro, no início do século XX, com a República, a cidade do Rio de Janeiro vivia uma emblemática condição de busca por um ideário civilizatório que era simbolicamente idealizado no imaginário das elites, oportunizando-se assim, ao Estado munir-se de seu poder administrativo para interpor-se no espaço urbano. Na prática, este ideário buscava tirar a cidade da delongada cultura colonial, realizando um saneamento da pobreza.

Este momento, que se iniciara em 1894, quando a oligarquia cafeeira retomou o poder político, cristalizou-se durante a administração Rodrigues Alves, que indicou para o cargo de prefeito do distrito federal um dos responsáveis pelo antigo (1875) plano da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, jamais implementado: Francisco Pereira Passos. O prefeito Passos comandou, então, no curto período de quatro anos a maior transformação já verificada no espaço carioca até então, um verdadeiro programa de reforma urbana (Abreu, 1987, p.59-60).

No início do século XX é possível adentrar ao Rio de Janeiro, com seus cafés, confeitarias, hospedarias, casebres e casarões assobradados situados em vias públicas sujas, palcos em que dividiam espaço os que portavam poucos panos e os que se vestiam à francesa.

*Lócus* do moderno e do novo, das ruas empoeiradas em que havia a distinta presença dos recém chegados e barulhentos *bonds*. Certamente ali, evidenciava-se o cheiro do lixo, anacrônico e fonte de tantas epidemias. As transformações na cidade eram intensas:

A primeira década do século XX, representa para a cidade do Rio de Janeiro, uma época de grandes transformações, motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital. Com efeito, o rápido crescimento da economia brasileira, a intensificação das atividades exportadoras e, conseqüentemente, a integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional, exigiam uma nova organização do espaço (aí incluído o espaço urbano de sua capital), condizente com esse novo momento de organização social (Abreu, 1987, p. 59).

A proposta do tópico “O discurso civilizatório no Rio de Janeiro do início do século XX” é analisar, por meio da imprensa da época, a transformação da sensibilidade e dos estados de ânimo dos cidadãos cariocas durante o início do século XX, marcado pela busca da capital da República em se tornar um modelo de cidade cosmopolita e moderna.

A tese volta-se para a análise dos discursos concebidos no planejamento da cidade do Rio de Janeiro, a partir das formas diferenciadas de pensar e de planejar a dimensão urbana, refletindo-se acerca dos valores simbólicos pelos quais a mídia elabora, objetificando-a.

De acordo com Dantas (2019), em meio à análise do discurso das cidades, observa-se que a cidade pode ser compreendida como uma mercadoria, não somente em razão do seu aspecto físico, mas também simbólico.

[...]através dos sujeitos políticos, das instituições e da mídia, está um fato incontestável: a cidade é uma mercadoria. Não somente em sua estrutura física, mas, talvez ainda mais importante, em sua composição simbólica, é um produto que, para se desenvolver economicamente dentro de situações de crise fiscal do Estado e de

acirramento da competição entre lugares, precisa ser vendida, atraindo capital e pessoas (Dantas, 2019, p. 23).

Por meio do tópico, “Os anos 10: imagens da cidade moderna e o embranquecimento cultural”, analisa-se uma mudança nos discursos e na percepção dos habitantes, evidenciada tanto pelas críticas ácidas do personagem “Zé do Povo”, criação do jornal “O Malho”, quanto pela representação satírica da cultura popular presente na imprensa por meio dos cartuns da época.

A tese analisa e infere como a cultura subalterna, ou seja, as expressões culturais das classes sociais menos privilegiadas, são frequentemente estigmatizadas e marginalizadas ocasionando, no caso da cidade do Rio de Janeiro, o embranquecimento cultural. Contribuindo com as análises, a AD pecheutiana oportuniza reflexão a partir do materialismo histórico. A pesquisa investigará a materialidade e a historicidade das expressões culturais que eram vistas como subversivas pela elite cultural e política, que as considerava uma ameaça à ordem social estabelecida. Como resultado, muitas manifestações da cultura popular eram proibidas ou reprimidas.

A análise se estende à música popular, especialmente ao surgimento do samba, nas narrativas de Donga e Sinhô, que se torna um instrumento de resistência e crítica social, refletindo a realidade e as contradições da sociedade carioca que vivenciava uma rápida transformação.

No tópico “Os anos 10 no Rio de Janeiro e o seus bonds”, analisa-se como os bondes não apenas facilitaram o acesso a áreas antes consideradas distantes, mas também impulsionaram o crescimento urbano e a especulação imobiliária. A eletrificação dos bondes, símbolo de modernização, contribuiu ainda mais para a ocupação de bairros e a transformação da paisagem urbana.

A Análise do Discurso de Pêcheux foi um contributo para investigar a existência histórica do enunciado no interior das práticas discursivas, apoiadas pelos aparelhos ideológicos (Brito, 2012). A pesquisa infere por meio das análises que, por trás dessa aparente modernização, há nuances de segregação e desigualdade, como evidenciado nas narrativas de viajantes estrangeiros como Clayton Sedgwick Cooper, que observou a heterogeneidade das classes sociais e etnias nos bondes da cidade.

As análises revelam não apenas a evolução física da cidade, mas também os conflitos sociais e culturais subjacentes, refletidos nas representações da vida urbana,

a partir da contribuição dessa discussão a partir da análise da obra "A essência encantadora das ruas" (1908) de João do Rio que oportuniza a visão da evolução gradual do Rio de Janeiro em uma cidade bipolarizada. O autor descreve a Capital Federal como uma cidade dilacerada pela desigualdade. Em seus relatos, João do Rio desvenda uma realidade distópica e dividida, onde as ruas são palco de conflitos sociais e de uma dolorosa estratificação. As análises desvelam uma cidade que, mesmo remodelada, ainda é assombrada por sua história de opressão e desigualdade. Ao adotar uma postura desviante em relação à representação hegemônica de modernidade, João do Rio oferece uma visão crítica e complexa da cidade, destacando as fissuras e contradições que permeiam sua identidade urbana.

Em relação à análise do discurso, a análise do tópico revela que a organização urbana (Orlandi, 2011) favorece uma materialização que é idealizada pelos gestores do plano urbano, cristalizando-se assim em uma cidade pré-concebida por meio de uma ideologia normativa. Orlandi (2011, p. 695), contribui com as análises ao apontar que

[...] a cidade tem sido confundida, ou melhor, que há uma sobreposição do urbano sobre a cidade. Isto quer dizer que a cidade é significada pelo urbano. Este, por sua vez, não representa a cidade em seu real, mas é justamente o imaginário pelo qual a cidade é tomada ou como espaço empírico, já preenchido, ou como um espaço abstrato, calculável, administrado por especialistas da gestão pública: com seus planos, projetos, políticas públicas etc Nesse sentido, enquanto declinada pelo urbano, a cidade é já significada a priori, em nosso caso, pelos padrões capitalistas. Indo mais além, podemos mesmo dizer que o urbano se sobrepõe à cidade e esta é identificada com o social, isto é, as relações sociais são hoje, muito frequentemente, consideradas como o mesmo que relações urbanas. (Orlandi, 2011, p.695).

No tópico "Os anos 20: imagens da cidade moderna", analisa-se o contexto dos anos 20 no Brasil, período marcado por uma série de transformações profundas, tanto no campo econômico quanto no cultural e político. A ascensão do comércio do café e o desenvolvimento industrial trouxeram mudanças significativas, enquanto a disputa entre setores agrários-exportadores e industriais refletiram os conflitos latentes na sociedade.

A modernização da cidade do Rio de Janeiro, representada pelo projeto de arrasamento do morro do Castelo, é alvo de críticas de intelectuais como Lima Barreto,

que denunciam a marginalização e o embranquecimento cultural promovidos pelas políticas de progresso. Nesse cenário, a figura de Benjamim Costallat surge como um crítico incisivo, cujas crônicas revelam as contradições e os desafios enfrentados pela sociedade carioca. Enquanto isso, eventos políticos como a sucessão de Epiácio Pessoa e a Revolução Paulista evidenciam os embates entre diferentes grupos sociais e ideológicos. A crise econômica desencadeada pelo colapso da Bolsa de Nova Iorque em 1929 agrava ainda mais as tensões internas, impactando diretamente a economia brasileira e evidenciando a fragilidade das estruturas tradicionais. Nesse contexto de mudança e turbulência, surgem figuras como o sambista Noel Rosa, cuja obra representa uma nova forma de expressão cultural que dialoga diretamente com a realidade urbana e as aspirações do povo brasileiro, oferecendo uma visão contra-hegemônica que desafia as normas e valores estabelecidos.

## **6.2 O discurso civilizatório no Rio de Janeiro do início do século XX**

Para Nicolau Sevcenko (2004) este período pode ser denominado como a “Belle Époque” brasileira, pois o plano urbano do Rio de Janeiro modificava-se de acordo com os padrões franceses: Paris era a capital do mundo, exemplo de modernidade e civilidade.

O Prefeito Pereira Passos logo que fora nomeado buscou organizar-se quanto à efetivação dos caminhos legais que precisaria seguir para empreender o “embelezamento e saneamento” do Rio de Janeiro, como aponta Abreu (1987, p. 60):

Para empreender seu programa de reformas, Passos determinou, logo após ser nomeado, a reorganização da antiga Comissão da carta cadastral, que deveria fornecer o apoio logístico necessário às obras que pretendia realizar, às quais foram discriminadas na Mensagem encaminhada à Câmara em 01/09/1903 sobre o título “Embelezamento e Saneamento da cidade”. Três meses antes, entretanto, o prefeito já havia inaugurado sua primeira obra, ou seja, o alargamento da rua do Sacramento, a qual, a partir de 1910, levaria o seu nome (Abreu, 1987, p. 60).

As primeiras ações dos melhoramentos urbanos foram o recuo progressivo dos edifícios e da uniformização dos planos de alinhamento das ruas da cidade nos bairros centrais, ocasionando a demolição de várias casas da população pobre, como aponta Abreu (1987, p. 60).

A reorganização da comissão (agora Serviço) da Carta Cadastral teve as suas primeiras consequências concretas na instituição do recuo progressivo dos edifícios, e na uniformização dos planos de alinhamento das ruas da cidade que passaram também a ser numerados. Os PA n<sup>os</sup> 1 / 2 e 4 referiram-se à ligação da Lapa como esse tásio, através da abertura da sua Salvador de Sá e Mem de Sá, 17 m de largura em terrenos obtidos com a conclusão das obras de demolição do Morro do Senado, que se arrastava há décadas. [...] Para a sua construção foram demolidas, entretanto, inúmeras casas que serviam de residência às populações pobres das Freguesias de Santo António e Espírito Santo. Iniciava-se, assim, com impetuosidade, o processo de renovação urbana das freguesias centrais, que viria a atingir principalmente os quarteirões operários (Abreu, 1987, p. 60).

Abreu (1987, p. 61) aponta que Pereira Passos realizou o alargamento das principais “artérias” do centro da cidade, desapropriando mais habitações do que eram necessárias, pois com isso, buscava depois vender, mais valorizados, os terrenos remanescentes:

A abertura dessas novas vias de circulação, seguiu-se uma série de obras que objetivavam o alargamento das principais artérias do centro ou de suas imediações. Foram assim alargadas, para 17 m, as ruas Estácio de Sá, Frei Caneca, Assembleia Uruguaiana, Carioca e Visconde do Rio Branco; para 24 m as ruas Estreita de São Joaquim (continuação da rua Larga de São Joaquim, atual Marechal Floriano) e Visconde de Inhaúma e, para 14 m, a rua Mariz e Barros. Alargaram-se, também, as ruas Treze de maio, Acre, Camerino, Sete de Setembro, São José, Ramalho Ortigão, e muitas outras. Nota-se que, a maioria dos casos, a Prefeitura desapropriava mais prédios do que aqueles necessários para o alargamento das ruas. Visava com isso a venda dos terrenos remanescentes (e agora valorizados), após o término das obras, ressarcindo-se assim de grandes partes de seus custos (Abreu, 1987, p. 61).

Figura 6. Alargamento da rua da Carioca



Fonte: Reforma...(2024.)

Em relação às obras de embelezamento, Pereira Passos realizou-as de forma grandiosa, como aponta Abreu (1987, p.61-63):

Quanto às obras de embelezamento propriamente ditas, várias foram as ações empreendidas por Passos. A Praça XV, o largo da Glória, o Largo do Machado, a Praça São Salvador, a Praça onze de Junho, o Passeio Público e a Praça Tiradentes foram agraciados com estátuas imponentes e/ou tiveram seus jardins melhorados; as ruas do Centro, Botafogo e Laranjeiras. Passaram por um surto de arborização e as estradas do Alto da Boa Vista sofreram várias modificações. Além disso, foram construídos pavilhões arquitetônicos em determinados pontos da cidade (Pavilhões de Regatas e Mourisco em Botafogo, Vista Chinesa, Pavilhão do Campo de São Cristóvão), além de “um trenzinho Guignol para a petizada” na Praia de Botafogo. Deu-se assim a construção do Teatro Municipal, em terreno adquirido pela Prefeitura por 551:875\$ 000. Essa obra, que teve a sua estrutura metálica importada da Europa, era segundo uma artista francesa em visita ao Rio e presente à inauguração “plus riche que celui de l’Opéra de Paris” (Abreu, 1987, p.61-63).

Em 1903, Pereira Passos ordena a abertura da Avenida Central, projetada de acordo com o mais moderno plano urbanístico francês, como se pode ver na figura 05.

A mais importante, em termos de transformação de forma urbana foi sem dúvida a construção da Avenida Central (atual Rio Branco), para cuja abertura foram demolidas “duas ou três mil casas, muitas com famílias numerosas, custando as desapropriações ao Governo Federal a quantia de 26.456:638\$019. Esta venida era, sem dúvida, o complemento natural de duas outras grandes obras que se realizavam na cidade, ou seja, a Avenida Beira Mar (pela administração Passos) e o novo porto do Rio de Janeiro (a cargo da União). Decorria também da necessidade do capital e dos valores da época de se expressarem simbolicamente no espaço, razão porque após a sua inauguração em 15/11/1905, “as melhores casas comerciais foram ali instaladas; os jornais construíram seus prédios monumentais e as grandes companhias, clubes, hotéis e vários edifícios do governo (Escola de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Supremo Nacional, Teatro Municipal, Palácio Monroe foram nela localizados). “(Abreu, 1987, p. 63).

De acordo com Chiavari (1985), a modernidade estava sendo implantada para atender aos desígnios capitalistas:

O plano de 1903, que serviu de base à remodelação do Rio de Janeiro, sob a Prefeitura de F. Pereira Passos, representa, em comparação ao precedente, o reflexo urbano do projeto que a República trouxe consigo, ou seja, a reorganização da sociedade mediante a indução de uma sociedade formalmente moderna, isto é, capitalista, antes pelos efeitos na esfera da circulação, do que pelas causas na produção. Nesse sentido, as concepções deviam atender aos imperativos postos pelo novo sistema, ou seja: a reprodução da força-trabalho e sua divisão funcional em classes contida na fórmula “saneamento” [...] Tornar eficiente e rápido o sistema de transporte e de circulação seja de mercadoria seja de força-trabalho, contida na fórmula “melhoramento da viação urbana” [...] A indução da produção, base da riqueza, e a concentração de tal riqueza, augurado na fórmula “melhoramento e embelezamento”, atendia ao objetivo formal de oferecer uma fachada “desenvolvida”, moderna e segura ao país, “sendo a capital considerada como o país inteiro” (Chiavari, 1985, p. 589).

Figura 7. Na Capital Federal, a Avenida Passos.



Fonte: Na Capital... (1905, p. 47).

Foi a primeira avenida que se fez na cidade do Rio de Janeiro, sob o governo do Dr Rodrigues Alves. Projectada há longos anos, como prolongamento da rua do Sacramento, onde se acha o Thesouro Nacional, foi iniciada e concluída pelo benemérito ancião Dr. Pereira Passos, o grande prefeito do Districto Federal, cuja atividade é o assombro de quantos admiram os seus beneficos efeitos (O Malho, 1905, p. 47).

À semelhança de Paris, Rio de Janeiro moldava-se ao gosto da classe dominante.

Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi*

*vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais (Abreu, 1987, p. 60).

Na revista *Kósmos*<sup>15</sup>, de março de 1904, Olavo Bilac, célebre escritor e representante da classe dominante, envergonha-se da cidade velha colonial e exclama com felicidade acerca da demolição do passado.

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hymno jubiloso, iniciaram os trabalhos da construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. Bem andou o governo, dando um character solemne e festivo á inauguração d'esses trabalhos. Nem se comprehendia que não fosse um dia de regosijo o dia em que começámos a caminhar para a reabilitação. No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atrazo, do Opprobio. A cidade colonial, immunda, retrogada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daquelles apodrecidos materiaes que desabavam. Mas o hymno claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam ellas, —as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam comprehendiam bem o que ellas diziam, no seu clamor incessante e rythmico, celebrando a victoria da hygiene, do bom gosto e da arte (CHRONICA, 1904, p. 2).

Neste excerto, pode-se averiguar o discurso do ideário da modernidade na produção social do espaço. A sociedade capitalista é a mesma que alija e segrega. Para Orlandi (2011), esse sistema não apenas exclui certos grupos, mas os separa, marginaliza-os e, de certa forma, os torna invisíveis, ignorando suas necessidades e contribuições.

A sociedade capitalista em seu funcionamento contemporâneo é uma sociedade que vai além da exclusão, ela funciona pela segregação (coloca para fora da sociedade, e, quem está fora, não existe, não é levado em conta). Estes seus valores, por sua vez, são praticados pela sociedade que, enquanto sociedade de um sistema capitalista, é estruturalmente dividida e administrada pelo Estado que se sustenta no aparato e ideologia jurídicos. Assim, tanto as posições sujeito como os sentidos que eles produzem são função dessa divisão (Orlandi, 2011, p. 696).

Francisco Pereira Passos representou uma elite socioeconômica que procurava espelhar-se no comportamento e formas de vida da sociedade francesa: a reforma de Pereira Passos foi baseada na remodelação da cidade de Paris e seus

---

<sup>15</sup> KÓSMOS: revista artística, científica e litterária. Rio de Janeiro: Of. Typ. Schimdt & Co, 1904-1909. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/kosmos/146420>. Acesso em: 02 jun. 2023

bulevares. Em relação à AD, análise de discurso, destaca-se que o sujeito é interpelado na construção de seus discursos por meio do Estado capitalista, que o constitui e que o inscreve por meio de suas práticas culturais, como demonstra Orlandi (2011):

[...] temos a relação deste sujeito com o Estado capitalista. Estado que é o articulador do simbólico com o político. Nesse sentido, o Estado, por sua vez, individualiza este sujeito, pelas instituições e pelos discursos, daí resultando não o indivíduo como nasce, mas uma forma sujeito que o Estado individualiza, logo, um sujeito individualizado, ou seja, um indivíduo que se identifica por sua inscrição em uma formação discursiva, em certos sentidos e não outros, constituindo-se em uma posição sujeito com sua existência, que se inscreve, com suas práticas, na sociedade (Orlandi, 2001). É assim que situamos a posição-sujeito em seu funcionamento na sociedade. Este sujeito individuado pelo Estado, identificado em uma certa formação discursiva, e, portanto, com certos sentidos, estabelece, com a sociedade, uma relação política, dominada pelo Estado. Esta é sua articulação político-simbólica (Orlandi, 2011, p. 696, grifo nosso).

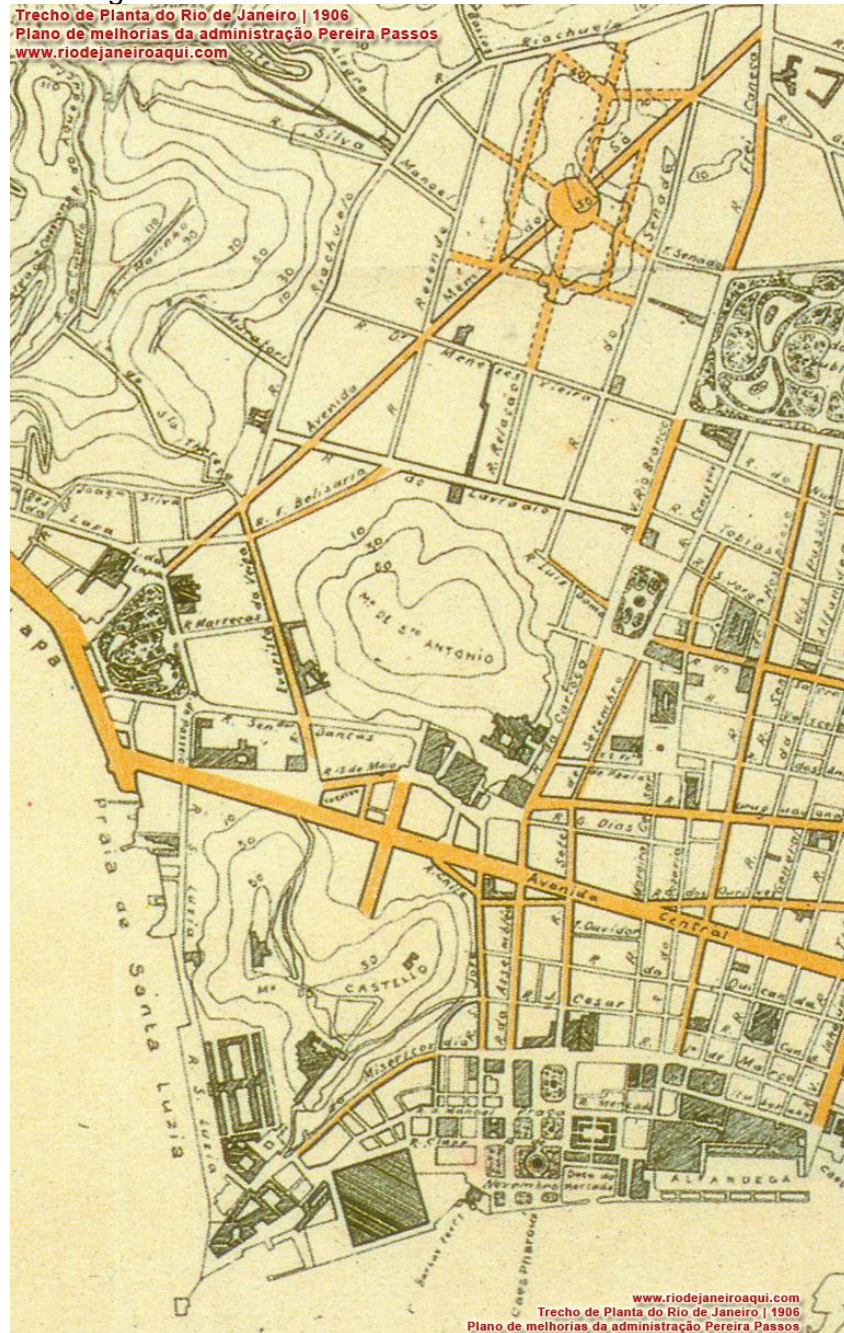
De acordo com Oliveira (2002), além da modernização do porto, as melhorias do canal do Mangue, coube à administração do prefeito Pereira Passos, com anuência do governo federal, a abertura de três grandes avenidas: a avenida Central, atual Rio Branco, a Francisco Bicalho e a Rodrigues Alves

Oliveira (2002) aponta que a mais importante intervenção da Reforma Pereira Passos foi a construção da avenida Central que era:

(...) a Avenida Central conectada, de um lado, com a avenida Rodrigues Alves, de traçado paralelo ao novo porto decorrente do aterro do mar, e de outro, com a avenida Beira-Mar, a qual, por sua vez, passava pelas praias do Flamengo e de Botafogo e ia até o Pavilhão Mourisco, hoje demolido. Na avenida Central foram construídos prédios igualmente simbólicos: o Teatro Municipal (projeto de Francisco Passos, filho de Pereira Passos); a Biblioteca Nacional (projeto do general Souza Aguiar); o Museu Nacional de Belas-Artes (do arquiteto Adolfo Morales de los Rios); o edifício do Supremo Tribunal Federal (de Adolfo Morales de los Rios, originalmente destinado a ser o Palácio da Arquidiocese), e o Palácio Monroe, transportado e remontado depois de ter sido utilizado como pavilhão brasileiro na Exposição Internacional de Saint Louis, Missouri (EUA), em 1908. Desse conjunto também faz parte o prédio da Câmara Municipal, construído de 1916 a 1923, projeto do arquiteto Archimedes Memória. Na avenida Central seria também construída, nos anos 20, a Cinelândia (Lessa, 2000:201-202; Máximo, 1997). Foi com essas

transformações que o Rio de Janeiro passou a ser chamado a “Paris tropical” (Oliveira, 2002, p. 160).

Figura 8. Planta do Rio de Janeiro de 1906.



Fonte: Planta... (2024).

No mapa, pintado em amarelo, é possível observar a Avenida Central (depois tornada Rio Branco), inaugurada em 1905. Também é visível o antigo Morro do Castelo, parcialmente arrasado cuja ocupação oportunizará a construção da

Biblioteca Nacional, do antigo prédio do Supremo Tribunal Federal e da Escola Nacional de Belas Artes, atual Museu Nacional de Belas Artes. Além disso, na planta, é possível identificar o Morro de Santo Antônio e o Morro do Senado, com o traçado da Praça da Cruz Vermelha e da Avenida Mem de Sá, que foram abertas naquela época, também representados (PLANTA..., 2024).

Oliveira (2002) faz alusão a estratégia urbana de impacto na dimensão urbana e também a constituição de novos elementos simbólicos que foram âncoras do ideário de modernidade e cultura.

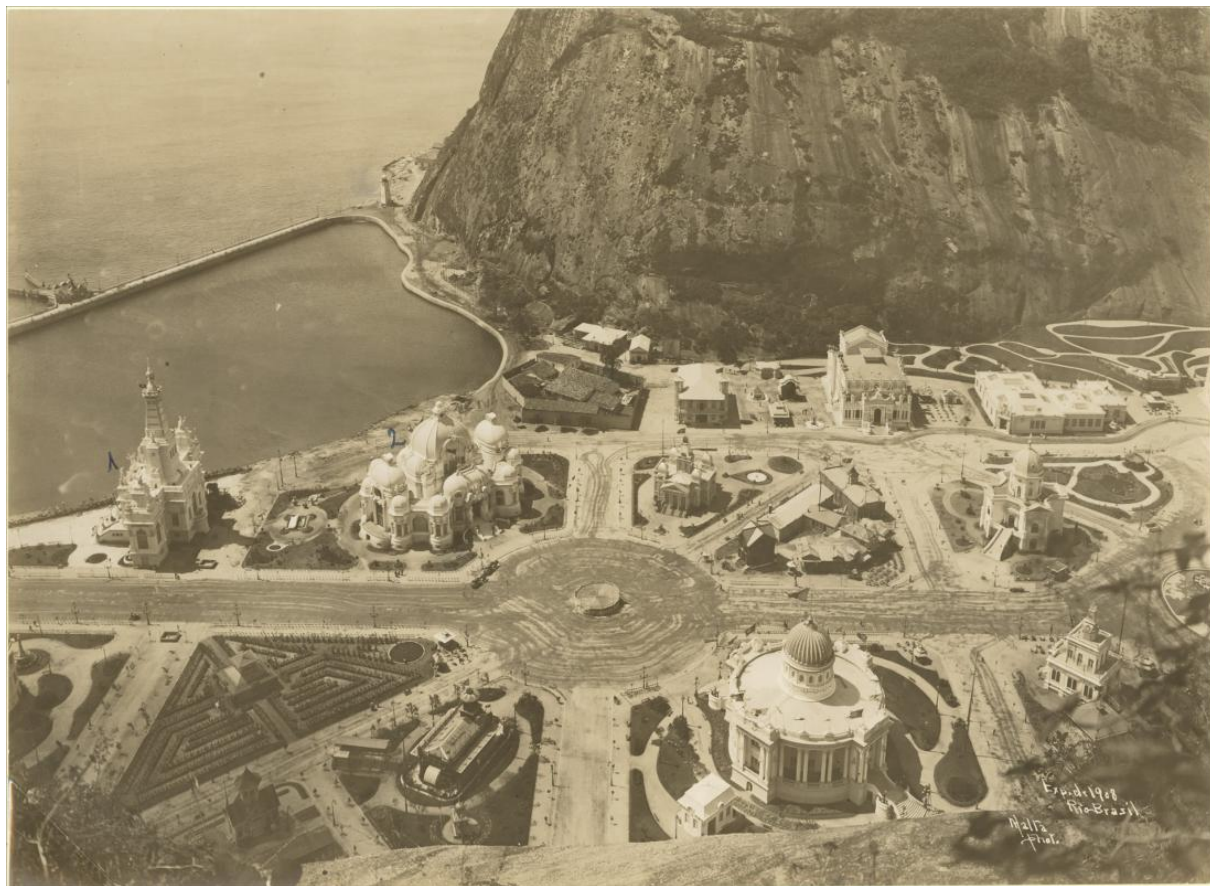
A Reforma Passos foi também importante em – dois - outros aspectos. Em primeiro lugar, ela representa um exemplo típico de como novos momentos de organização social determinam novas funções à cidade, muitas das quais só podem vir a serem exercidas mediante a eliminação de formas antigas e contraditórias ao novo momento. Em segundo lugar, representa também o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade (Abreu, 1987, p. 63).

Foi por meio dessa perspectiva, que os melhoramentos urbanos buscaram demolir o passado sob novas bases econômicas e ideológicas.

A Exposição Nacional de 1908 foi o grande evento final do programa de reforma urbana e sanitária que transformou o Rio de Janeiro no sentido da modernidade cosmopolita: a construção do novo porto; a construção de avenidas retilíneas e largas – como Francisco Bicalho, Rodrigues Alves, Avenida Central e Beira-Mar; o aterramento de enseadas e praias; o desmonte do morro do Senado e parte do morro do Castelo; a abertura e embelezamento de praças e jardins – Praça Quinze, Tiradentes, Passeio Público e Campo de Santana; a derrubada de milhares de casas e habitações coletivas e a campanha de saneamento (Costa, 2018).

A exposição Nacional de 1908 foi o grande evento que marcou a entrada do Rio de Janeiro no contexto da modernidade, como pode ser observado na figura 9.

Figura 9. Pavilhões da Exposição Nacional de 1908



Augusto Malta. Exposição Nacional de 1908. Em primeiro plano à esquerda Exposição do Jardim Botânico com estufa; Pavilhão da Inspetoria de Jardim, Caça e Pesca; à direita Posto da Assistência Municipal, Pavilhão do Distrito Federal e Pavilhão dos Telégrafos e Correios. Ao centro Praça Brasil com um coreto. Em segundo plano, da esquerda para a direita, Pavilhão de Minas Gerais, Pavilhão de São Paulo, depois Pavilhão da Fábrica Bangu, e ao centro Pavilhão de Santa Catarina, Bar, Cinema e Pavilhão da Sociedade Nacional de Agricultura. Ao fundo, à esquerda, Pavilhão do Corpo de Bombeiros, Teatro João Caetano e Anexo Belas Artes, 1908. Rio de Janeiro, RJ / Acervo Museu da República.  
 Fonte: Costa, 2018.

Nessa perspectiva, essa pesquisa aponta que de acordo com Kowarick (1983), a sociedade civil apresenta uma característica peculiar: é amorfa, apática quanto à sua própria autodefesa, no que tange à preservação de direitos e conquistas destes como transportes, habitação, saneamento, salários dignos e saúde.

Nessa ótica, o fenômeno de expulsão das camadas subalternas dos grandes centros para a periferia ganha maior evidência quando investimentos públicos e privados valorizam determinadas áreas em que de uma maneira simplista, os pobres saem, são excluídos e os ricos entram, sem que haja, por parte dos que perderam, reivindicações para defender seus interesses.

Esse mito se construiu, de acordo com o autor, como se houvesse uma “vocalização metafísica”, ou seja, como se a classe subalterna se voltasse contra a sua própria natureza primacial e praticasse uma espécie de conformismo pacífico e passivo, cabendo ao Estado suprir suas “deficiências”.

Em continuação a esse debate, poucos anos mais tarde, em 1926, surgiu o Plano Diretor Agache que foi considerado um modelo de planejamento que buscava catalisar as ânsias da população daqueles tempos e foi caracterizado por aspectos científicos que tinha como objetivo resolver os desafios que o plano urbano trazia.

Nesse período, foram realizadas várias melhorias urbanas, como as lideradas por Prestes Maia em São Paulo ou por Alberto Bins em Porto Alegre. No Rio de Janeiro, destacam-se as remodelações urbanas, incluindo a demolição do Morro do Castelo, a construção do Aeroporto Santos Dumont e da Avenida Brasil.

De acordo com Abreu (1997), o Plano Agache não foi implantado. Concluído após a Revolução de 1930 foi visto com desconfiança por um novo governo que tinha como objetivo “revogar tudo quanto proviesse da República Velha, estigmatizando tudo de suspeição ou negociata” (Rio de Janeiro, 1930, p. 92 *apud* Abreu, 1997, p. 86).

As intervenções urbanas do Plano Agache voltavam-se preferencialmente para as regiões do Centro e os bairros da Zona Sul: Ipanema, Leblon, Gávea, em detrimento aos subúrbios e da Zona Norte. O objetivo era “ordenar e melhorar a cidade segundo critérios funcionais de estratificação social do espaço” (Pires, 2010, p. 13).

### **6.3 Os anos 10: imagens da cidade moderna e o embranquecimento cultural**

Entendemos que em uma sociedade capitalista as relações sociais que acontecem localmente não têm autonomia para decidirem inteiramente sobre o que farão no território que habitam, pois existem fatores externos (como por exemplo, o Estado ou investidores) que determinam partes de suas vidas. O Rio de Janeiro, distrito federal, serviu como exemplo de como a transformação do capital se aliou à ação do Estado e a um conjunto de representações hegemônicas das elites emergentes, pondo em cena um ideário “civilizatório” que buscava situar o país entre as nações “modernas”.

Como se pode observar na revista O Malho na “Chronica do Malho” (1904), o argumento de “promover a salubridade” do Distrito Federal é a plataforma política do presidente Rodrigues Alves. A apresentação da “grande Avenida Central, como as obras do porto representam os factores os mais bem planeados para a solução desse problema”. Solucionar o problema da salubridade é a justificativa do contentamento da população em razão do “embellezamento” da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 10. A salubridade e o “embellezamento” da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Chronica... (1904, p. 4).

*Avulta entre os sucessos da semana a inauguração das obras para a abertura da Grande Avenida Central. A cerimonia, largamente descripta pelos jornaes da manhã e da tarde entre exclamações entusiasticas e foguetorio da mais esfusiante rhetorica, teve a solemnidade e a pompa que o acontecimento realmente deveria ter.*

*Esse successo reveste a importância do primeiro passo definitivo no desempenho do programma do actual governo. Em sua plataforma política o Sr. Rodrigues Alves, acceitando a candidatura que lhe era oferecida pela Convenção do Partido Republicano, declarou que trazia um objectivo para a sua presidência: promover por todos os meios possiveis a salubridade desta capital.*

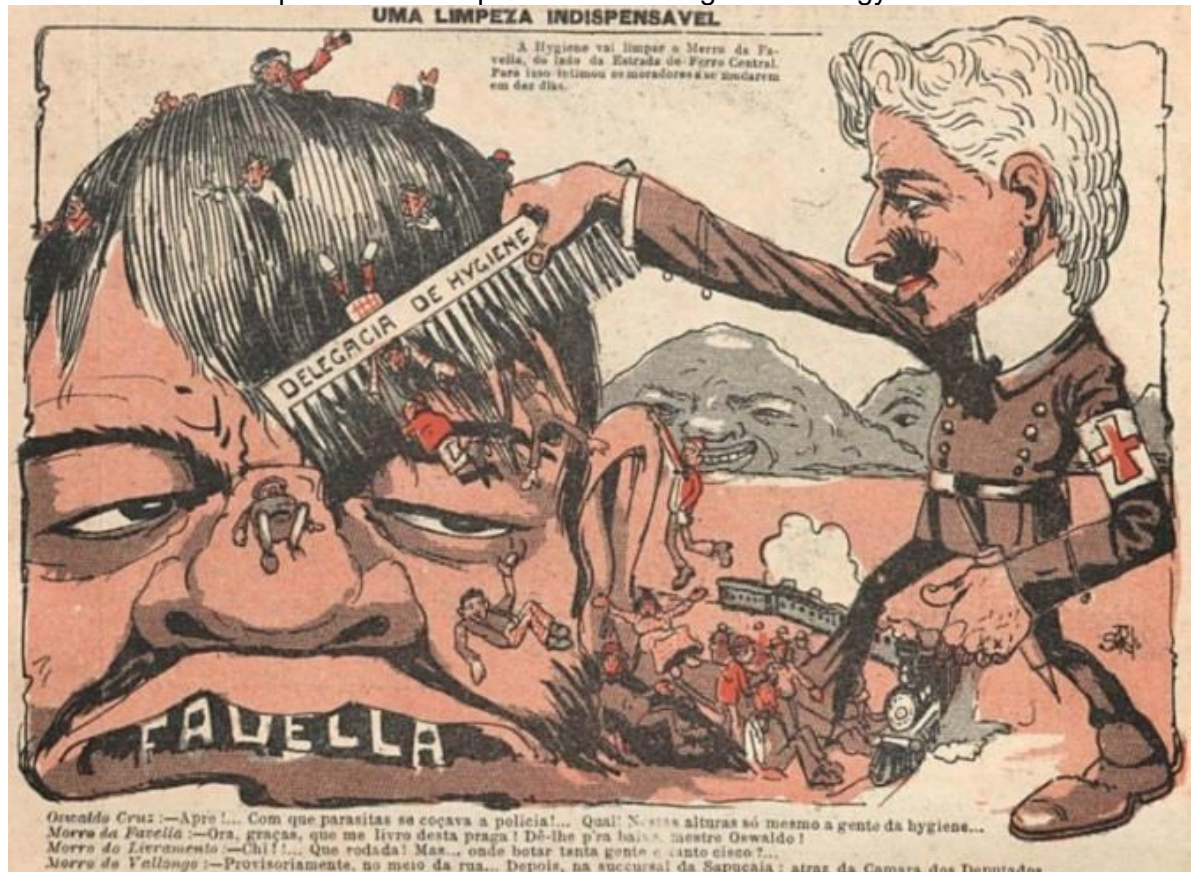
*Assim como o governo anterior se empenhara em fazer a nossa regeneração financeira, tão habilmente*

*levada a termo pela tenacidade e pela audacia do Sr. Joaquim Murinho, do mesmo modo o governo por vir fazia ponto capital de seu programma de administração – conquistar a nossa regeneração perante o estrangeiro, - pois a verdade era e ainda é que o Brasil é o Rio de Janeiro e o Rio de Janeiro é a febre amarella.*

*E a grande avenida Central, como as obras do porto, representam os factores os mais bem planeados para a solução desse problema, que se desdobra na conquista da salubridade e na realização do embelezamento da cidade do Rio de Janeiro. E é por isso que muito justificado foi o contentamento da população desta capital quando accorreu jubilosa e em massa ao assistir ao acto da inauguração, e justificadissima esta a imprensa séria por ter nesse dia escovado as melhores de suas chapas, embandeirando em arco as suas columnas e queimando em grosso as peças de pyrothecnia jornalística em tropos de linguagem os mais rutilantes e vistosos.*

Contribuindo com a reflexão, Milton Santos (1999), aponta em sua visão sobre hegemonia, que a economia, no início do século XX, subordinou-se ao planejamento, perdeu o estatuto científico e se tornou simples ideologia, cujo propósito era persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento. Assim, enquanto a elite rural, colonial, enfraquecia, emergia uma elite, formada por empresários, comerciantes e industriais, que estimularam mudanças profundas na sociedade, na cultura e, igualmente, no espaço urbano, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, criando uma nova cidade que surgia expulsando a classe menos favorecida dos seus espaços de convívio, apresentando-se assim, forjadamente moderna, como se pode observar na realização da ação de limpeza pelo médico Oswaldo Cruz na Figura 11.

Figura 11. A política de saneamento na administração de Pereira Passos. Caricatura de Oswaldo Cruz limpando o Morro por meio da Delegacia de “Higiene”.



Fonte: Uma limpeza..., (1907, p. 20).

A transição da economia agrária para a economia industrial é um momento de ruptura com a representação do espaço. Para Dean (1971), o equilíbrio de forças entre os dois setores da economia, inclusive com a participação dos fundos gerados na comercialização do café na formação do capital industrial, pode ser um fator explicativo para a não explicitação desta ruptura (Dean, 1971).

A segurança e a estabilidade deveriam ser garantidas com o apoio do Tesouro Público, isto é, dos pagadores de impostos. Justificava-se, assim, com argumentos técnicos e linguagem científica, a transferência da poupança dos mais pobres para os projetos que, em última instância, representavam os interesses da classe social economicamente dominante.

Conjuntamente à política de modernização urbana da cidade estava a política de saneamento, que desalojou milhares de pessoas do centro e acarretou no aumento

do custo de vida, pois os aluguéis à época atingiram um preço recorde (Paixão, 2008, p. 01). A charge a seguir, publicada na terceira edição da revista O Malho de 1902, revela essa condição, apresentando a Polícia, a Guarda Nacional e a “Hygiene ofensiva” escoltando a “Hygiene Defensiva”, que está representada com poucas roupas e de aspecto esquelético.

Figura 12. A política de saneamento na administração de Pereira Passos.



Fonte: O Malho (1902, p.15).

A capital da República buscava ser modelo de cidade cosmopolita e moderna para o Brasil e para os brasileiros, todavia, de acordo com Sevcenko (2004) há uma alteração dos estados de ânimo dos seus cidadãos.

[...] a experiência de viver nas grandes cidades modernas, planejadas em função dos novos fluxos energéticos e marcadas pela onipresença das novas técnicas, influencia e altera drasticamente a sensibilidade e os estados de disposição dos seus habitantes (Sevcenko, 2004, p. 522).

Este estado de ânimo alterado pode ser claramente observado nos discursos proferidos pelo personagem “Zé do Povo”, uma criação, do jornal O Malho, que circulava no início do século XX no Rio de Janeiro, caricatura de um representante e porta-voz do povo e das mazelas que estes viviam neste período.

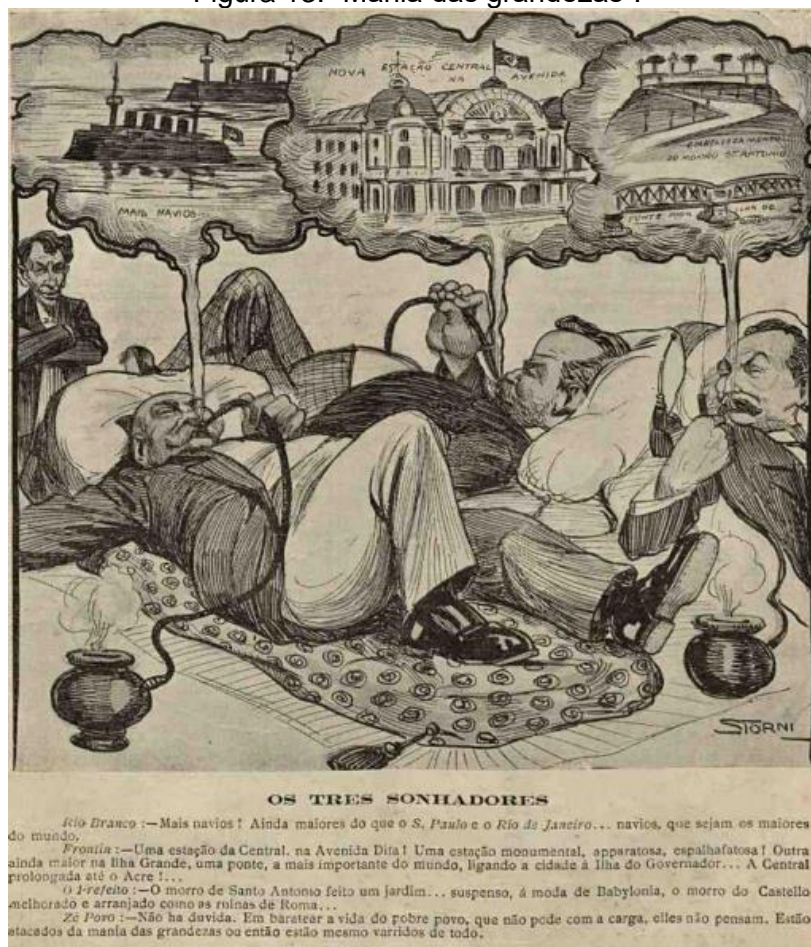
Este personagem foi notado por Lilian Elwyn Elliott, viajante estrangeira, editora da Pan-American Magazine em Nova Iorque quando esteve na cidade do Rio de

Janeiro em 1917, que transmitiu sua impressão acerca da liberdade da imprensa brasileira, que por meio de Zé Povo, oportunizou o discurso do seu próprio povo.

*Os cartuns no Brasil apresentam uma interessante característica que vai além da astúcia, ao apresentar uma figura nacional, “Zé (José) Povo”. Zé Povo é o próprio “povo”, muito diferente da distinta representação da República, uma senhora vestida com manto e chapéu frígio. Zé é um homem das ruas que realiza comentários ácidos; não existe figura homóloga a ele na América do Norte ou nos jornais ingleses, pois ele fala o que pensa [...] ninguém pode dizer que a imprensa não é livre no Brasil (Elliott, 1917, p. 84) (Tradução nossa).*

Como se pode observar na charge “Mania de grandezas”, Zé Povo faz uma crítica contra os administradores da cidade, os representantes da classe dominante cujo ideário de progresso e civilidade, revelam-se como uma contradição em relação às práticas sociais das classes populares.

Figura 13. “Mania das grandezas”.



Fonte: Storni (1911, p. 23).

O embranquecimento cultural é evidente nesse contexto. Conforme a área central se convertia em um aglomerado urbano cosmopolita, grandes grupos de pessoas eram deslocados para os “arrebaldes”, que cresciam sem seguir qualquer plano oficial. Da mesma forma, a cultura subalterna era apresentada como perigosa, violenta e subversiva, uma ameaça social. Eram proibidas, portanto de acordo com Velloso (1988), manifestações da cultura popular como o candomblé, capoeira, bumba-meu-boi, romarias religiosas, maxixe, samba, violão, serestas, cordões carnavalescos, consideradas inapropriadas.

Destaca-se para esse trabalho de pesquisa que o embranquecimento cultural foi impulsionado pelo Estado e seus representantes e a marginalização da população pobre foi impulsionada pelo saneamento da pobreza da cidade do Rio de Janeiro, como apontam Vassallo e Bitter (2018)

A Praça Onze foi fundamentalmente o local de residência de uma população que ocupava os mais baixos extratos da população. Trata-se de uma ampla classe de trabalhadores pobres que exerciam ocupações pouco especializadas. Fridman nota, também, que essa região da cidade, pelas características de suas moradias precárias e da forte presença de população imigrante, tornou-se marginal aos olhos do Estado. De fins do século XIX a meados do século XX, uma série de intervenções por parte do Estado alterou drasticamente a área central da cidade, orientadas por padrões europeus de civilidade. As primeiras reformas ocorreram durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1903-1906), quando houve uma ampla eliminação de moradias populares, que acabou por nomear a administração pública de “bota-abaixo” (Fridman, 2007 *apud* (Vassallo; Bitter, 2018, p.114).

Canclini (2012) contribui com essa perspectiva quando enfatiza que a modernidade foi um instrumento criado pelas elites e pelos aparelhos estatais, sobretudo aos que se ocupam da arte e da cultura, mas que por isso mesmo os torna representativos, quando afirma que as:

oligarquias liberais do final do século XIX e início do XX teriam feito de conta que constituíam Estados, mas apenas organizaram algumas áreas da sociedade para promover um desenvolvimento subordinado e inconsistente; fizeram de conta que formavam culturas nacionais e mal construíram culturas de elite (Canclini, 2012, p. 25).

Será nessa cidade bipartida que o cinema surge, muito distante da realidade popular. Entre os anos de 1902 e 1906, na gestão do prefeito Francisco Pereira Passos (1836 – 1913), o Passeio Público recebeu diversos melhoramentos e fora

palco de uma novidade que ressignificou este espaço da elite: o cinematógrafo. Na Revista G.E. de 1956, Charles Julius Dunlop (1908-1987) descreve que foi por meio das iniciativas do dono de um bar apelidado de “Chopp Berrante”, Antonio Gomes de Souza e de seu colega, o italiano Vito de Mayo, que a cidade, no início do século XX, recebeu, em 1905, pela primeira vez, o cinema ao ar livre:

Antigamente, no passeio público, à esquerda de quem entrava pelo portão da Rua do Passeio, existia um bar ao ar livre, dos apelidados pelo público de “chopp berrante”. Neste bar havia um teatrinho, onde, aos domingos, ocorria a garotada e, tôdas as noites, se exibiam cançonetistas acompanhados ao piano. A consumação obrigatória pagava o espetáculo. O bar era arrendado pela prefeitura ao Sr. Arnaldo Gomes de Souza. Em 1905, o italiano Vito de Mayo, que alguns anos antes inaugurara um “animatógrafo” na Rua do Ouvidor, no prédio onde esteve depois a Leitaria Palmira, apareceu no Passeio Público com um aparelho primitivo de cinema com 10 ou 12 fitas de curta metragem. Não havia ainda corrente elétrica, mas Vito tanto fez que Arnaldo de Souza conseguiu um gerador movido à gás para fornecer eletricidade à máquina cinematográfica, que projetava as imagens num pano branco estendido entre duas árvores. Surgiu, assim, o primeiro cinema ao ar livre do Rio de Janeiro. (...) Embora pouco variado o repertório, o cinematógrafo do passeio público aumentou consideravelmente a concorrência ao bar, que passou a ser ponto obrigatório dos nossos primeiros “fans” de cinema (Dunlop, 1956, p.8)

Figura 14. O bar “Chopp Berrante” no Passeio Público. Inaugurado em 1900, foi um dos locais do universo de entretenimento da Belle Époque.



Fonte: Dunlop (1956, p. 8).

Entre o cinema e as músicas acompanhadas ao piano apreciados pela elite e os encontros promovidos para rodas de samba nas casas das tias baianas havia uma distinta separação, entretanto, nem por isso a cultura popular definhou, as manifestações populares ganhavam força por seus adeptos do território da Pequena África e é nesse contexto que surge o samba-canção.

Com a gravação da canção *Pelo telefone*<sup>16</sup> de autoria de Ernesto dos Santos, o Donga (1890-1974), anteriormente referido e Mauro de Almeida (1882-1956)<sup>17</sup>, a cidade do Rio de Janeiro ganhava um dos primeiros sambas<sup>18</sup> que se tem registro na Seção de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1916 (Tinhorão, 1998).

### **Música - Pelo telefone - Ernesto dos Santos (Donga) e Mauro de Almeida – 1917**

O chefe da folia  
 Pelo telefone manda me avisar  
 Que com alegria  
 Não se questione para se brincar  
 Ai, ai, ai  
 É deixar mágoas pra trás, ó rapaz  
 Ai, ai, ai  
 Fica triste se és capaz e verás  
 Tomara que tu apanhe  
 Pra não tornar fazer isso

<sup>16</sup> Diversas personalidades, como João da Mata, mestre Germano, tia Ciata, Hilário Jovino e Sinhô, foram mencionadas como co-autores do samba, junto com os autores oficiais. Todos eles faziam parte do grupo de músicos que se reunia na residência de tia Ciata. A música "Pelo Telefone" gerou não apenas muita controvérsia, mas também paródias e variantes populares. Atualmente, a versão mais aceita em relação à autoria, defendida por Almirante, sugere que Mauro de Almeida teria criado os versos, enquanto a melodia seria uma criação conjunta dos vários sambistas que reivindicaram a co-autoria, incluindo o próprio Donga (Matos, 1982, p. 19).

<sup>17</sup> De acordo com Romanelli (2014), foi a influência dos ritmos ancestrais que inspiraram o compositor Donga a criar a canção "Pelo telefone", com Mauro de Almeida, conhecido como o "peru dos pés frios". As principais influências musicais foram duas: a maneira distintiva de execução do choro brasileiro e o maxixe. Esses ritmos contribuíram para a criação deste samba e ajudaram a moldar seu estilo e estrutura. Além disso, a malícia característica presente na canção, que deu origem ao samba malandro, teve sua origem no lundu, outro gênero musical que trouxe elementos de astúcia e perspicácia para a composição. Assim, "Pelo telefone" se tornou um marco importante na história da música brasileira, pois refletiu a fusão dessas influências ancestrais em uma nova e emocionante forma de expressão musical (Romanelli, 2014, p. 5).

<sup>18</sup> Antes da gravação intitulada "Pelo Telefone", várias outras canções foram registradas como sambas. Entre elas estão "Descascando o pessoal" e "Urubu Malandro" lançadas pela Gravadora Odeon entre 1912 e 1914, assim como "A Viola está Magoada" e "Moleque Vagabundo" na série de 1912 a 1915, também classificadas como sambas. A Gravadora Odeon possui outros registros anteriores a "Pelo Telefone" como "Chora, Chora, Choradô", "Janga" e "Samba Roxo". O selo Columbia, entre 1908 e 1912, lançou uma série com músicas como "Michaela", "Quando a Mulher não Quer" e "No Samba", todas classificadas como sambas. No catálogo da Favorite Record, a canção "Samba - Em Casa de Baiana" foi gravada entre 1910 e 1913, identificada como um samba de partido-alto. O selo Phoenix também possui sambas anteriores a 1915, como "Flor do Abacate", "Samba do Urubu", "Samba do Pessoal Descarado", "Vadeia Caboclinha" e "Samba dos Avacalhados". Portanto, existem pelo menos dez sambas registrados e gravados antes de "Pelo Telefone" (História do Samba, 1998, p. 1).

Tirar amores dos outros  
Depois fazer teu feitiço (...) (Santos; Almeida, 1917).

De acordo com Borges (2017) a música ficou famosa por este trocadilho (que não consta na letra do samba): “Pelo telefone/ o chefe da polícia mandou me avisar /que, na Carioca, tem uma roleta para se jogar.” A canção fora escrita a partir da campanha realizada pelo jornal “A Noite” (à época dirigida por Irineu Marinho). A letra trata da provocação arquitetada pelo jornal, em 3 de maio de 1913, que “armou uma roleta em meio ao Largo da Carioca, colocando os jornalistas Eustáquio Alves Castelar de Carvalho e Orestes Barbosa para fingirem um jogo em plena luz do dia, indicando a ineficácia da polícia” (Borges, 2017, p. 68).

Dado o caráter satírico que inspirou a canção, a versão registrada na Biblioteca Nacional denota a crítica à polícia em razão da provocação do jornal “A Noite”. A importância da irrisão deste samba para esta pesquisa está no fato da construção dos discursos contra-hegemônicos que nascem atrelados à composição popular, como se pode notar abaixo na referência de que “O chefe [da polícia] gosta da roleta”.

### **Música - Pelo telefone – Donga e Mauro de Almeida – 1917**

O chefe da polícia  
Pelo Telefone  
Mandou avisar  
Que na Carioca  
Tem uma roleta  
Para se jogar.  
Ai, ai, ai  
O chefe gosta da roleta,  
Ô maninha,  
Ai, ai, ai (...)  
(Borges, 2017, p.68-69).

De acordo com Romanelli (2014), não há conhecimento se Sinhô<sup>19</sup> foi motivado pela disputa ou pela aversão estabelecida a Donga, que era de ascendência baiana, ou se Sinhô percebeu, no ambiente multicultural da Pequena África, o surgimento do

---

<sup>19</sup> De acordo com Romanelli (2014, p.01), Sinhô foi “José Barbosa da Silva, J. Silva, ou Sinhô, alcunhado de Rei do samba, vaidoso, elegante, polêmico, contestador, foi um dos fundadores do samba urbano carioca e um dos responsáveis pela profissionalização, divulgação e comercialização do samba como produto e como gênero musical. Músico - pianista - conhecido e reconhecido nos ambientes onde o samba e a intriga fermentavam e borbulhavam nas décadas de 1910 e 1920, no Rio de Janeiro, compôs grandes preciosidades do cancioneiro nacional, ricas em sentimento poético, balanço rítmico e melodias de rápido sucesso. Polêmico, procurou, encontrou e viveu, no curso de pouco mais de dez anos, entre 1917 e 1930, interrompido pela morte prematura, por tuberculose [...]” (Romanelli, 2014, p.01)

samba urbano, reconhecendo que a música popular poderia se tornar um objeto de consumo. A partir desse ponto, ele entra no “mundo da composição e do sucesso” (Romanelli, 2014, p. 11).

O que se sabe é que no final de 1917, o ano do sucesso carnavalesco de "Pelo telefone", Sinhô faz sua primeira gravação intitulada "Quem são eles?" (Severiano, 2009, p. 73), cuja composição, são lançados comentários sarcásticos em relação à Bahia, iniciando assim uma controvérsia que, segundo Romanelli (2014), girava em torno da autenticidade ou da "pureza" do samba baiano e carioca (Romanelli, 2014, p. 11).

De acordo com Reis (2003), além do prazer que Sinhô tinha pela provocação, outros motivos deram início a este conflito musical. Ao que parece, Sinhô competia com os baianos nas reuniões na casa da tia Ciata, e também havia se desentendido com Pixinguinha e seu irmão China quando reivindicou a autoria do arranjo de "Pelo Telefone" (Reis, 2003, p. 258).

Romanelli (2014) aponta que a provocação, seja intencional ou inocente, de qualquer maneira, trouxe maior destaque ao nome e à música de Sinhô, assim como muitas outras controvérsias em que ele se envolveu posteriormente, garantindo-lhe não apenas a reputação de polêmico, mas também um reconhecimento musical inquestionável, que, independentemente das discussões, era merecido. Além disso, desencadeou uma série de reações (Romanelli, 2014, p. 11).

Sinhô contra-ataca os músicos baianos com o samba "Fala meu louro", de 1919, mais uma vez ridicularizando a Bahia e seu símbolo, o senador Rui Barbosa, que havia acabado de sofrer uma derrota significativa nas eleições presidenciais para Epiácio Pessoa.

### **Música - Fala meu louro – Sinhô – anos 10**

A Bahia não dá mais coco  
para botar na tapioca  
Pra fazer o bom mingau  
para embrulhar o carioca  
Papagaio louro do bico dourado  
Tu falavas tanto  
qual a razão que vives calado  
Não tenhas medo  
coco de respeito  
Quem quer se fazer não pode  
Quem é bom já nasce feito (Sinhô, 1920).

Foi neste íterim que Sinhô contra-atacou os músicos baianos com o samba "Fala meu louro", mais uma vez ridicularizando a Bahia e seu símbolo, o senador Rui Barbosa, que havia acabado de sofrer uma derrota significativa nas eleições presidenciais para Epiácio Pessoa.

Além de descartar as coisas da Bahia, simbolizando talvez o próprio samba baiano, como se fossem desimportantes para o Rio, já que não mais "embrulhavam" os cariocas, atacava o senador Rui Barbosa, o "papagaio louro do bico dourado", que, após a derrota eleitoral se calava. No mesmo golpe, agredia os adversários baianos, insinuando que, querendo eles se fazer verdadeiros músicos, não podiam, pois "quem é bom já nasce feito" (Romanelli, 2014, p. 14).

Sinhô ainda lançou outro ataque em 1920, com uma provocação direta e pessoal a China, irmão de Pixinguinha, por meio da marchinha carnavalesca "Pé de anjo":

### **Música – Pé de anjo – Sinhô – anos 10**

Eu tenho uma tesourinha  
 Que corta ouro e marfim  
 Guardo (serve) também pra cortar  
 As línguas que falam de mim  
 Ó pé de anjo, ó pé de anjo!  
 És rezador, és rezador  
 Tens um pé tão grande  
 Que és capaz de pisar  
 Nosso Senhor, Nosso Senhor  
 A mulher e a galinha  
 São dois bichos interesseiros  
 A galinha pelo milho  
 E a mulher pelo dinheiro (Sinhô, 1919).

Além de mencionar a pequena tesoura "que corta valiosos metais e marfim", mas que também tem a habilidade de cortar "palavras que falam sobre mim", critica os pés da China, considerados grandes. Observa-se a irrisão e a franca galhofa em relação ao sambista baiano.

Os enunciados, presentes nesse samba, leva-se a compreender a canção, como aponta Romanelli (2014), como um "samba malandro", pois de forma geral, não estão rigidamente presos a estruturas fixas. Pelo contrário, estes fluem e se

transformam, caracterizando-se como passagens contínuas. A compreensão desse movimento dinâmico é essencial para entender o turbilhão da linguagem que se manifesta na fluidez das expressões culturais (Romanelli, 2014, p. 6).

O samba malandro, como técnica de composição, emerge como uma forma de expressão artística que vai além do mero entretenimento musical. Os compositores utilizam essa abordagem para mirar questões mais profundas, como a resistência cultural e a filosofia do cotidiano. Ao fazer isso, eles usam o samba como uma ferramenta de denúncia e crítica social, destacando e contestando elementos da realidade em que estão imersos. Essa postura revela que o samba malandro não é apenas uma forma de expressão artística, mas também uma manifestação de resistência cultural e uma reflexão sobre a sociedade em que está inserido. (Romanelli, 2014, p. 6).

O conceito de discursos líquidos e em fluxo no samba malandro traz à tona a fluidez e a mutabilidade presentes nas expressões culturais. Diferentemente de estruturas estáticas de enunciados, o samba malandro se revela em constante movimento, em constante mudança. Essa característica destaca a natureza dinâmica da linguagem utilizada nas composições do samba malandro, permitindo a incorporação de novas ideias, experiências e visões de mundo ao longo do tempo (Romanelli, 2014, p. 6).

#### **6.4 Os anos 10 no Rio de Janeiro e os seus *Bonds***

Desde sua fundação, no século XVI, a cidade do Rio de Janeiro enfrentou limitações espaciais em seu território devido a fatores geográficos, crescendo, principalmente, em torno da Praça XV. No século XIX, com a chegada da Corte, iniciou-se a busca por espaços alternativos, que teve sua maior dificuldade na grande distância entre as áreas disponíveis para ocupação (regiões planas e secas). É importante ressaltar que o desenvolvimento da cidade foi impedido pela montanha, pelo mar e pelas vastas áreas pantanosas e alagadiças que se espalhavam pela planície (Rocha, 1995, p. 28).

De acordo com Rocha (1995, p. 28), foi somente com a chegada da corte portuguesa no século XIX, que houve a busca por áreas alternativas para expansão, todavia a ocupação só se realizou com o desenvolvimento do sistema de transportes, especialmente com a criação do ônibus em 1840. O surgimento desse meio de

transporte permitiu a ocupação de áreas antes consideradas distantes, como Andaraí Pequeno e Caju, e tornou viável o projeto da Cidade Nova, sendo assim, perceptível que há uma estreita relação entre o crescimento urbano da cidade e o desenvolvimento dos meios de transporte. Embora o ônibus tenha sido uma solução inicial para o transporte, a ocupação de áreas para edifícios tornou-se um problema novamente. Por volta de 1862, o Barão de Mauá pediu ao governo imperial para instalar uma empresa de bondes na cidade, seguindo o exemplo de empresas bem-sucedidas na América do Norte e Europa. Após tentativas sem sucesso de obter financiamento em Nova York, Mauá conseguiu um parceiro e em 1868, o governo imperial autorizou a Botanical Garden Rail Road a explorar a concessão imperial para a empresa de bondes (Rocha, 1995, p. 28).

Surge, neste mesmo período, outras companhias de transporte na cidade do Rio de Janeiro, como a Companhia de São Cristóvão e a Companhia Ferro Carril de Vila Isabel, que foram importantes para a expansão da cidade e a especulação imobiliária. A Companhia de São Cristóvão estabeleceu a ligação entre os bairros de São Cristóvão, Andaraí Pequeno, Saúde, Catumbi e Rio Comprido com o Centro da cidade. A Companhia Ferro Carril de Vila Isabel foi criada a partir da iniciativa do Barão de Drummond e foi encarregada inicialmente da ligação entre “Andaraí Grande, São Francisco Xavier e Engenho Novo com a rua Uruguaiana”, mas sua “principal linha era a de Vila Isabel” (Rocha, 1995, p. 31).

De acordo com Silva (1992), os habitantes utilizavam principalmente os bondes sobre trilhos puxados por animais da Botanical Garden Rail Road, anteriormente conhecida como Companhia de Carris Jardim Botânico, fundada pelo empresário Visconde de Mauá, para se deslocar para a zona sul. Enquanto isso, a antiga Companhia de São Cristóvão, ou Rio de Janeiro Street Railway Company, garantia o transporte dos moradores da zona norte. Além disso, muitos habitantes, especialmente os da periferia, utilizavam os trens da Central do Brasil, que em 1866, já transportavam 263.306 passageiros por ano, mesmo sendo inicialmente destinados principalmente para o transporte de café (Silva, 1992).

Para Rocha (1995, p. 35-36), a eletrificação dos bondes, que foi uma modernização fundamental, contribuiu muito para a ocupação dos bairros. No entanto, nem todas as companhias tinham recursos para realizar essa mudança. A Companhia de Carris Jardim Botânico conseguiu eletrificar a maioria de suas linhas entre 1894 e

1902, enquanto a Companhia de São Cristóvão enfrentou desafios devido à geografia irregular das áreas em que seus bondes operavam, incluindo ladeiras e pequenas serras. Entre 1894 e 1902, a maioria das linhas de bondes da Jardim Botânico já estavam eletrificadas, mas outras companhias ainda não tinham recursos suficientes para adotar essa tecnologia. Algumas, como a Cia. de São Cristóvão, enfrentavam desafios geográficos que dificultavam a eletrificação. A modernização das companhias envolveu fusões e incorporações, resultando em apenas duas companhias operando na cidade em 1913: a Jardim Botânico e a Light and Power (Rocha, 1995, p. 35-36).

De acordo com Rocha (1995, p. 37) a Estrada de Ferro Central do Brasil foi outra opção para o transporte em massa no Rio de Janeiro. Foi criada em 1858, mas só teve serviços regulares de transporte de passageiros a partir de 1861. A ferrovia tinha como principal objetivo servir ao interior do porto do Rio de Janeiro, transportando café para exportação e distribuindo produtos importados pelo mesmo porto. Em 1861, ano da inauguração, havia somente cinco estações dentro do território da cidade, situadas nas freguesias de Santana (terminal), Engenho Velho, São Cristóvão, Inhaúma e Irajá. Assim como o bonde ocupou bairros na Zona Sul e Zona Norte, o trem permitiu a ocupação de áreas que hoje são chamadas de suburbanas, algumas das quais receberam seus nomes devido à própria construção da ferrovia. Cascadura, por exemplo, teve origem na resistência do solo durante a abertura dos leitos naquela área. Meier veio do loteamento de terras da família Meier, que optou por esse procedimento em vez de continuar plantando café. Outros subúrbios surgiram rapidamente a partir do loteamento de fazendas, geralmente monoculturas, como no caso do Meier (Rocha, 1995, p. 37).

Para exemplificar, Rocha (1995, p. 38) aponta alguns números: em 1876, a recém-criada Companhia de Vila Isabel transportou 1.617.702 passageiros em seus carros, com uma média diária de 4.432 passageiros por dia. Naquele mesmo ano, a Estrada de Ferro de D. Pedro II transportou 1.200.781 passageiros, com uma média diária de 3.289 passageiros por dia. Ou seja, apenas uma empresa de bonde transportou muito mais passageiros do que toda a ferrovia, incluindo passageiros interurbanos. Vinte anos depois, a mesma ferrovia transportou 5.257.683 passageiros em seus vagões, com uma média diária de 14.404 passageiros por dia. Já as quatro principais companhias de bondes reunidas transportaram, no mesmo ano, um total de

72.900.484 passageiros, com uma média diária de 199.727 passageiros por dia. Ou seja, o número total de passageiros que viajam de bonde é 13 vezes maior do que aqueles que viajam de trem (Rocha, 1995, p. 38).

Em processo de expansão e aumento populacional devido à imigração e migração, o governo imperial e posteriormente o republicano encorajaram a chegada de europeus como substitutos da mão de obra escrava na cidade do Rio de Janeiro. Enquanto isso, muitos negros chegaram voluntariamente ao Rio de Janeiro após a Abolição da Escravatura. (Silva, 1992).

Segundo Rocha (1995, p. 38-39), o bonde foi, indubitavelmente, o meio de locomoção mais empregado, apesar de sua tarifa ser seletiva em virtude do alto custo. Apenas com a eletrificação tornou-se mais viável para as camadas menos favorecidas da sociedade.

Com o intuito de analisar o olhar do estrangeiro, do viajante que aportou na cidade do Rio de Janeiro nos anos 10, contribuindo com a pesquisa a partir de uma visão de quem vivenciava, culturalmente, outra sociedade, no caso a norte-americana, trazemos para a pesquisa Clayton Sedgwick Cooper a partir de Almeida (2022). Escritor, nasceu em Henderson, Nova York, em 1869. Ele se formou na classe de 1894 na Brown University e, em seguida, tornou-se estudante de pós-graduação na Columbia University. Além de suas atividades acadêmicas, Cooper desempenhou funções de pastor na Igreja Batista e ocupou diversos cargos de liderança na comunidade batista de Nova York. Sua paixão pela educação o levou a viajar com frequência para vários continentes, principalmente para investigar os sistemas educacionais de diferentes países. Ele também se destacou como autor de livros sobre a educação de jovens, os países do Oriente e a interpretação bíblica.

Uma de suas viagens de pesquisa o levou ao Brasil em 1915, acompanhado de sua esposa. No Rio de Janeiro, Cooper passou cerca de um ano e escreveu o livro "The Brazilians and Their Country", que foi publicado em Nova York em 1917. O livro se volta à cultura e à sociedade brasileira, com ênfase nas características do povo brasileiro e em diversos aspectos do país.

O autor de *The Brazilians and Their Country*, percorreu, como aponta Almeida (2022), as "200 milhas de linhas eletrificadas" da cidade do Rio de Janeiro em 1915. Durante suas viagens de bonde, registrou uma descrição atenta dos cidadãos que utilizavam aquele meio de transporte à época (Almeida, 2022, p. 119).

*Com todas as suas formalidades, a lista brasileira de passageiros dos bondes é a mais democrática possível. O Brasil vem se desfazendo rapidamente de suas antigas distinções imperiais, e o bonde comum na capital federal oferece um efeito tão heterogêneo e caleidoscópico quanto o de um ônibus parisiense. Mais do que isso, na verdade, pois o negro, o mulato, o mameluco e o mestiço estão todos aqui, juntamente com o habitante branco. O embaixador estrangeiro pode encontrar seu assento ao lado do porteiro negro da cor do ébano do hotel, e a esposa do ministro pode estar sentada ao lado de sua lavadeira negra. O desrespeito quase total pelas linhas de cor nessa parte do mundo, onde a cor das crianças nem sempre corresponde à de seus pais, foi percebido recentemente por uma senhora [norte] americana que por acaso estava sentada ao lado de duas crianças negras em um vagão quando o condutor, ao receber suas cobranças, primeiro recebeu a tarifa da senhora e depois, dirigindo-se a ela - "As passagens para as crianças, senhora", e vendo que a senhora do norte (sic) [norte-americana] parecia um pouco confusa, acrescentou: - "Essas crianças não são suas?" (Cooper, 1917, p.154 apud Almeida, 2022, p.119).*

O espaço social é resultado da interação entre o modo de produção e as relações sociais, e à medida que essas categorias da realidade mudam, o espaço também se transforma. No entanto, essas mudanças no espaço não são predefinidas e diretas em relação às modificações sociais e de produção, pois são mediadas por elementos como ideologias, ilusões, saberes e códigos. Ou seja, as transformações no espaço estão sujeitas a influências diversas, tornando-o um produto complexo e multifacetado do contexto social (Lefebvre, 2006, p. 6 e 8). Do excerto de Cooper (1917, p. 154), observe o enunciado: "O Brasil vem se desfazendo rapidamente de suas antigas distinções imperiais, e o bonde comum na capital federal oferece um efeito tão heterogêneo e caleidoscópico quanto o de um ônibus parisiense". Esses dizeres reforçam os efeitos de sentido sobre a convivência dos atores sociais no plano urbano e o que se percebe é uma forte tensão em relação à convivência das diferentes classes sociais e etnias.

O discurso proferido por Cooper oportuniza uma chave interpretativa para este período brasileiro, em que, em linhas gerais, a hegemonia do Rio de Janeiro, antiga capital do Império, vai sendo gradativamente desafiada por uma ascendente metrópole na República, que, segundo o autor, equiparada a Paris, é heterogênea, multicolorida, entretanto, bipartida.

Neste caso, a ideologia e a língua se articulam, como afirma Orlandi (2007):

O discurso nos mostra justamente como a ideologia e a língua se articulam na produção dos sentidos e dos sujeitos. Além disso, [...] não há possibilidade de haver sentido que não resulte de um confronto do simbólico com o político (Orlandi, 2007, p. 300).

O enunciado em questão poderá ser melhor compreendido a partir do conhecimento que se tem a respeito de como se formou em Cooper esse “interdiscurso”.

É a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como naturais. Há uma parte do dizer inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala. Mais ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso (Orlandi, 2004, p. 31).

Termo conhecido também como “memória do discurso”, o termo “interdiscurso” nasce a partir de uma formação ideológica pré-construída, como esclarece Pêcheux (1995):

Podemos, de agora em diante, tendo em conta o que acabamos de expor, considerar o efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é “sempre-já sujeito”, destacando que essa discrepância (entre a estranheza familiar desse fora situado antes, em outro lugar, independentemente, e o sujeito identificável, responsável, que dá conta de seus atos) funciona “por contradição”, quer o sujeito, em toda sua ignorância, se submeta a ela, quer, ao contrário, ele a apreenda por meio de sua agudeza de “espírito” (Pêcheux, 1995, p. 153.).

Contribuindo com a discussão, Lefebvre (2008) aponta que a sustentação contínua das relações de produção capitalistas é amplamente dependente da dominação do espaço e do cotidiano, o que resulta na configuração da Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido. Em outras palavras, Lefebvre (2008) destaca que o controle e a organização do espaço são cruciais para garantir a continuidade do sistema capitalista. Esse controle se dá não apenas na produção de mercadorias, mas também na produção de espaços específicos que moldam a vida cotidiana das pessoas e influenciam suas interações sociais. Isso implica que as relações de poder e dominação se estendem para além da economia, atingindo dimensões espaciais e culturais.

Para exemplificar essa gradual transformação da cidade do Rio de Janeiro como cidade bipartida, a pesquisa traz a obra de João do Rio<sup>20</sup>, compilação de crônicas “A essência encantadora das ruas” (1908) como ponto de análise. Nessa obra, percebe-se o efeito de estranhamento que a cidade verdadeira e miserável causa no jornalista.

Em um excerto de “A alma encantadora das ruas”, João do Rio (2013), descreve em 1908, a cidade do Rio de Janeiro como uma cidade distópica e dividida:

A rua tem ainda um valor de sangue e de sofrimento: criou um símbolo universal. Há ainda uma rua, construída na imaginação e na dor, rua abjeta e má, detestável e detestada, cuja travessia se faz contra a nossa vontade, cujo trânsito é um doloroso arrastar pelo enxurro de uma cidade e de um povo. Todos acotovelam-se e vociferam aí, todos, vindos da Rua da Alegria ou da Rua da Paz, atravessando as betesgas do Saco do Alferes ou descendo de automóvel dos bairros civilizados, encontram-se aí e aí se arrastam, em lamentações, em soluços, em ódio à vida e ao Mundo (Rio, 1908, p. 12).

Em A alma encantadora das ruas, uma compilação de reportagens publicadas na Gazeta de Notícias e na revista Kosmos, João do Rio apresenta os lugares da cidade que não foram enobrecidos pelos melhoramentos urbanos:

A Rua da Misericórdia, ao contrário, com as suas hospedarias lóbregas, a miséria, a desgraça das casas velhas e a cair, os corredores bafientos, é perpetuamente lamentável. Foi a primeira rua do Rio. Dela partimos todos nós, nela passaram os vice-reis malandros, os gananciosos, os escravos nus, os senhores em redes; nela vicejou a imundície, nela desabotoou a flor da influência jesuítica. Índios batidos, negros presos a ferros, domínio ignorante e bestial, o primeiro balbucio da cidade foi um grito de misericórdia, foi um estertor, um ai! Tremendo atirado aos céus. Dela brotou a cidade no antigo esplendor do Largo do Paço, dela decorreram, como de um corpo que sangra, os becos humildes e os coalhos de sangue, que são as praças, ribeirinhas do mar. Mas, soluço de espancado, primeiro esforço de uma porção de infelizes, ela continuou pelos séculos afora sempre lamentável, e tão augustosa e franca e verdadeira na suador que os patriotas lisonjeiros e os governos, ninguém, ninguém se lembrou nunca de lhe tirar das esquinas aquela muda prece, aquele grito de mendiga velha: — Misericórdia! (Rio, 1908 p. 12)

João do Rio (Paulo Barreto) desvela uma cidade do Rio, atravessada pela dor dos séculos coloniais, cuja feição, mesmo remodelada ainda assombrava:

---

<sup>20</sup> O nome verdadeiro de João do Rio era João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto. Foi um jornalista, cronista, contista, romancista, tradutor e dramaturgo brasileiro. Reconhecido como um dos pioneiros da crônica-reportagem e também como membro da Academia Brasileira de Letras.

(...) há ruas lúgubres, por onde passais com um arrepio, sentindo o perigo da morte – o Largo do Moura por exemplo. Foi sempre assim. Lá existiu o Necrotério e antes do Necrotério lá se erguia a Forca. Antes da autópsia, o enforcamento. O velho largo macabro, com a alma de Tropmann e de Jack, depois de matar, avaramente guardou anos e anos, para escalpelá-los, para chamá-los, para gozá-los, todos os corpos dos desgraçados que se suicidam ou morrem assassinados. Tresanda a crime, assusta. A Prainha também. Mesmo hoje, aberta, alargada com prédios novos e a trepidação contínua do comércio, há de vos dar uma impressão de vago horror. À noite são mais densas as sombras, as luzes mais vermelhas, as figuras maiores. Por que terá essa rua um aspecto assim? Oh! Porque foi sempre má, porque foi sempre ali o Aljube, ali padeceram os negros dos três primeiros trapiches do sal, porque também ali a forca espalhou a morte! (Rio, 1908, p. 4-5).

João do Rio cuja voz realizava um discurso de certo modo triunfalista da cultura popular, assumiu uma postura desviante em relação à representação hegemônica de modernidade presente na cidade do Rio de Janeiro deste período. Observe a narrativa que o jornalista realizou da entrada dos cordões de negros, anunciando o início do carnaval na cidade (Sevcenko, 2003).

Eu tenho vontade, quando os vejo passar zabumbeando, chocalhando, berrando, arrastando a apoteose incomensurável do Rumor, de os respeitar, entoando em seu louvor a ‘prosódia’ clássica com as frases de Píndaro: salve grupos floridos, ramos floridos da vida... (...) Os cordões são os núcleos irreduzíveis da folia carioca, brotam como um fulgor mais vivo e são antes de tudo bem do povo, bem da terra, bem da alma encantadora e bárbara do Rio” (Rio, 1976, p. 229).

De acordo com Sevcenko (2003, p. 219), a descrição de caráter não-hegemônico que João do Rio realiza da entrada dos cordões de negros, “atravessando ousadamente as zonas de segregação e anunciando o início do carnaval nas ruas da cidade” é potencialmente ousada quanto à sua busca de transformar a condição dos subalternos, de criminosos a nobres partícipes da cultura da cidade. O jornalista por meio do exercício de sua linguagem, devolveu-lhes dignamente a existência social neste espaço urbano renovado. (Sevcenko, 2003, p. 219).

Em sua obra “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, Darcy Ribeiro (2015) aborda a noção de “tolerância opressiva”, que envolve uma postura em que certos indivíduos ou grupos desejam conviver com outros, mas de forma dominante e controladora. Esse tipo de tolerância se manifesta quando há uma relação de poder

assimétrica, em que aqueles que se consideram superiores buscam subjugar e exercer controle. Nesse contexto, a tolerância se torna uma fachada para a exploração e a opressão, perpetuando relações desiguais e prejudiciais.

Ribeiro (2015) destaca a importância de compreender a natureza das interações sociais e das relações de poder subjacentes a essas atitudes. Essa reflexão nos leva a questionar a verdadeira essência da tolerância, buscando compreender a cidade do Rio de Janeiro dos anos 10, a partir deste viés, e de três formações discursivas, que produzem diferentes efeitos de sentido: as narrativas do viajante estrangeiro Clayton Sedgwick Cooper em contraposição ao samba malandro de Sinhô, e às descrições da cidade real a partir de João do Rio, concebidas por esta pesquisa como manifestações culturais, que apontam resistência sobre a sociedade em que estão inseridas, em oposição às práticas culturais dominantes que são portadoras de pautas educativas, impostas pelos circuitos letrados da cidade, cerceadoras por meio da “tolerância opressiva”.

E quanto à cultura e suas práticas na cidade do Rio de Janeiro do começo do século XX? De acordo com Mendes Junior, Roncari e Maranhão (1983), as condições de trabalho e vida dos trabalhadores brasileiros nascentes limitavam consideravelmente a possibilidade de desenvolver uma prática cultural e uma existência coletiva relativamente autônomas em relação à ordem social republicana.

A exploração extrema dentro das fábricas e oficinas reduzia drasticamente o tempo livre dos operários, deixando-os praticamente destinados a se reproduzirem apenas como força de trabalho. Além disso, o controle social e ideológico exercido pelos empregadores tornava ainda mais difícil a formação de uma consciência de classe operária. Como resultado, muitos setores desse proletariado encontravam-se desorganizados, tanto em termos sindicais quanto político-partidários, o que prejudicava o seu processo de formação como classe social coesa. Adicionalmente, o atraso no desenvolvimento do capital industrial no Brasil também contribuía para retardar a constituição dessa classe nas relações sociais de produção (Mendes Junior; Roncari; Maranhão, 1983, p. 293), como se pode observar:

Entretanto, dentro de tão estreitos limites históricos, esse operariado em formação foi capaz de criar formas alternativas de vida, através de várias manifestações socioculturais autônomas que revelam seu indisfarçável caráter de classe. Se a repressão sistemática aliada a uma negação ideológica eram as reações predominantes da política do Estado e da burguesia frente à presença dos trabalhadores

assalariados, dificultando sua organização política, parece que, no plano cultural, realizava-se uma das respostas dialéticas dos operários à sua exploração e exclusão política (Mendes Junior; Roncari; Maranhão, 1983, p. 293).

De acordo com Carvalho (1987), alguns operários conseguiram se organizar:

Ferrovários, marítimos, estivadores, cocheiros, e condutores de bondes que fizeram sua entrada no cenário político, promovendo as primeiras paralisações da capital, que dependia do funcionamento da rede ferroviária e do Porto, pois daí provinha todo seu abastecimento (Carvalho, 1987, p. 23).

Mendes Junior, Roncari e Maranhão (1983) apontam que desde o início, os elementos culturais relacionados à história da classe trabalhadora não podem ser dissociados dos aspectos políticos, uma vez que eles estão intrinsecamente entrelaçados. Em determinados momentos, essa conexão entre fenômenos culturais e políticos tornava-se bastante evidente, como ocorria em algumas greves operárias, onde a atmosfera festiva ou de carnaval prevalecia entre as massas revoltosas. Um exemplo ilustrativo disso foi o primeiro de maio de 1904, que refletia várias tendências políticas e suas interpretações daquela data importante para os trabalhadores.

No Rio de Janeiro, as celebrações assumiam um tom oficial, festivo e populista, sendo conduzidas pelas lideranças reformistas e conciliadoras de alguns sindicatos (Mendes Junior; Roncari; Maranhão, 1983, p. 293).

Nas greves, comícios populares, manifestações e revoltas de massa a presença dos trabalhadores assalariados urbanos já se fazia notar. Assim, a propaganda e luta política saíam dos teatros e salões de banquete, onde se confinaram o Império para gravitar, cada vez mais, em torno das ruas. Com efeito, o desenvolvimento da plebe urbana, uma multidão de pobres e despossuídos, trouxe para a República esta característica: as ruas da cidade como um novo espaço privilegiado da atividade política (Mendes Junior; Roncari; Maranhão, 1983, p. 293).

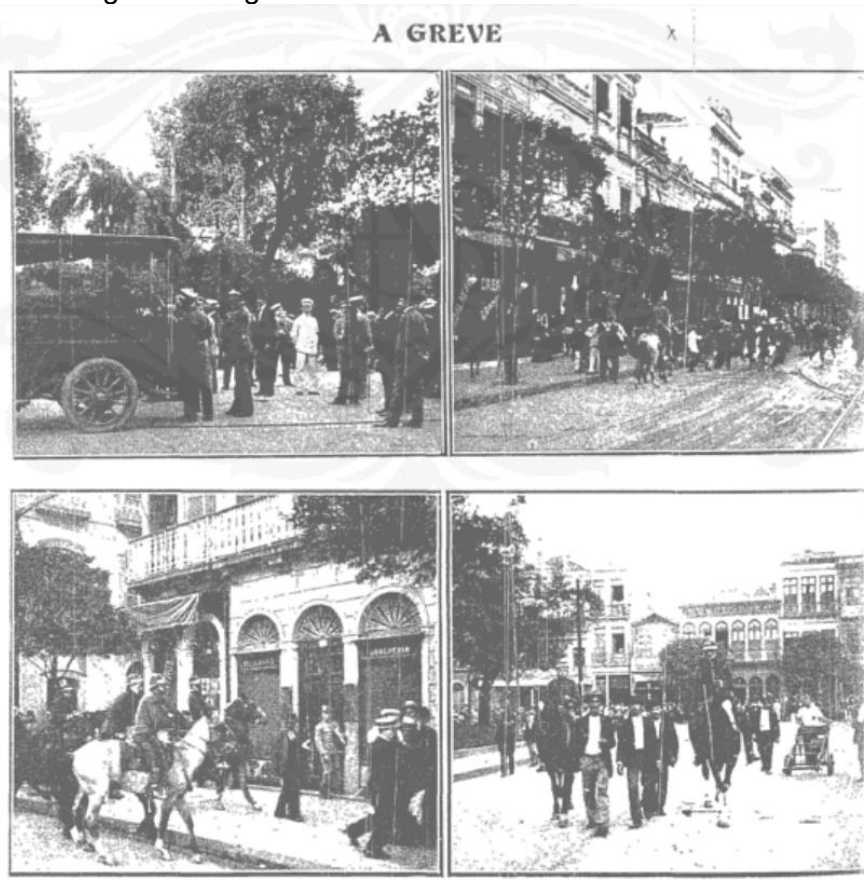
Foi em 1917, que uma multidão invadiu moinhos, padarias e armazéns de acordo com Campos (1988, p. 39):

Uma mobilização intensa já se tinha iniciado desde janeiro daquele ano, com comícios em praças públicas contra a carestia, e nesse contexto várias categorias foram constituindo seus sindicatos, como

os têxteis, metalúrgicos, marceneiros, trabalhadores da construção civil, entre outros. No dia 18 de julho começaram a ser deflagradas várias greves envolvendo grande número de categorias, como os marceneiros, têxteis, sapateiros, padeiros, metalúrgicos, entre tantos outros, configurando uma greve geral. Foi a Federação Operária do Rio de Janeiro, a FORJ, que organizou o programa de reivindicações: salário mínimo e equiparação dos salários de mulheres e homens (Campos, 1988). Também ali a repressão foi intensa. Embora não tenha resultado em grandes conquistas para todas as categorias, as greves de julho foram muito importantes para a expansão e o fortalecimento das organizações sindicais, de características bastante heterogêneas, que iam de um sindicalismo mais propriamente reformista ao sindicalismo revolucionário e ao anarquismo (Campos, 1988, p. 39).

As lutas das ruas desencadearam-se em uma verdadeira revolta popular como se pode ver na figura abaixo.

Figura 15. A greve de 1917 na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: A greve (1917).

Saques de armazéns, ataques às autoridades, piquetes, pancadaria dominaram a cidade, o chamado, à época, “espírito de carnaval”, que tomou conta da massa proletária em movimento. Estas manifestações apontam a dimensão da resistência das classes aliadas da modernidade que se pretendia oficializar. (Mendes Junior; Roncari; Maranhão, 1983, p. 293).

### **6.5 Os anos 20: o ideário da modernidade**

No começo dos anos 20<sup>21</sup>, o comércio do café estava em alta. Entretanto, as atividades industriais desenvolvidas no Brasil estavam alinhadas à posição do país na divisão internacional do trabalho, concentrando-se principalmente na fabricação de bens de consumo. Apesar dos conflitos com o setor agrário-exportador e o governo, os empresários industriais conseguiam tirar proveito das constantes modernizações oferecidas pelas suas produções.

A classe dominante do Brasil buscava uma representação do país como uma sociedade burguesa, higienizada e, sobretudo, de predominância branca. Segundo Fenerick (2005), essa segregação no novo centro da cidade aconteceu porque a burguesia, guiada pelo ideário do progresso, construía a sua identidade atraídos pela moda elegante, pelos cassinos e teatros grandiosos e glamorosos (Fenerick, 2005, p. 15).

O início do estado republicano brasileiro foi marcado por uma política segregacionista. Nesses primeiros anos, a ciência, em sua busca por uma cidade limpa e moderna, condenou práticas populares. Os higienistas destacaram os problemas associados a ambientes pouco saudáveis, enquanto os engenheiros foram incumbidos de planejar uma cidade mais racional e bem estruturada. Isso envolvia a remoção dos pobres da área central e a implementação de normas para garantir maior higiene, com habitações menos insalubres e ruas mais amplas. O Estado não assumiu integralmente essa responsabilidade, deixando para a iniciativa privada a construção de moradias que atendessem às normas de higiene por ele estabelecidas (Paixão, 2013).

---

<sup>21</sup> Marly Rodrigues (1997, p. 65) destaca que foi nessa época que o cinema, possivelmente a forma mais completa de expressão artística voltada para o grande público, tinha cativado os moradores das cidades brasileiras e estimulado a criatividade de alguns visionários da indústria cinematográfica do país (Rodrigues, 1997, p. 65)

No final do século XIX, durante a gestão de Pereira Passos, uma reforma foi implementada, dando início a uma série de transformações urbanísticas que se estenderiam ao longo do século XX. A abordagem adotada pelos governantes e pelas classes mais privilegiadas não se limitou apenas à formulação e implementação de planos urbanísticos, mas também envolveu a alteração de hábitos e do cotidiano da população por meio de decretos municipais que proibiam práticas antigas, agora consideradas insalubres e prejudiciais à reputação da cidade (Paixão, 2013). Condição essa que correlaciona as dimensões da hipótese desse trabalho de pesquisa: o urbanismo em voga e a reestruturação sociocultural (embelezamento por meio dos melhoramentos urbanos e sua relação com o embranquecimento cultural).

Figura 16. Avenida Central em 1925.



Fonte: Coleção Guilherme Santos/Museu da Imagem e do Som. Avenida Central, 1925.

Por trás dos cenários cosmopolitas, problemas se acumulavam com a ausência de políticas que atendessem à demanda por emprego e moradia. Para a geografia crítica, a relação que o homem mantém com a natureza a fim de se reproduzir é de tal grau que se pode dizer que estes são indissociáveis. O espaço, assim, determina a sociedade da mesma maneira que ela o determina, dado que a organização espacial que o homem cria tem a capacidade de reproduzir suas principais linhas de força. As

formas produzidas pelo homem, outrora, assim, mantem-se no espaço mudando apenas o seu conteúdo. A alocação e a reprodução dessas formas, por sua vez, devem-se tanto à herança, notavelmente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou um dos seus momentos (Santos, 1982).

Esta herança espacial pode ser notada nas próprias paisagens espaciais, como afirma Ab'Saber (2003), a paisagem “é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” (Ab'Saber, 2003, p. 09).

Em suma, a maneira como uma sociedade usa e ocupa um lugar nos territórios é determinada pelos fatores sociais que se estendem para além do próprio lugar e pelas estruturas e técnicas produzidas nesses espaços.

Nessa perspectiva, o desmonte do morro do Castelo, realizado no cenário das comemorações do Centenário da Independência, em 1922, foi uma intervenção que merece destaque em relação ao Bota-Abaixo na cidade do Rio de Janeiro.

## **6.6 O desmonte do morro do Castelo**

Paixão (2013) apoiada em Nonato e Santos (2000) descreve que desde 1567, quando Mem de Sá realocou o centro urbano estabelecido por Estácio de Sá na Urca, até 1922, quando foi destruído por Carlos Sampaio, o morro do Castelo e sua trajetória influenciaram o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. No século XVI, os primeiros habitantes e governadores se estabeleceram no morro, protegidos pela recentemente construída fortaleza de Santiago. À medida que a área urbana se expandia, os residentes e administradores gradualmente desciam o morro em direção à várzea, atualmente conhecida como praça XV, impulsionados pelo crescimento populacional e pelos desafios relacionados ao acesso à água (Paixão, 2013, p.120).

De acordo com Paixão (2013) embasada em Macedo (1991), os primeiros marcos arquitetônicos da cidade do Rio de Janeiro foram erguidos no morro do Castelo, incluindo a igreja de Santo Inácio e o Colégio dos Jesuítas. Este último, posteriormente, foi destinado a abrigar a Escola de Medicina Imperial, o Hospital São Zacarias e o Imperial Observatório Astronômico. A fortaleza de Santiago, também

situada no morro, teve suas funções modificadas ao longo do tempo. Inicialmente, desempenhou um papel crucial na defesa da cidade recém-fundada durante o período colonial brasileiro. Mais tarde, durante o Império, passou a ser o local do Telégrafo Imperial, desempenhando um papel significativo como centro de comunicações naquela época (Paixão, 2013, p.120).

Paixão (2003) aponta que o morro do Castelo contava também com outros monumentos importantes:

como a igreja de São Sebastião e o Convento dos Capuchinhos, onde se encontravam depositados os ossos de Estácio de Sá e o marco de fundação da cidade. A igreja foi catedral da cidade até meados do século XVIII, quando o cabido da Sé foi transferido para a igreja de São José. Mesmo perdendo o posto de catedral, a igreja dos Capuchinhos serviu de cenário para inúmeras procissões e festas do padroeiro da cidade. A missa do Galo, a da primeira sexta-feira do ano e a do dia 20 de janeiro de 1921 levaram milhares de pessoas ao topo do morro (Paixão, 2003, p.120).

O Morro do Castelo é o maior e mais conhecido arrasamento de morros do Centro da cidade do Rio de Janeiro, mas existiram outros morros que também foram destruídos como o morro de Santo Antônio e o morro do Senado, onde fica atualmente a Praça da Cruz Vermelha.

Figura 17. Localização dos morros do Castelo, morro de Santo Antônio e morro do Senado (1892-1922)



Fonte: Planta do Rio de Janeiro e seus subúrbios (1892-1922). Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Figura 18. Localização do morro do Castelo, morro de Santo Antônio e morro do Senado (2023)



Fonte: GoogleEarth, 2023. Elaborado por Daniel José de Andrade.

Voltando-se ao morro do Castelo, no início do século XX, este foi objeto de duas demolições, uma na administração de Pereira Passos e outra na administração de Carlos Sampaio.

A primeira, em 1904, durante a administração de Pereira Passos, quando foi aberta a avenida Central, com a demolição da ladeira do Seminário e parte do próprio morro. A segunda e definitiva demolição foi iniciada em 1921 e bastante discutida na imprensa, entre governantes e intelectuais. Até que em 17 de agosto de 1920, legitimado pelo ideal modernizador que defendia a construção de uma cidade moderna, e diante da carência da maioria da população que o habitava, Carlos Sampaio, como representante do Poder Executivo municipal, assinou o decreto que autorizava o desmonte do morro. Suas terras foram usadas para construir a sequência da avenida Beira Mar, aberta na administração de Pereira Passos, apontando uma continuidade na política administrativa dos dois prefeitos (Paixão, 2003, p.121).

O desmante do morro do Castelo foi temática insistente das matérias jornalísticas escritas por Lima Barreto:

Em um texto intitulado “Megalomania”, Lima Barreto chamava a atenção para a “lógica administrativa” adotada pela Prefeitura que, segundo ele, investia em “arremedos parisiense, fachadas e ilusões” e esquecia de “obras de utilidade geral e social”. Devido à carência habitacional sofrida na cidade desde a administração de Passos, aponta para a ausência de casas populares na cidade, agravada por conta de projetos como o de “arrazar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas”. Criticando ainda mais profundamente o projeto de arrasamento do morro, Barreto afirma que o Rio sem os morros “não será mais o Rio de Janeiro: será toda outra qualquer cidade que não ele” (Paixão, 2003, p.121).

Lima Barreto foi um autor incansável em sua época a realizar críticas contundentes acerca de como o ideário do progresso aniquilava os pobres no início da República. Barreto, cronista de seu tempo, com seu olhar contra-hegemônico aponta que “os plutocratas”, agiam de forma “constante, diurna e nocturna, sobre as leis e sobre os governantes, em prol do seu insaciável enriquecimento”, sem nenhum “escrúpulo de consciência”. Escreve Lima Barreto:

Quando, em 1889, o Sr. marechal Deodoro proclamou a Republica, eu era menino de oito, annos. Embora fosse tenra a idade em que estava, dessa época e de algumas anteriores eu tinha algumas recordações. Das festas por occasião da passagem da lei de 13 de maio ainda tenho vivas recordações; mas da tal historia da proclamação da Republica só me lembro que as patrulhas andavam, nas ruas, armadas de carabinas e meu pai foi, alguns dias depois, demittido do logar que tinha. E e só. Si alguma cousa eu posso accrescentar a essas reminiscencias é de que a physionomia da cidade era de estupor e de temor. Nascendo, como nasceu, com esse aspecto de terror, de violencia, ella vae aos poucos accentuando as feições que já trazia no berço. Não quero falar aqui de levantes, de revoltas, de motins, que são, de todas as coisas violentas da politica, em geral, as mais innocentes talvez., Ha uma outra violência que é constante, seguida, tenaz e não espasmodica e passageira como as das rebeliões de que falei. Refiro-me á acção dos plutocratas, da sua influencia seguida, constante, diurna e nocturna, sobre as leis e sobre os governantes, em prol do seu insaciável enriquecimento. A Republica, mais do que o antigo regimen, accentuou esse poder do dinheiro, sem freio moral de espécie alguma; e nunca os argentarios do Brasil se fingiram mais religiosos do que agora e tiveram da igreja mais apoio. Em outras épocas, no tempo do nosso império regalista, sceptico e voltereano, os ricos, mesmo quando senhores de escravos, tinham, em geral, a concepção de que o poder do dinheiro não era illimitado e o escrúpulo de consciência de que, para augmentar as

suas fortunas, se devia fazer uma escolha dos meios (Barreto, 1923, p. 15).

Ao observar a vivência de Lima Barreto quanto à passagem do Império à República, cabe citar brevemente algumas ideias que permeiam a geografia crítica e que podem ajudar na discussão acerca do conflito social aqui tratado. Historicamente, na academia, as discussões acerca do espaço estiveram próximas à geografia. Essa disciplina, contudo, por muito tempo ateu-se às formas cristalizadas do espaço do que as dinâmicas sociais que o transformam. Nesse sentido, Santos (1982) aponta que história do espaço está vinculada à história das sociedades. Para o autor, o espaço, ele mesmo, é social, Santos (1982), ou seja, o conteúdo do espaço é a sociedade e não existe uma sociedade a-espacial, tão pouco uma natureza a-social.

Importante destacar que também havia discursos contrários ao arrasamento do morro do Castelo e questionamentos acerca da ausência de licitação pública para essa operação:

Calcados em ideias que defendiam a tradição, o patrimônio, a história e a beleza natural – proporcionada pela vista da baía de Guanabara – existentes no morro, os demais discursos contrários ao desmonte insistiam que a demolição era desnecessária. (...) Havia também aqueles que argumentavam contra o contrato firmado pela Prefeitura com a empresa que faria as obras do desmonte, alegando que interesses particulares foram maiores que os interesses do Estado e ainda questionando a ausência de uma licitação pública para a escolha da empresa. Porém, mesmo assim, o ideal urbano defendido por políticos e demais autoridades prevaleceu e calou vozes que defendiam a permanência do morro. Mesmo sobre fortes discussões e opiniões intelectuais contrárias ao desmonte, o morro foi arrasado por um novo sistema, moderno e veloz: a jatos de água (Paixão, 2003, p.125).

Os acervos históricos, que desempenharam um papel crucial na promoção da identidade cultural e herança histórica da cidade, foram transferidos:

A igreja só foi transferida do Castelo em janeiro de 1922, com uma grande procissão saindo do Centro até a rua Haddock Lobo na Tijuca, onde se encontra até hoje, levando a imagem de São Sebastião, os ossos de Estácio de Sá e o marco da cidade (Paixão, 2003, p.120).

Figura 19. Dia da realização da última missa da igreja de São Sebastião do Rio de Janeiro no morro do Castelo.



Fonte: Augusto Malta. Acervo Instituto Moreira Sales.

Seemann (2002) contribui para essa discussão acerca de como a Memória Coletiva Nacional tem força destruidora e uniformizadora ao recriar a história oficial celebrativa de um determinado espaço.

Essa memória coletiva nacional se define pelo seu “caráter destruidor, uniformizador e opressor” (POLLAK, 1989, p.4) e talvez seja o destino (in)evitável da sociedade capitalista que “destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa” (Chauí, 1994, p.18 *apud* Seemann, 2002, p. 2).

A imposição de uma narrativa oficial celebrativa apaga as memórias coletivas, anulando as diversidades e resistências que existem fora do discurso dominante. Dessa forma, a história é moldada para servir aos interesses dos poderes estabelecidos, eliminando as nuances e contradições da realidade histórica vivida pelas massas. Observa-se, de modo unívoco, que as classes dominantes, em nome do Estado, intencionalmente buscaram apagar a história inicial e oficial da cidade sob o pretexto do higienismo. Ao eliminar os vestígios

históricos que não se alinhavam com a narrativa dominante, as elites buscaram consolidar seu controle sobre a memória coletiva e, conseqüentemente, sobre a identidade e a cultura das gerações futuras.

## **6.7 A voz dos moradores do morro do Castelo**

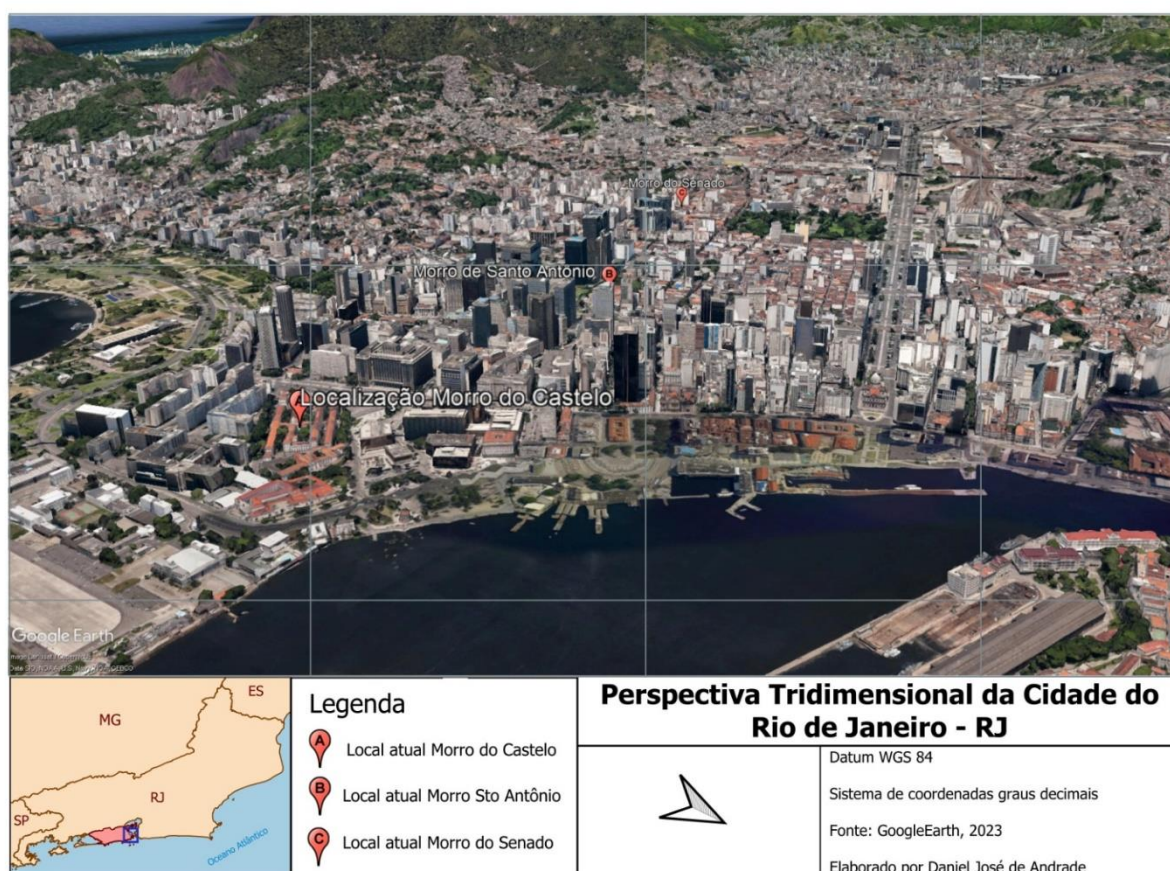
Paixão (2003) em seu artigo “As políticas públicas de transformação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX” revela um depoimento<sup>22</sup> concedido ao MIS, Projeto Arquivo Vivo, dos antigos residentes do morro do Castelo. O depoimento apresenta uma riqueza de recordações que são relevantes para esta tese e para a memória nacional, ao ser discutida e estimulada. A demolição do morro, ocorrida de maneira autoritária e em consonância com os interesses das classes mais privilegiadas, é hoje considerada uma perda irrecuperável para o antigo centro urbano do Rio de Janeiro. Pode-se afirmar que esses relatos refletem a perspectiva de um grupo social que, dada a sua posição hierárquica inferior, não conseguiu fazer ecoar sua voz nos registros históricos, sendo atores sociais do processo de transformação pelo qual passou o espaço urbano carioca no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro (Paixão, 2003, p.136).

No dia 30 de outubro de 1985, às 15 horas na rua Paula Matos em Santa Teresa, os pesquisadores Oswaldo Rocha, Jaime Benchimol, Mario Aizen, e Lílian Vaz gravaram, para o Projeto Arquivo Vivo do Museu da Imagem e do Som, o depoimento de Florinda Alói e Francisco Alói Moreno. Irmãos, eles moraram no morro do Castelo até o momento de seu desmonte, em 1922. Os dois só deixaram sua casa às vésperas de ser demolida, quando Florinda Alói tinha 20 anos e Francisco Alói, . Nesse depoimento, eles contam como era a vida no morro do Castelo; falam de vários aspectos do morro, lembrando pessoas e o cotidiano que presenciaram, contando como viviam, as suas impressões, suas experiências e como reagiram a perda de uma referência: o seu local de moradia (Paixão, 2003, p.131).

---

<sup>22</sup> Depoimento de Florinda Alói e Francisco Alói (MIS / Projeto Arquivo Vivo / 674.1/2)

Figura 20. Perspectiva tridimensional da cidade do Rio de Janeiro e a localização do morro do Castelo, Morro Santo Antônio e Morro do Senado.



Fonte: GoogleEarth, 2023.

Esta visão do desmonte, por meio de seus moradores, traz para a historiografia urbana carioca a descrição de como era viver no morro do Castelo:

Eles iniciam o depoimento contando que nasceram no morro e lá viveram com o pai comerciante e a mãe costureira. O pai era italiano e dono de uma barraca de frutas no Mercado da praça XV e a mãe, além de parteira, trabalhava costurando para uma loja na rua do Carmo. Para eles, o morro nada tinha de decadente, perigoso ou miserável. Era um lugar de alegria, onde muitos descendentes de italianos e portugueses viviam com suas famílias. O sr. Francisco

explica que o morro era uma só família, e que não havia nenhum perigo para se sair à noite; todos se conheciam e se davam muito bem. “Não é verdade que era uma área degradada e pobre, era um lugar de alegria, vivia-se com alegria e satisfação. (...) E ainda, continua falando que havia um posto policial que não tinha nenhum trabalho: “Difícilmente havia alguma ocorrência”, completa” (Paixão, 2003, p.131).

Figura 21. Morro do Castelo no centro da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Augusto Cesar Malta de Campos, Acervo Instituto Moreira Salles.

Os moradores do morro do Castelo, destacam a ausência da energia elétrica:

Quanto à estrutura do morro, contam que demorou a ter luz elétrica e que a iluminação antes era feita com lampião a querosene. Mencionam que havia algumas casas velhas, mas muita casa bonita do tipo colonial. E enfatizam: “Não era favela” (Paixão, 2003, p. 132).

Florinda e Francisco Alói Moreno descrevem como o morro era dividido naqueles tempos:

Os dois irmãos descrevem fisicamente o morro, informando que ele possuía basicamente quatro pontos: o Pau da Bandeira, que ficava do lado oposto à igreja dos Barbadinhos, virado para a praça Tiradentes, e onde se localizava o Observatório Nacional; a igreja dos Barbadinhos, que ficava do lado do Pão de Açúcar; a ladeira do Seminário, por onde se subia para a Chácara da Floresta, localizada do lado norte do morro; e o ponto do lado sul (Paixão, 2003, p. 132).

As características dos moradores do morro do Castelo são detalhadas:

Florinda e Francisco citam algumas pessoas que eram proprietárias de casas no morro. Uma delas era o senhor Giacomo Kinder, um italiano que possuía várias propriedades. Ele era alfaiate, trabalhava muito, mas também bebia muito: “Uma pena!” – comentam. Contam que volta e meia ele saía pelo morro gritando: “Viva o Brasil! Viva a Itália! Morte à Portugal! Era engraçado!”. Segundo eles, no morro, a maioria dos moradores era de imigrantes e descendentes, por isso eram muito fechados, só trabalhavam e ficavam no morro, quase sem sair: “Havia um certo receio, pois a maioria era do interior da Europa e eram muito reservados, muito medrosos. Vieram para o Brasil para trabalhar e trabalhavam mesmo. Tinham um certo receio de se dar com pessoas estranhas. Era uma família só, não havia disputa absolutamente. A única rivalidade era entre os dois blocos de carnaval”, explica o sr. Francisco, muito bem articulado (Paixão, 2003, p. 132).

Florinda e Francisco Alói Moreno descrevem a questão da segurança no morro do Castelo: ópio, pimenta nos olhos e roubos.

Lembram que havia problemas de segurança mas, segundo eles, apenas nos arredores do morro. Contam que à noite, na ladeira da Misericórdia, ficavam uns valentões que jogavam pimenta nos olhos dos outros e roubavam. Mas isso era na ladeira, em cima do morro do Castelo não. Para eles, a rua da Misericórdia é que era “meio barra pesada”. Havia uma concentração de chineses, turcos e árabes que cheiravam ópio. Ninguém entrava onde os chineses moravam. O que havia no morro era muito bicheiro, pois muita gente jogava, inclusive a mãe e a avó dos depoentes. Para eles, aquela era a diversão dos moradores, pois não faziam outra coisa (Paixão, 2003, p. 134).

Figura 22. Moradias populares e prédios históricos no Morro do Castelo



Fonte: Augusto Cesar Malta de Campos, Acervo Instituto Moreira Salles.

Os depoentes descrevem o momento da saída da família do morro do Castelo:

Ao serem questionados sobre a demolição, relatam que não queriam sair do morro de jeito nenhum. Contam que houve comunicação por parte das autoridades. Segundo os dois, eles iam avisando de casa em casa a necessidade de sair do morro. Ainda assim, a população foi saindo aos poucos, à medida que o morro ia abaixo. Lembram que foi construída uma quantidade enorme de barracões de madeira na praça da Bandeira para abrigar as famílias castelenses que não tinham para onde ir. A família do sr. Francisco e de d. Florinda saiu um dia antes de sua casa ser demolida e foi para a praça da Bandeira. Para eles, o novo lugar era muito ruim, pois sequer tinha água. Sobre os outros moradores do Castelo, d. Florinda e o sr. Francisco contam que também não queriam sair do morro, mas não houve revolta, pois ninguém acreditava que o Castelo pudesse vir abaixo. Terminam seu relato informando que depois de alguns anos morando na praça da Bandeira, a família Alói mudou-se para a rua Paula Matos, na subida do morro de Santa Teresa, e ressentem-se com a demolição: “O Castelo era bom. Eu me sentia bem” (Paixão, 2003, p.134).

Figura 23. Uso de jato d'água para derrubar o morro do Castelo.



Fonte: Augusto Cesar Malta de Campos, Acervo Instituto Moreira Salles.

Oliveira (2002) afirma que o arrasamento do morro do Castelo apagou um importante marco do passado histórico: mais uma vez a cidade do Rio de Janeiro era remodelada por meio de um novo plano urbano que ignorava seu passado colonial:

Com a derrubada do morro do Castelo se apagavam as pegadas do local de fundação da cidade, já que ali tinham sido construídos a igreja consagrada a São Sebastião, o colégio dos jesuítas fundado por Anchieta e Nóbrega, a cadeia e a sede do governo no século XVI. Parte da esplanada produzida com o arrasamento foi de fato usada para a Exposição de 1922. Mais tarde, ali se construiriam os prédios oficiais que ficariam como marcas do governo Vargas — o Ministério do Trabalho (1936-1938), o da Fazenda (1937-1943) e o da Educação e Saúde (1936-1943) (Cavalcanti, 1995). Entre o desmonte do morro do Castelo e a construção dos prédios do governo federal na esplanada que recebeu o mesmo nome, houve uma tentativa de remodelar e embelezar o centro da cidade (Oliveira, 2002, p. 162).

Figura 24. Demolição do Morro do Castelo, jato d'água e explosão de dinamites.



Fonte: Augusto Cesar Malta de Campos, Acervo Instituto Moreira Salles.

Segundo Halbwachs (2013) o indivíduo que recorda suas memórias pertence a uma sociedade na qual sempre possui um ou mais grupos de referência, sendo que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, e as “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (Halbwachs, 2013, p. 30). Assim, a memória advém de um processo coletivo em um contexto social. As recordações permanecem coletivas e são lembradas por outras pessoas, ainda que se trate de uma lembrança em que somente a própria pessoa esteja envolvida, visto que todo indivíduo é partícipe de um grupo social.

O arrasamento do morro do Castelo e de suas memórias, fez-se presente em um momento em que o subalterno não tinha voz, estava silenciado. Nesta ótica, Spivak (2010) defende que o marginalizado, ou subalterno, deste sistema, não pode falar, pois é sujeito das relações das sociedades pós-coloniais que o moldaram a partir de um projeto imperialista cuja feição é colonialista, culturalmente embranquecida e hegemônica.

Caetano (2020) argumenta, a partir dessa premissa, que a produção intelectual sobre este sujeito tornou-se a

(...) representação do sujeito colonizador, que é o próprio sujeito de direito – dos direitos que ele inspira e cria para si. A teoria que esse sujeito produz sobre o sujeito é sempre universalista, tolhida da realidade dos outros sujeitos. A teoria do sujeito colonial sempre interpretará e descreverá os outros sujeitos a partir de seu ponto de vista de fora da realidade desses sujeitos, produzindo sempre uma distorção (Caetano, 2020, p. 287).

Rompendo com este paradigma, Benjamin Delgado de Carvalho Costallat foi um ator social que se expressou de forma contundente sobre as contradições a que vivia a cidade do Rio de Janeiro de sua época.

Nascido no Rio de Janeiro, no final do século XIX, 1897, testemunhou as transformações urbanas da capital da República nos primeiros anos do século XX. Pertenceu à uma família abastada e “foi adolescente para Paris, onde estudou por cerca de dez anos. Violinista amador, foi através da música que Costallat se aproximou do mundo das letras”. Quando retornou ao Rio de Janeiro, aos 21 anos, começou a escrever crônicas para a revista O Imparcial, “onde escrevia críticas sobre espetáculos musicais” (O’Donnel, 2012, p.120-121).

Benjamim Costallat não se limitaria à crítica musical, pois de acordo com O’Donnel (2012), o cronista

não tardou a estabelecer-se como colaborador fixo de grandes matutinos como a Gazeta de Notícias e o Jornal do Brasil, onde escreveu regularmente até 1959, dois anos antes de sua morte. Legítimo herdeiro da tradição da crônica-reportagem, inaugurada por João do Rio nos primeiros anos do século XX, Costallat percorria com fluência o território da narrativa jornalística sem qualquer prejuízo ao campo da imaginação e da subjetividade. Mais que a filiação a um gênero literário, seus (cada vez mais numerosos) leitores se deparavam, dia após dia, com um estilo narrativo bastante peculiar (O’Donnel, 2012, p. 121).

Benjamim Costallat, em 1922, descreveu as agruras do arrasamento do morro do Castelo em crônica. O’Donnel (2012) aponta os debates daquele momento histórico:

Paradigma do entrelaçamento entre reformismo urbano, saneamento moral, modelo civilizatório e identidade nacional, o episódio mobilizou

os mais variados setores da intelectualidade carioca, num debate que explicitava a indissociabilidade entre a razão prática e o repertório simbólico. Marco de fundação da cidade, local de moradia de cerca de cinco mil pessoas e poderosa referência no cotidiano local (Motta, 2002, p.204), o Morro do Castelo reunia entre seus defensores ideólogos avessos aos ditames do progresso e partidários de um modelo de nacionalidade menos colado aos índices europeus de civilização. Sob a liderança convicta do então prefeito Carlos Sampaio, os que pregavam seu banimento do cenário guanabario argumentavam que o Castelo representava “um fantasma insepulto a apontar nossas origens, próximas de um ‘povoado africano’ ou uma ‘aldeia de botocudos’” (Motta, 2002, p. 208 *apud* O’Donnel, 2012, p. 132).

A crônica “Cidade Branca” de Benjamim Costallat que fora publicada em meio à derrubada do morro do Castelo é um testemunho do embranquecimento cultural a que a sociedade carioca estava vivendo:

Puseram um grande e velho morro abaixo e uma nova cidade, a cidade branca, surgiu – dirão daqui a alguns anos os cronistas futuros do Rio de Janeiro, referindo-se ao ano da graça de 1922. O velho Castelo agoniza... Vai, pouco a pouco, se esvaindo em terra par o mar, e uma nova cidade, toda branca como uma virgem, vem aparecendo rapidamente no terreno ainda revoltado e ainda vermelho do aterro gigantesco! Do bojo enorme do moribundo, entre o barro sangrento, como num parto monstruoso, vão saindo os elementos de existência da nova cidade! (...) Teremos, então, a cidade branca. A cidade do futuro. Não a cidade do futuro, ou melhor, futurista, concebida pela imaginação fantástica dos engenheiros americanos. (...) Não. A cidade branca não será uma cidade norte-americana; será uma cidade pura e simplesmente brasileira... (...) E ao lado da velha cidade, decrépita e gasta, que sempre pensou com o cérebro alheio, que sempre imitou instituições dos outros, (...) ao lado da velha cidade, ignorante e pernóstica, que bebe chá às cinco, porque Londres assim o faz, e toma ares displicentes porque Paris assim o ordena (...) que venha a cidade branca e brasileira! Ela de há muito é esperada! E com ela uma nova era! (...) Mil novecentos e vinte e dois há de ser uma data e um marco” (Costallat, 1922, p.109-114 *apud* O’Donnel, 2012, p. 132).

Faz-se necessário destacar o aspecto do marginalizado nesta intervenção federal em relação ao embranquecimento cultural. Kowarick (1975) contribui com a discussão quando aponta que a marginalização é uma concepção ancestral que foi identificada desde a Idade Média como um fenômeno no qual os potenciais proletários não se tornaram trabalhadores efetivos, mas sim uma massa de desfavorecidos. Assim, são criados desempregados e subempregados por meio dos mecanismos inerentes ao sistema capitalista que geram assim a marginalização.

A cidade branca impõe, segrega e apaga os signos da cidade colonial atrasada como aponta O'Donnel (2012):

É nítido, ainda, que a alusão a uma cidade “branca” não era estranha aos contemporâneos que, apreensivos com as chagas das moradias populares instaladas do Morro do Castelo, o identificavam como lugar majoritariamente ocupado por negros e mestiços. Livre de qualquer influência estrangeira, a nova cidade, moderna e brasileira, surgiria como fruto da razão da nossa engenharia e da nossa arquitetura, numa evidente valorização da vitória de uma cultura específica (a nacional) sobre a natureza. A cidade branca viria, assim, a suplantar não apenas os signos do atraso colonial como também toda uma era de imitações de modismos estrangeiros, emergindo do “barro sangrento” do passado como o resultado cirúrgico de um ambiente urbano feito da harmonia entre os costumes citadinos e os aspectos naturais. Se o Castelo simbolizava a origem mítica da cidade colonial, seu desaparecimento é aqui narrado como mito fundador de um novo modelo de nacionalidade, cujos contornos só podem ser pensados dentro dos marcos do reformismo que reunia, numa inextricável dialética, intervenção urbana e saneamento moral (O'donnell, 2012, p. 132).

O saneamento moral e a marginalidade social aqui atribuídos podem ser compreendidos a partir de Quijano (1978) como forças de coerção advindas das condições daquela sociedade (Quijano, 1978, p. 31).

Há marginalidade e marginalidade: uma que não afeta a sociedade em seu caráter básico, mas apenas em algum setor e nível dela, e que pode ser eliminada por uma ação sobre a marginalidade, mais que sobre a sociedade; outra, que pressupõe um conflito radical entre a existência marginal e a existência da estrutura básica da sociedade, porque esta existe enquanto aquela exista, e, em decorrência, esta forma de marginalidade não pode ser superada sem modificação da natureza da sociedade como tal (Quijano, 1978, p. 49).

Quijano (1978), contribui com a discussão, levando-se em conta a cidade do Rio de Janeiro, nas três primeiras décadas do século XX, acerca de dois tipos de marginalidade: uma que não afeta a sociedade em seu caráter básico, afetando apenas certos setores e níveis desta, e que pode ser eliminada por uma ação direta sobre a marginalidade; e outra, que implica um conflito radical entre a existência marginal e a estrutura básica da sociedade, uma vez que esta última depende da existência da marginalidade (Quijano, 1978, p. 49). Conclui-se assim que a primeira forma de marginalidade pode ser abordada através de políticas específicas que visam a inclusão social sem alterar significativamente a estrutura social. Em contraste, a

segunda forma de marginalidade é inerente à própria natureza da sociedade e não pode ser resolvida sem uma transformação profunda da estrutura social. Esta última forma de marginalidade revela as contradições fundamentais de uma sociedade que depende da exclusão de certos grupos para manter sua ordem e funcionamento.

### **6.7.1 O rompimento de estruturas e técnicas tradicionais**

Em continuidade, o ano de 1922 oportuniza vários acontecimentos que merecem destaque quanto ao rompimento de estruturas e técnicas ditas como tradicionais. Um grande exemplo é a realização da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em que por meio da literatura, da arte e da música, os modernistas buscaram atrelar a cultura brasileira às vanguardas culturais europeias.

Neste mesmo ano, ocorreu a agitada sucessão de Epitácio Pessoa, com a eleição de Artur Bernardes. Segundo Luciana Worms e Wellington Costa (2002), a partir da Primeira Guerra Mundial, um movimento de militares liderado por jovens oficiais de baixa patente, acompanhados por suboficiais, sargentos e cadetes, já vinha protestando inicialmente contra o descaso em relação ao exército. Mais tarde, além das questões militares, o movimento assumiu uma dimensão política, demandando reformas políticas e sociais. A primeira rebelião tenentista aconteceu após a eleição de Artur Bernardes.

Realizou-se, aos 7 de setembro do mesmo ano, 1922, a Exposição Internacional em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, no espaço geográfico que pertencera ao morro do Castelo.

Nessa mesma ocasião, o rádio foi introduzido no Brasil. “O discurso de abertura do presidente Epitácio Pessoa inaugurou, em transmissão experimental, a radiodifusão no Brasil. Era o início do rádio, que em breve se tornaria o maior meio de comunicação do país” (Worms; Costa, 2002, p. 25). Durante a fase experimental, eram transmitidos óperas, discursos políticos e palestras educativas. E foi, justamente a educação, a principal motivação da criação da primeira radiodifusora permanente no Brasil.

A presença do rádio entre nós seria consolidada em 1923 de acordo com Worms e Costa (2002) com as transmissões da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Essa estação foi fundada por Roquete Pinto, cujo lema era 'Em prol da cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil'. Além de notícias e músicas, havia

transmissão de conteúdo científico para todos os públicos. No ano seguinte, em 1924, surgiu a Rádio Sociedade 14 Record, com seus programas de auditório e radionovelas que logo se tornou célebre em todo o Brasil (Worms; Costa, 2002, p. 64).

Em 1924, eclodiu a "Revolução Paulista", liderada pelo general Isidoro Dias Lopes. Ao mesmo tempo, no Rio Grande do Sul, a Coluna Prestes, organizada pelo capitão Luis Carlos Prestes, buscava instigar a revolta nos quartéis e encerrar o acordo firmado entre Artur Bernardes e Borges de Medeiros (Worms; Costa, 2002, p. 64).

A economia sofreu alterações também, que afetaram diretamente cultivadores de café, pecuaristas e industriais. Uma crise desencadeada pelo colapso da bolsa de valores de Nova Iorque, resultou na insolvência de milhares de instituições bancárias, fábricas e empresas agrícolas, além de muitos cidadãos estadunidenses ficarem desempregados. Simultaneamente, nações como o Brasil, que dependiam da exportação de matéria-prima, foram grandemente atingidas, ocasionando uma crise no setor cafeeiro nacional (Worms; Costa, 2002).

A crise agravou-se logo após, com o declínio da Bolsa de Nova Iorque, o que teve um impacto significativo em toda a economia brasileira. Os esforços para resgatar o setor cafeeiro não se concretizaram, mesmo com um novo empréstimo adquirido pelo governo paulista em Londres. As falências se sucederam e muitas fazendas de café mudaram de mãos, sendo entregues aos credores ou vendidas com tudo o que continham, ou seja, com todos os seus bens, por valores insignificantes (Worms; Costa, 2002).

Neste contexto, em 1929, o sambista Noel Rosa, desponta com muito sucesso com seus sambas na cidade do Rio de Janeiro. Com Noel Rosa, percebe-se o surgimento e o fortalecimento da comunicação entre a realidade urbana, os elementos prosaicos do cotidiano, e a opinião, a interpretação de mundo dos compositores e aqui para esta pesquisa, oportuniza um olhar contra-hegêmico, visto a partir da classe dominada. Ou seja, mesmo sob o poder ideológico e cultural exercido pelo Estado, a música popular consegue expressar o contexto em que surge, com uma certa independência, em relação aos padrões ideológicos impostos. A vida popular passa a ser cada vez mais valorizada e aceita pela população.

Na canção "Com Que Roupas?", o compositor descreve uma figura marginalizada, em apuros, que como visto naquele período, 1929, vivenciava a

pobreza aqui subentendia como uma “questão nacional” em meio à quebra da bolsa de Nova Iorque. Nessa perspectiva, será aquele que está às margens das condições econômicas dominantes, que Noel Rosa determinará como o ator social adequado para retratar estas condições. Será este ator, que se apresentará com as dificuldades prementes de se apropriar do mínimo para se manter:

### **Música – Com que roupa? – Noel Rosa – 1929**

Agora vou mudar minha conduta  
 Eu vou pra luta  
 Pois eu quero me aprumar  
 Vou tratar você com a força bruta  
 Pra poder me reabilitar  
 Pois esta vida não tá sopa  
 E eu pergunto com que roupa  
 Com que roupa que eu vou  
 Pro samba que você me convidou  
 Com que roupa eu vou  
 Pro samba que você me convidou  
 Agora eu não ando mais fagueiro  
 Pois o dinheiro  
 Não é fácil de ganhar  
 Mesmo eu sendo um cabra trapaceiro  
 Não consigo ter nem pra gastar  
 Eu já corri de vento em popa  
 Mas agora com que roupa  
 Com que roupa que eu vou  
 Pro samba que você me convidou  
 Com que roupa eu vou  
 Pro samba que você me convidou  
 Eu hoje estou pulando como sapo  
 Pra ver se escapo  
 Desta praga de urubu  
 Já estou coberto de farrapo  
 Eu vou acabar ficando nu  
 Meu terno já virou estopa  
 E eu nem sei mais com que roupa  
 Com que roupa que eu vou  
 Pro samba que você me convidou  
 Com que roupa eu vou  
 Pro samba que você me convidou  
 Vai de roupa velha e tutu, seu trouxa (Rosa, 1931).

Será por meio das canções de Noel Rosa, repletas de contradições, apontando em tela o início do século XX, o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro que se pode notar as experiências cotidianas e suas intrínsecas relações sociais à época de crise financeira mundial. A canção Minha Viola, do sambista, narra as agruras das classes

desfavorecidas que eram observadas como classes que ofereciam perigo à sociedade, pois a pobreza estava ligada às doenças, o que demandava intervenção pública, como visto na seção 3 desta pesquisa.

### **Música - Minha viola – Noel Rosa – 1929**

Minha viola  
 Tá chorando com razão  
 Por causa dum marvada  
 Que roubou meu coração  
 Minha viola  
 Tá chorando com razão  
 Por causa dum marvada  
 Que roubou meu coração  
 Eu não respeito cantadô que é respeitado  
 Que no samba improvisado me quiser desafiar  
 Inda outro dia fui cantar no galinheiro  
 O galo andou o mês inteiro sem vontade de cantar  
 Nesta cidade todo mundo se acautela  
 Com a tal de febre amarela que não cansa de matar  
 E a dona Chica que anda atrás de mal conselho  
 Pinta o corpo de vermelho pro amarelo não pegar  
 Minha viola  
 Tá chorando com razão  
 Por causa dum marvada  
 Que roubou meu coração  
 Minha viola  
 Tá chorando com razão  
 Por causa dum marvada  
 Que roubou meu coração  
 Eu já jurei não jogar com seu Saldanha  
 Que diz sempre que me ganha  
 No tal jogo do bilhar  
 Sapeca o taco nas bola de tal maneira  
 Que eu espero a noite inteira pras bola carambolar  
 Conheço um véio que tem a grande mania  
 De fazê economia pra modelo de seus filho  
 Não usa prato, nem moringa, nem caneca  
 E quando senta é de cueca  
 Pra não gastar dos fundilho  
 Minha viola  
 Tá chorando com razão  
 Por causa dum marvada  
 Que roubou meu coração  
 Minha viola  
 Tá chorando com razão  
 Por causa dum marvada  
 Que roubou meu coração  
 Eu tive um sogro cansado dos regabofe  
 Que procurou o Voronoff, doutô muito creditado  
 E andam dizendo que o enxerto foi de gato  
 Pois ele pula de quatro miando pelos telhado

Adonde eu moro tem o bloco dos filante  
 Que quase que a todo instante um cigarro vem filar  
 E os danado vem bancando inteligente  
 Diz que tão com dor de dente que o cigarro faz passar  
 Minha viola  
 Tá chorando com razão  
 Por causa dum marvada  
 Que roubou meu coração  
 Minha viola  
 Tá chorando com razão  
 Por causa dum marvada  
 Que roubou meu coração (Rosa, 1929).

Pode-se observar, na estrofe retirada da canção, as agruras de "dona Chica" e o temor do contágio da doença Febre Amarela.

Nesta cidade todo mundo se acautela  
 Com a tal de febre amarela que não cansa de matar  
 E a dona Chica que anda atrás de mal conselho  
 Pinta o corpo de vermelho pro amarelo não pegar

Como referido, a elite associava a pobreza às moradias insalubres, aos cortiços, aos prostíbulos, referenciando-os à degeneração que poderia ser física e também moral (Lima; Hochman, 1996, p. 213).

Contribuindo a perspectiva da pobreza que assolava o país, em relação à política, a crise financeira de 1929, (ano de lançamento das canções "Com que roupa" e "Minha viola" de Noel Rosa), teve reflexos na disputa presidencial daquela época. O principal partido opositor ao Partido Republicano, liderado pelo então presidente do Brasil, Washington Luís, era a Aliança Liberal, que apresentava um plano de governo progressista. Sob a liderança do governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, oferecia benefícios trabalhistas como uma jornada de oito horas, sufrágio feminino e apoio às classes urbanas. Algumas correntes políticas enxergavam em Vargas a alternativa para confrontar Washington Luís e a política conhecida como "café com leite", que se desenvolveu em meio às agitadas disputas políticas. O estopim da revolução de 30 foi o homicídio do governador da Paraíba, João Pessoa, decorrente de um conflito entre os estados da Paraíba e Pernambuco. Worms e Costa (2002) ressaltam que a questão se transformou em uma guerra civil e não contou com qualquer interferência do governo federal (Worms; Costa, 2002, p. 35).

Na data de 26 de julho de 1930, João Pessoa deslocou-se para Recife. Enquanto estava em uma confeitaria tomando chá com políticos e amigos, o advogado João Dantas entrou, aproximou-se de sua mesa e falou: "Sou João Dantas, a quem

tanto ofendeste e maltrataste”. Efetuou três disparos a curta distância. Os líderes da Aliança Liberal utilizaram como justificativa o homicídio e tramaram um levante, em outubro de 1930, que depôs Washington Luís do cargo de presidente. “No dia 31 (outubro), Getúlio Vargas adentrou vitorioso no Rio de Janeiro. Concluía-se a era da ‘política do café-com-leite’” e a Primeira República do Brasil (Worms; Costa, 2002, p. 35).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como premissa refletir como a forma urbana da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal da nova República, no período Passos, no começo do século XX, foi remodelada, constituindo-se em uma dimensão espacial cujas contradições oportunizaram uma nova organização social. A massiva intervenção do governo, que representava as classes dominantes, reorganizou a cidade, fundamentalmente, a partir das bases capitalistas, o que causou a expulsão da população de baixa renda da área central, mais valorizada, da cidade.

Em relação ao aspecto metodológico, a análise do discurso para este trabalho de pesquisa foi uma disciplina de interpretação que se baseou no materialismo histórico a partir de uma conjuntura mais ampla, sócio-histórica e ideológica, oportunizando inferências a partir da descrição dos fatos aliados à interpretação. Esta pesquisa se apoiou na base teórica da análise do discurso, disciplina de interpretação inserida no campo da linguística, fundamentando-se na ideia de que o indivíduo não é singular e que está subordinado ao conjunto social. Esse processo de subordinação ateu-se à própria história do espaço vinculada à história da sociedade, estrutura e acontecimento, revelando-se como memórias discursivas quando o sujeito aderiu ou internalizou o entendimento da construção coletiva, transformando-se em um porta-voz e representante dos significados que o definiram naquele contexto histórico específico. No caso particular da cidade do Rio de Janeiro, sua formação socioespacial desenvolveu modos de produção próprios na dimensão territorial impondo-se as forças do capitalismo a partir de um imaginário constitutivo em relação à modernidade.

De acordo com as análises da categoria “imagens da cidade moderna e o embranquecimento cultural”, pôde-se observar que a cidade do Rio de Janeiro já no começo do século XX experienciava as imagens de uma cidade moderna com surgimento, por exemplo, do cinematógrafo, entre nós brasileiros. No começo do século, o Passeio Público recebera diversos melhoramentos. Em meio destes, o aparecimento do cinematógrafo e com ele o cinema ao ar livre, oferecia ao seu privilegiado público, oportunidade de experimentar o que existia de mais moderno à época. As imagens transmitidas pelo cinema ao ar livre competiam com os sons dos cançonetistas que cantarolavam ao piano, ao exemplo do bar Berrante, como vimos.

As imagens da modernidade se faziam notar pelas cenas dos filmes e pelo espaço renovado.

Oportunamente, como marca inegável dos “arrebaldes”, a cultura subalterna subverte-se em relação à cultura dominante e o samba de Donga e Mauro de Almeida, “Pelo telefone” alcançou relativo sucesso como o primeiro samba da cidade. As manifestações populares neste momento alcançaram um patamar de visibilidade jamais vistos e sambas como “Fala meu louro”, “Pé de anjo”, de Sinhô, competem com “Descascando o pessoal”, “Urubu malandro”, “Chora, Chora, Choradô” de diversos sambistas que buscam o estrelato à época dando origem ao samba malandro.

Em meio ao sucesso do samba, faz-se necessário ressaltar que o olhar da cidade moderna, era constituído por um prisma que a maculava: a ideologia do embranquecimento cultural. Esta condição pôde ser analisada, nos anos 10, por meio dos enunciados proferidos pelo autor de *The Brazilians and Their Country*, que ao descrever atentamente a lista, segundo ele, democrática, de passageiros dos bondes que circulavam pela cidade, a apresenta como heterogênea e caleidoscópica. Quando afirmou acerca do “desrespeito quase que total pelas linhas de cor nessa parte do mundo”, seus dizeres reforçam os efeitos de sentido sobre a convivência dos cidadãos cariocas na dimensão urbana. Estes enunciados revelam sua tensão em relação à quebra da rígida estratificação social que estava sendo perdida por meio do uso destes modernos meios de transporte. O discurso proferido por Cooper demonstra o impacto do imaginário do estrangeiro, constituído a partir da tolerância opressiva e do embranquecimento cultural advindos da interpretação do território e de como a globalização e suas forças se desenvolveram localmente.

Ao analisar a categoria “o ideário da modernidade”, pôde-se observar que a intervenção urbana e o saneamento da pobreza impulsionaram o arrasamento de vários morros do centro da cidade, sendo o mais importante, o morro do Castelo, símbolo do atraso da cidade colonial. O resultado, como apontado por Benjamin Costallat foi o surgimento de uma “Cidade Branca”, que nasce como reprodução de um novo modo de produção capitalista cujo espaço suplantará formas sociais produzidas e reproduzidas de acordo com o ideário imaginativo da modernidade.

Na década de 20, uma crise ocorrida em razão da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque resultou em um abalo significativo da economia no Brasil afetando

cafeicultores, pecuaristas e industriais de modo geral. Neste cenário, o compositor Noel Rosa, destacou-se com grande êxito por meio de seus sambas na cidade do Rio de Janeiro. Com Noel Rosa, observa-se o aparecimento e o fortalecimento da comunicação entre a realidade da cidade com o seu povo, por meio dos elementos do seu cotidiano, como as doenças, a febre amarela, a tuberculose, além de suas alegrias, decepções e amores.

O objetivo geral da pesquisa se pautou na articulação das concepções da cultura em relação à análise de seis suportes simbólicos de comunicação: os periódicos da época, a literatura de viajantes estrangeiros, a literatura de João do Rio, Lima Barreto e Benjamim Castellet e o recém-criado samba, em meio ao plano urbano da cidade do Rio de Janeiro no período da Primeira República, de 1889 ao ano de 1930.

De acordo com o primeiro objetivo proposto, a análise dos discursos hegemônicos e contra hegemônicos, no recorte temporal do estudo, em meio ao processo de embelezamento urbano da cidade do Rio de Janeiro, a pesquisa inferiu que a cultura se manifestou em um espaço de disputa e consenso na busca de garantia de uma hegemonia da classe dominante em meio às políticas mercantis e territoriais que dominaram o Brasil à época. Com suas marcas históricas não democráticas de imposição, cristalizaram-se por meio dos “melhoramentos” da cidade, coalizações políticas embasadas na valorização rentista garantida pelo Estado, no controle da circulação dos capitais e do uso geopolítico das dimensões territoriais sob seu poder. O estudo comprovou que essas contradições legitimaram uma condição de perversa tolerância e marginalização da classe subalternizada como valor funcional ao capitalismo como pôde ser observado em relação aos desmontes dos morros e destruição de casas e cortiços em nome da higiene e da modernidade.

Em relação ao segundo objetivo proposto, a análise das pautas educativas impostas pelos circuitos dominantes da cidade em meio às transformações urbanas promovidas pelo plano de remodelação da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, a pesquisa concluiu que a hegemonia se curvou ao seu estatuto científico e tornou-se um agente do desenvolvimento e de saneamento da pobreza. Nas revistas analisadas os discursos encontravam-se ancorados na promoção da salubridade como plataforma política do presidente Rodrigues Alves, na regeneração do Brasil frente ao estrangeiro, na importância dos melhoramentos urbanos e nas melhorias

das condições financeiras do país em detrimento às políticas sociais, delegados da saúde escoltados por policiais expurgavam a pobreza, desalojando imóveis e expulsando a população pobre para as franjas da cidade.

Em meio a essas contradições, as manifestações populares foram ressignificadas, o que oportunizou o aparecimento do samba “malandro” cuja temática era embasada nas alegrias cotidianas, nas disputas de pertencimento do próprio samba entre cariocas e baianos, e da inexorável partilha de suas tradições orais e rítmicas. Foi por meio do samba, de seus enunciados discursivos que não estavam presos às estruturas fixas - suas palavras contínuas foram a essência para se entender a linguagem do povo manifestada - que se pôde entender a fluidez da cultura, que se expressou como manifestação de resistência cultural, incorporada às experiências e valores das massas excluídas, que acabou por se consolidar como um complexo jogo de forças assimétricas e dualistas no que tangia às vivências da cidade em detrimento ao centro-periferia.

A hipótese do trabalho foi assertiva, quando ao longo do processo teórico-metodológico a pesquisa aos poucos desvelou como as práticas autoritárias e alijadoras, cuja ideia de cidade “branca”, como descrita por Costallat, foi sendo construída segundo um modelo dicotômico, pobres e ricos, cujo aspecto de descartabilidade (de seus cidadãos, da sua história, das marcas coloniais) constituíram uma sociedade cujo embranquecimento cultural e civilizatório buscaram assolar as tradições locais, históricas em nome da institucionalização de uma nova ordem em defesa do desenvolvimento, mesmo que desigual. A tese identificou como descoberta e resultados de sua hipótese que a cultura popular teve uma função significativa para os estratos sociais desfavorecidos, a população pobre, (os de baixo, os ex-escravizados, os imigrantes estrangeiros e os migrantes brasileiros), que em razão dessas características macroestruturais, vivenciaram a cultura como um ponto de resistência e ao mesmo tempo de idiossincrasia frente à cultura dominante.

Nessa perspectiva, conclui-se, como contribuição do estudo para o conhecimento científico por meio desta tese, as marcas de uma diáspora cultural surgida no âmago da construção da identidade brasileira, do início do século XX, constituída em meio aos conflitos territoriais que permearam as dinâmicas urbanas da capital federal do Brasil por meio do samba, unindo o passado ao futuro e ao presente. Recém-criado, o samba revelou-se, nesse caso, para a diáspora, como um

instrumento integralizado da cultura popular e espontânea que se irradiou do centro da cidade do Rio de Janeiro, no território da Pequena África, como apontado por Donga, para toda a cidade, de forma muito particular no processo de modernização instaurado. Conclui-se a partir desta ótica que o espaço social pode ser analisado por meio do conceito forma-conteúdo, cujas características geográficas-físicas-espaciais são influenciadas pelo processo sócio-histórico e cultural, como se pôde observar no caso da cidade do Rio de Janeiro, fenômeno relevante para o campo do Planejamento Urbano e Regional na área da cultura e para os estudos relacionados à produção social, história urbana e ao entendimento das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro no início do século XX.

## REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.
- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.
- A GREVE. **Careta**, v. 10, n. 480, 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=18519>. Acesso em: 2 mar. 2023.
- ALMEIDA, Pedro Lopes de. Globalização, técnica e modernidade no Rio de Janeiro das primeiras três décadas do século XX: Machado de Assis, João do Rio, e Lima Barreto em diálogo com textos de viajantes estrangeiros. **Luso-Brazilian Review**, v. 59, n. 1, p. 109-142, 2022.
- BARRETO, Lima. **Bagatelas**. Rio de Janeiro: Empresa de Romances Populares, 1923.
- BARRETO, Lima. "Megalomania". **Revista Careta**, 1920.
- BARROS, José D.'Assunção. Fernand Braudel e a geração dos Annales. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 6, n. 11, 2012.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: Um Haussmann Tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- BENETTI, Pablo César. **O nascimento da rua no Rio de Janeiro**. Códigos de posturas e leis sobre a rua no Rio de Janeiro (1830-1906). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- BENJAMIN, Walter; DIAS, Antônio. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- BENJAMIN, Walter. "Paris, capital do século XIX", *In*: Flávio Kothe (org.). **Walter Benjamin**, São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, p. 31-43, 1985.
- BHABHA, Homi K. The third space. *In*: RUTHERFORD, J. (org). **Identity: community, culture, difference**. London: Lawrence and Wishart, 1995.
- BORGES, Gabriel Caio Correa. "Pelo Telefone" e a trajetória do samba entre a tradição e a modernidade. **Boitata**, v. 12, n. 23, p. 58-73, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRANDÃO, C. A. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 120, p. 17-37, 2012.

BRASIL. **Viva pequena África**. Disponível em: [https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa!/ut/p/z1/fY-7DslwDEX3fkWXjpEjtUViBPESLSAxpVvkqEwIEaNHUvH5BFRgY7nHkn0sG3gQhkEAzMMXQ3wIXGOvzmiV0XgHBgUflfk4m6-SHc2Xi31MJ2m-mU2TUZxtU1i\\_xZ\\_\\_2vDfYIMxjH8Bhbo2DZ8AF0Zb-bDADvoou1LpzirrxPuiiF5MJSNqflugdViZLqLC3a1rkUivmkohEa3yL\\_QY0d4nqWXjpEaCp1YJhPrGiye7QZ0P/](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa!/ut/p/z1/fY-7DslwDEX3fkWXjpEjtUViBPESLSAxpVvkqEwIEaNHUvH5BFRgY7nHkn0sG3gQhkEAzMMXQ3wIXGOvzmiV0XgHBgUflfk4m6-SHc2Xi31MJ2m-mU2TUZxtU1i_xZ__2vDfYIMxjH8Bhbo2DZ8AF0Zb-bDADvoou1LpzirrxPuiiF5MJSNqflugdViZLqLC3a1rkUivmkohEa3yL_QY0d4nqWXjpEaCp1YJhPrGiye7QZ0P/). Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. DISTRITO FEDERAL. **Código de Posturas Municipais**. Cap. XIII, Art. 399-401, 1894.

BRITO, L. A. N. (Re)lendo Michel Pêcheux: como a análise do discurso de linha francesa apreende a materialidade discursiva? **Eutomia: Revista de Literatura e Linguística**, Recife, v. 1, n. 9, p. 542-562, 2012.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales** (1929-1989). São Paulo: Unesp, 1997.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2003.

CABRAL, Sérgio. **Escolas de samba do Rio de Janeiro**. Editora Lazuli LTDA, 1996.

CAETANO, Fernando. Pensar o discurso de quem não pode falar em situação de igualdade. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 28, p. 267-289, 2020.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário**: movimento operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

CANCIAN, Juliana Raguzzoni. **O contexto da diáspora na construção da identidade cultural**: a experiência do personagem José Viana, do romance *Sem Nome*, de Helder Macedo. p. 1-12. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/cancian-juliana-contexto-da-diaspora.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. [s.l.]: Debolsillo, 2012.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm.**, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Sanear é eugenizar: a eugenia “preventiva” de Belisário Penna a serviço do saneamento do Brasil, 1920-1930. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 29, p. 645-660, 2022.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHIAVARI, M. P. As transformações urbanas do século XIX. *In*: DEL BRENNNA, G. R. (Org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**. Rio de Janeiro: Index, 1985. p.569-599.

CHRONICA do Malho. **O Malho**, n. 78, p. 1-39, 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=2304>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CHRONICA. **KÓSMOS**: revista artística, científica e literária, v. 1, n. 3, p. 1-59. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/kosmos/146420>. Acesso em: 02 jun. 2021.

COOPER, C. S. **The brazilians and their country**. New York: Frederick A. Stokes Company, 1917. Disponível em: <https://archive.org/details/brazilianstheirc00cooprich/page/n7/mode/2up>. Acesso em: 18 jul. 2023.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1998.

COSTA, C. **Série "O Rio de Janeiro desaparecido " II** : a exposição nacional de 1908 na coleção Família Passos. 2018. Disponível em : <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=11621>. Acesso em : 16 fev. 2024.

COSTALLAT, B. **Mutt, Jeff e Cia**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922.

COSTALLAT, B. **Mistérios do Rio**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DANTAS, Adailson Soares. **A Cidade e seus sentidos**: análise dos discursos que embasam projetos de requalificação urbana em Belém (PA). 2021. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo, 1880-1945**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

DORE, Rosemary; SOUZA, Herbert Glauco. Gramsci nunca mencionou o conceito de contra-hegemonia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 25, n. 3, p. 243–260, 2018

DUNLOP, C. J. Chopp berrante do passeio público. **Revista G. E.**, n. 13, p. 1-78, 1956. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=125091&pagfis=707>. Acesso em: 18 fev. 2024.

ELLIOTT, Lilian Elwyn. **Brazil Today and Tomorrow**, New York: Macmillan, 1917.

FENERICK, José Adriano. **Nem do morro, nem da cidade**: as transformações do samba e a indústria cultural (1920-1945). São Paulo: Annablume, 2005.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça branca. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, M.C.L. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: CHAGAS, Mário *et al.* **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009.

GODOY, Elenilton Vieira; SANTOS, Vinício de Macedo. Um olhar sobre a cultura. **Educação em Revista**, v. 30, n. 03, p. 15-41, jul./set., 2014.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 514-522, 2018.

GOULD, S. J. **The mismeasure of man**. New York: W.W. Norton & Company, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

HISTÓRIA DO SAMBA. **Alguns sambas foram gravados antes de Pelo Telefone**. Rio de Janeiro: Globo, 1998, v. 1.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed.UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitarista da Primeira República. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 5, p. 217-235, 1998.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

KOWARICK, Lúcio. **Espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. [S.l.:s.n.], 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. **Raça, ciência e sociedade**, v. 1, p. 23-40, 1996.

LOPES, N. **Partido-alto**: samba de bamba. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991, pp. 213-219.

MARZULO, E. Os pobres da favela e cité no cinema: Cidade de Deus e L'Esquive, *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 17., 2004. **Anais...**, 2004.

MATOS, Claudia. **Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MENDES JUNIOR, Antonio; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil história: Colônia**. Editora Brasiliense, 1983.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, n. 94, 2017.

MINTZ, S. W. Cultura: uma visão antropológica. **Tempo**, v. 14, n. 28, p. 223–237, jun. 2010.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

MURAD, Larissa Costa. Cultura e trabalho: a integração do negro no Rio de Janeiro. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, v. 14, n. 38, 2016.

NA CAPITAL Federal: a Avenida Passos. **O Malho**, n. 169, p. 1-56, 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=6230>. Acesso em: 18 jul. 2023.

NONATO, José Antonio; SANTOS, Núbia M. **Era uma vez o morro do Castelo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

O MALHO. **O Malho**, n. 3, p. 1-22, 1902. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=52>. Acesso em: 18 jul. 2023.

O'DONNELL, Júlia. A cidade branca: Benjamim Costallat e o Rio de Janeiro dos anos 1920c. **História Social**, n. 22/23, p. 117-141, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Memórias do Rio de Janeiro. In. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares de. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**, v. 15, p. 210-235, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 42, p. 21-40, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO*, 10., 2003. **Anais...**, Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ORLANDI, Luiz BL. Corporeidades em minidesfile. **Revista Unimontes Científica**, v. 6, n. 1, p. 43-60, 2004.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9-13, 2005.

ORLANDI, Eni P. **O sujeito discursivo contemporâneo**: um exemplo. Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, p. 11-20, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A casa e a rua: uma relação política e social. **Educação e realidade**, v. 36, n. 03, p. 693-703, 2011a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e discurso. *Organon*, v. 9, n. 23, 1995.

ORLANDI, E. A Linguagem e seu funcionamento. Brasiliense, São Paulo, 1983.

ORTIZ, Renato. As ciências sociais e a cultura. **Tempo social**, v. 14, p. 19-32, 2002.

PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. **O Rio de Janeiro e o morro do Castelo**: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922). 2008. 156f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. As políticas públicas de transformação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, n. 7, p. 119-140, 2013.

PEÇANHA, João Carlos de Souza. **A trindade da música popular (afro)brasileira – João da baiana, donga e pixinguinha**: redimensionamentos das contribuições das matrizes africanas na formação do choro e do samba. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PÊCHEUX, Michel. Automatic discourse analysis. *In: Michel Pecheux: automatic discourse analysis*. Brill, 1995. p. 63-121.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.

PECHMAN, Sérgio; FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 8/9, p. 139-195, 1985.

PEREIRA, Letícia Freixo. O debate em torno da música popular e da "cultura popular" brasileira dos anos de 1960-1970 sob a luz do museu da imagem e do som do rio de janeiro. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUR, 18., 2016. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2016.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do plano estratégico e sua inspiração catalã. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona**, v. 15, n. 895, p. 13, 2010.

PLANTA do centro do Rio em 1906 com Morro do Castelo, Santo Antonio e Senado. **Rio de Janeiro Aquí**. Disponível em: <https://www.riodejaneiroaqui.com/pt/planta-centro-do-rio-1906-com-morros-do-castelo-santo-antonio-e-senado.html>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade. *In*: PEREIRA, L. (Org.), **Populações marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais—Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

REIS, Letícia Vidor de Souza. "O que o rei não viu": música popular e nacionalidade no Rio de Janeiro da primeira república. **Rev. Estudos afro-asiáticos**, v. 25, n. 2, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-546X2003000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em 22 mar. 2023.

REFORMA Pereira Passos. **Biblioteca virtual Oswaldo Cruz**. Disponível em: <https://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica/reforma-pereira-passos>. Acesso em: 22 mar. 2024.

REVISTA G.E. n.13, p.1-78, 1956. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=125091&pagfis=707>. Acesso em: 12 ago. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. 1908. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/livros\\_eletronicos](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/livros_eletronicos). Acesso em: 02 jun. 2023

RIO, João do. **As Religiões do Rio**. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1976

ROCHA, Oswaldo Porto Rocha. **A era das demolições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1995.

ROMANELLI, Francisco Antonio. Samba e desacato em Sinhô:" rei" do samba," rei" da polêmica. **Revista Memento**, v. 4, n. 2, 2014.

ROSA, Noel. **Minha viola**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1929.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001

ROSA, Noel. **Com que roupa**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1931.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitech, 1999.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de posturas e regulamentos: vigiar, controlar e punir. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: Vestígios do passado: a história e suas fontes. 9., 2008, **Anais...**, p. 1-13, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: companhia das Letras, p. 99-133, 1993.

SEEMANN, Jörn. O espaço da memória e a memórias do espaço: Algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 4, n. 1, 2002.

SENNETT, R. **Carne e pedra o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: Mentis Insanas Em Corpos Rebeldes**. Rio de Janeiro: Scipione, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. Modernidade, cultura popular e táticas de preservação na alvorada republicana. **Revista de História**, n. 148, p. 205-220, 2003.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do rio. *In*: SEVCENKO, N. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SEVERIANO, Jairo. **Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2009.

SILVA, Maria Lais Pereira da. **Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SMCTE, 1992.

SILVA, Thais Brito da. **Hegemonia e contra-hegemonia no Brasil**: a compreensão dos movimentos sociais articulados no Jornal Brasil de fatos sobre o governo Lula. 2010. 135f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional**: das origens à Era Vargas. [s.l.]: Editora Unesp, 2012.

SINHÔ. **Fala meu louro**. Rio de Janeiro: [s.l.], 1920.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: LeBooks Editora, 2020.

SPIVAK, G. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

STORNI. Mania das grandezas. **O Malho**, n. 478, p. 1-54, 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=20179>. Acesso em: 18 jul. 2023.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.

UMA LIMPEZA indispensável. **O Malho**, n. 247, p. 1-40, 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=9446>. Acesso em: 18 jul. 2023.

VASSALLO, Simone; BITTER, Daniel. A múltipla Pequena África no Rio de Janeiro: perspectivas reflexas de negros e judeus. **Revista Antropolítica**, v. 45, p. 94-122, 2018.

VILLAÇA, Flavio. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. *In*: SOUZA, M. A. A. **Metrópole e globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Cedesp, 1999.

VIANNA, Hermano. **O Mistério do Samba**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995

VELLOSO, M. P. **As tradições populares na Belle époque carioca**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988

WEBER, M. **The protestant ethic and the spirit of capitalism**. Londres: Butler and Tunner Ltd., 1950.

WILLIAMS, R. Base and superstructure in marxist cultural theory. **New Left Review**, v. 1, n. 82, p. 3-16, Nov./Dec. 1973.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

WORMS, Luciana Salles; COSTA, Wellington Borges. **Brasil século XX**: ao pé da

letra da canção popular. Curitiba: Nova Didática, 2002.